

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FABIANO AIUB BRANCHELLI

**VIDA MATERIAL E ECONÔMICA DA PORTO ALEGRE  
OITOCENTISTA**

PORTO ALEGRE  
2007

FABIANO AIUB BRANCHELLI

**VIDA MATERIAL E ECONÔMICA DA PORTO ALEGRE  
OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Arqueologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: DR.º ARNO ALVAREZ KERN

PORTO ALEGRE  
2007

FABIANO AIUB BRANCHELLI

**VIDA MATERIAL E ECONÔMICA DA PORTO ALEGRE  
OITOCENTISTA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Arqueologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Dr.º Arno Alvarez Kern  
Orientador – PUCRS

---

Dr.º Charles Monteiro – PUCRS

---

Dr.ª Gislene Monticelli - ULBRA

PORTO ALEGRE  
2007

*À meus avôs, Orlando Branchelli e Moisés Antônio Ayub .*

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pela oportunidade de ingressar, cursar, viver o seu programa. Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa, sem o qual nada seria possível.

Ao meu orientador, o Prof.º Dr.º Arno Alvarez Kern, por me acolher como aluno, orientando e amigo, pela indicação e muitos empréstimos de bibliografias.

A minha família sem a qual não estaria chegando onde estou, em especial aos meus pais João Carlos Branchelli e Matilde Aiub Branchelli, à Camila da Silva Freitas e a Fernanda Aiub Branchelli, a todos pela infindável paciência e cumplicidade.

Aos demais professores da Graduação da FAPA e Pós-Graduação FFCH/PUCRS, aos colegas e amigos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização desta dissertação.

Ao Museu Joaquim José Felizardo pela oportunidade de dar os primeiros passos na História e na Arqueologia de Porto Alegre. Em especial a Fernanda Tocchetto pelas oportunidades, dicas e discussões.

A todos os funcionários do Programa de Pós-graduação em especial aos secretários Carla Helena Carvalho Pereira e Davi Estácio Diniz. Aos funcionários Museu Joaquim José Felizardo, dos Arquivos Históricos e das bibliotecas, um muito obrigado.

Ao restaurador paulista Demétrio Lorens pela oportunidade de estudo do Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas datado do ano de 1866, impresso no Rio de Janeiro, fonte de fundamental importância e que até então estava fora de acesso à pesquisa.

## RESUMO

A presente dissertação procura analisar e interpretar as diferentes representações da vida material e econômica da cidade de Porto Alegre, investigando práticas de consumo, aquisição e descarte da cultura material de determinados segmentos da população urbana porto-alegrense, durante o século XIX. Processos que foram expressos através de diferentes categorias materiais, fontes escritas e materiais provenientes de testemunhos voluntários e involuntários.

Contempla, além do estudo sobre bens de consumo, um levantamento sobre a venda de produtos importados da Europa que chegavam ao mercado consumidor de Porto Alegre, assim como o mapeamento das principais redes de importação e distribuição destes artigos, até chegar ao destino final dos produtos, o descarte, num estudo das lixeiras coletivas que materializam esse processo de consumo revelando formas, diferentes tipos de objetos, motivos decorativos, marcas, fabricantes, origens, etc.

História. Arqueologia Histórica. Cidade.

## **Abstract**

The present work is focused on the analyze and interpretation of the different representations about the material and economical life of Porto Alegre city, investigating the consumption practices, acquisition and discard of the cultural material of some segments of the urban population of the city on XIX century. Processes that have been expressed through the different material categories, writings and material sources from testimonies of volunteers and non-volunteers.

The work contemplates, for beyond the study of the consumer goods, a lifting about the selling of products imported from Europe that were arising on the commercial scenery of Porto Alegre, also mapping the area of the great webs of importation and distributions of them until the final destiny of the products, the discard, through a study from the collectives wastes which materializes that consume process revealing forms, distinct types of objects, decorative causes, marks, makers, origins, etc.

History. Historic Archeology. City.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I – DE QUAL ARQUEOLOGIA ESTAMOS FALANDO? QUE ARQUEOLOGIA QUEREMOS FAZER?	11
II – ANTECEDENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO.	23
III – MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E CONSUMO	41
IV – AS CIDADES, AS ECONOMIAS E AS PERIFERIAS	59
V - PORTO ALEGRE: A CIDADE, SEU COMÉRCIO E SEUS TESTEMUNHOS	67
CONCLUSÃO	97
BIBLIOGRAFIA	102
LOCAIS DE PESQUISA	108
ANEXOS	109

## Introdução

Nesta pesquisa procuramos analisar e interpretar as diferentes representações da vida material e econômica da cidade de Porto Alegre, investigando as práticas de consumo, aquisição, e descarte da cultura material de determinados segmentos da população urbana porto-alegrense em especial durante a segunda metade do século XIX, compreendendo o período que vai de 1850 a 1889. Estes processos foram expressos através de diferentes categorias materiais, ou seja, de fontes escritas e materiais provenientes de testemunhos voluntários e involuntários.

Esta pesquisa contempla, além do estudo sobre bens de consumo, um levantamento sobre a venda de produtos importados da Europa que chegavam ao mercado consumidor de Porto Alegre, assim como o mapeamento das principais redes de importação e distribuição destes artigos, até chegar ao destino final dos produtos, o descarte, num estudo das lixeiras coletivas que materializam esse processo de consumo revelando formas, diferentes tipos de objetos, motivos decorativos, marcas, fabricantes, origens, etc.

Na primeira parte da dissertação buscamos situar nossa proposta teórica e metodologicamente no campo da Arqueologia Histórica. Passamos a trabalhar historicamente a cidade de Porto Alegre, numa perspectiva de longa duração, considerando a ocupação do território do Rio Grande do Sul, os processos de concessão de cartas de sesmaria. Passando posteriormente a reconstituir o processo de desenvolvimento de Porto Alegre como vila e centro de decisão política da então Província de São Pedro, e finalmente a partir de 1822 quando teremos um estudo aprofundado do período de Porto Alegre enquanto cidade.

Buscaremos inserir esta Porto Alegre oitocentista numa conjuntura que ultrapasse as fronteiras da Província, trabalhando as transformações econômicas e materiais de um Rio Grande do Sul que, por sua vez, este inserido num Brasil que encontra-se em sintonia com o cenário mundial, com a economia-mundo européia. Para isso, será necessário abordar questões fundamentais como os reflexos e desdobramentos da “Revolução” Industrial<sup>1</sup> da

---

<sup>1</sup> Entendemos o desenvolvimento industrial ocorrido na Inglaterra como um processo de longa duração, que acumulou experiências e desenvolvimentos técnicos ao longo do tempo e não enquanto uma revolução que marca uma mudança mais radical. Para um aprofundamento desta discussão conceitual. Ver: WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. México: Siglo veintiuno, 1998.

Inglaterra e as questões relativas às condições do Brasil no cenário mundial, tanto no período colonial como no imperial, num primeiro momento enquanto fornecedor de matérias-primas aos países colonizadores - o que veremos mais tarde como o período que veio a propiciar uma acumulação primitiva de capital para o pleno desenvolvimento do capitalismo -, e num segundo momento assumindo a função de mercado consumidor, alvo da expansão do sistema capitalista.

Em outras palavras, trabalhamos a gestação do sistema capitalista com suas características peculiares apresentadas em sua expansão no Brasil Império, em especial no Rio Grande do Sul e estreitando ainda mais o nosso foco, na Porto Alegre oitocentista. Abordaremos toda a trajetória histórica de ocupação do território e sua exploração para chegarmos a um estágio posterior de colonização propriamente dita, assim como os processos de origem, desenvolvimento e crescimento do núcleo urbano, a cidade de Porto Alegre, palco deste processo de modernização, inserindo neste estudo suas características e componentes envolvidos neste processo de desenvolvimento material.

No capítulo II discutiremos a relação entre os conceitos de modernidade, modernização e consumo, e sua possível aplicabilidade no estudo da cidade de Porto Alegre na segunda metade do século XIX, período em que se dá o início do processo de europeização de nossa sociedade em direção a um ideário moderno e capitalista, através de suas esferas de mercado e consumo, trabalhando em uma perspectiva interdisciplinar, buscando ampliar a discussão da modernização e do consumo em nosso passado recente.

Foram muitos os caminhos percorridos e fontes investigadas para possibilitar uma interpretação sendo necessária uma leitura o mais abrangente possível deste longo processo de constituição da cidade. Partindo dos modos de ocupação do espaço ao longo do tempo, as ações dos colonizadores em relação a este espaço, o planejamento, as soluções encontradas, chegando à esfera das relações políticas e econômicas.

A partir de 1808 com a vinda da Família Real Portuguesa juntamente com sua corte para o Brasil, inaugura-se um importante período de transição, de mudanças na estruturação das relações sociais, econômicas e culturais que levaram ao início do processo de modernização da sociedade brasileira.

A presente proposta de trabalho da vida material e econômica da Porto Alegre oitocentista, apresenta-se enquanto uma proposta de investigação, análise e interpretação que busca desenvolver este grande conceito de vida material que, por sua vez, vai tornar possível a articulação destas diferentes problemáticas investigativas acima expostas priorizando, num primeiro plano, uma Arqueologia Histórica na cidade de Porto Alegre, seu comércio e suas esferas de consumo, articulando-se com um segundo plano que contém, como eixos analíticos, a origem, o crescimento e o desenvolvimento da cidade, atrelados ao desenvolvimento da região na qual ela se insere. Posteriormente, aprofundando questões específicas e pontuais da cidade ou diretamente relacionadas a ela: as levas de imigração, processo de povoamento da região, surgimento da vila e posteriormente da cidade, o processo da abertura de caminhos, os arraiais, o porto, a alfândega, abertura das ruas, os aspectos de produção e consumo, os transportes, as construções, as instituições econômicas e administrativas.

Buscamos com estas questões avançar o máximo possível na análise destes elementos estruturais, visando chegar ao nível de percepção de algumas particularidades e individualidades, contemplando o máximo de elementos possíveis destas esferas de atividade econômica, social e cultural, visando em última análise, reinterpretar este tempo passado e vivido.

Outro ponto norteador deste trabalho consistirá em sistematizar e relacionar as informações a respeito das lixeiras domésticas e depósitos de lixo coletivos da cidade de Porto Alegre do século XIX, considerando principalmente as áreas ao longo das margens do lago Guaíba, traçando um quadro geral das principais características destes depósitos e seus conteúdos e também suas especificidades.

## **I - De qual Arqueologia estamos falando? Que Arqueologia queremos fazer?**

Esse breve capítulo tem por objetivo refletir algumas questões que dizem respeito ao trabalho arqueológico que praticamos. Pretendendo tratar primeiramente da relação entre a Arqueologia e as outras ciências sociais, em especial com a História, passando a discutir posteriormente os principais modelos teóricos adotados por nós pesquisadores em nossas investigações arqueológicas latino-americanas e na medida do possível, refletir sobre o nosso papel social enquanto pesquisadores, historiadores e arqueólogos.

Num passado não muito distante, muitos pesquisadores consideravam a Arqueologia como uma fonte da História. Hoje as consideramos como duas disciplinas independentes, porém intimamente interligadas, principalmente tratando-se da Arqueologia Histórica. Os historiadores e antropólogos concluem que as investigações arqueológicas são vitais para a história, sendo assim, um diálogo entre Arqueologia e História torna-se uma necessidade. Porque a História também é um elemento essencial para a interpretação arqueológica, e necessariamente se estivermos trabalhando uma Arqueologia Contextual<sup>2</sup>.

Hoje através dos estudos mais recentes, podemos dizer que a Arqueologia é uma ciência social no sentido de que tenta explicar o que aconteceu com grupos humanos no passado e inferir sobre os processos de mudança cultural<sup>3</sup>.

Segundo Arno A. Kern<sup>4</sup> as pesquisas desenvolvidas por arqueólogos brasileiros, têm apresentado um interesse redobrado por sítios arqueológicos históricos, já desde os anos de 1960. Os estudos a respeito da Arqueologia Histórica no contexto da América Latina são considerados ainda muito recentes, tendo em vista que o Primeiro Congresso Americano de Arqueologia realizado em Colônia no Uruguai data de 1993 e que os trabalhos mais

---

<sup>2</sup> Um enfoque contextual em primeiro lugar deve fazer referência ao contexto do meio físico e do comportamento presente na ação, em segundo, o contexto pode significar “com-texto” assim a palavra introduz uma analogia entre os significados contextuais dos fragmentos da cultura material e os significados das palavras em uma língua escrita, nas palavras de Hodder: “*La arqueologia contextual implica el estudio de los datos contextuales de análisis, para llegar a dos tipos de significado contextual, analizados em función de una teoría general.*” HODDER, Ian. *Interpretación em Arqueologia: Corrientes actuales*. . Barcelona: Crítica, 1994. p.174-175.

<sup>3</sup> TRIGGER, Bruce. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge. 1990. p. 19.

<sup>4</sup> KERN, Arno A. no prefácio do livro de: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*, Porto Alegre: EDIPUCRS,1998. p. 6.

significativos nesta área, no Brasil, Uruguai e Argentina não fogem muito da década de 80, tendo início entre os anos 60 e 70, e intensificando com mais força a partir de 90.

Charles Orser<sup>5</sup> entende que a Arqueologia Histórica refere-se às manifestações materiais do mundo em rápida transformação, devendo ser compreendida não somente como história nem como antropologia, e sim como um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens, ao mesmo tempo em que permite o estudo de questões de um passado recente. A cooperação interdisciplinar foi proposta por diferentes estudiosos da Arqueologia como uma crítica fundamental das divisões do conhecimento<sup>6</sup>.

Assim, quando falamos em Arqueologia Histórica, logo nos vêm em mente a relação entre as disciplinas da História e da Arqueologia que para muitos apresenta-se como uma opção metodológica, que visa o desenvolvimento de análises centradas no estudo combinado da cultura material e dos documentos históricos<sup>7</sup>. Isso nos sugere um distanciamento daquela antiga visão metodológica em que o objeto de estudo dos arqueólogos são somente os vestígios materiais e artísticos que devem ser coletados, catalogados, descritos e analisados posteriormente por antropólogos e que os historiadores devem ater-se à documentação escrita, e que esta documentação deve ser analisada somente por técnicos especializados.

O que temos hoje é a busca de uma documentação primária seja ela tanto arqueológica quanto histórica, onde devemos seguir o exame crítico dos vestígios do passado como um todo, somente visualizado através destas diferentes categorias documentais. Podemos dizer que a Arqueologia Histórica beneficia-se do uso combinado entre as diferentes fontes acima mencionadas. Segundo Tânia Andrade Lima, devemos buscar um equilíbrio no tratamento destas fontes, que devem ser tratadas como testemunhos independentes, através de uma análise crítica, confrontando-as. Deste confronto, é gerado “*um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológico, nem propriamente histórico, mas profundamente fecundo*”<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> ORSER, Charles E. *Introdução a Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte. Oficina de Livros. 1992.

<sup>6</sup> KERN, Arno A. A importância da pesquisa arqueológica na universidade. *Revista do CEPA*, 1985. p.10; ver também: KERN, Arno A. Arqueologia Histórica missioneira. In: *Anais do Simpósio Nacional de Estudos Missionários*, nº 7, 1988. p. 185.

<sup>7</sup> KERN, Arno A. In: *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. p. 6.

<sup>8</sup> LIMA, Tânia Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*. n.2, v. XXVIII, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002: 7-23.

Podemos afirmar que Arqueologia Histórica trabalha diretamente com a questão interdisciplinar, o que podemos comprovar através de alguns trabalhos. Com Daniel Schávelson em “*Arqueologia de Buenos Aires*”<sup>9</sup>, verificamos que a integração do registro documental com o arqueológico foi fundamental para a produção de suas interpretações. Schávelson buscou nos registros documentais a base para demonstrar o desenvolvimento evolutivo da cidade Buenos Aires, e depois introduziu neste contexto as informações obtidas dos artefatos exumados ao longo das escavações que realizou. Neste mesmo trabalho, deixa explícito que o estudo dos conglomerados urbanos é responsabilidade de disciplinas profundamente articuladas, entre elas: a história, a antropologia, a geografia, a arqueologia e o urbanismo. Onde as fontes históricas fornecem as informações necessárias à reconstrução geográfica, urbanística e arquitetônica da época, os documentos montam o contexto dos artefatos arqueológicos ou permitem a elaboração de hipóteses quando podem ser contrastados.

Nos trabalhos de Luis Cláudio Symanski “Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX”, e de Fernanda Tocchetto “Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista”, encontraremos freqüente uso de diferentes categorias documentais. Entre os documentos escritos podemos citar o uso de inventários post-mortem, as Atas da Câmara, Escrituras de Compra e Venda, o Código de Posturas, e é claro, as produções historiográficas para elaboração do cenário e contexto da cidade de Porto Alegre no século XIX.

Estas informações dos documentos permitiram, uma maior aproximação da vida e morte dos agentes presentes nos diferentes períodos de ocupação dos sítios arqueológicos estudados, o Solar Lopo Gonçalves, o Solar da Travessa Paraíso, A Chácara da Figueira e a Casa da Riachuelo, a aproximação do valor dos artefatos exumados do sítio e a elaboração de históricos dos mesmos. A cultura material, em especial as louças, que são reveladoras de práticas cotidianas à mesa ou de práticas de descarte de lixo ou mesmo de higiene, são dados que se completam uma vez inseridos em seu contexto histórico-arqueológico.

---

<sup>9</sup> SCHÁVELZON, Daniel. *Arqueologia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé, 1999.

Pedro P. Funari organizador da publicação “*Cultura Material e Arqueologia Histórica*”<sup>10</sup> reforça a importância do debate desta questão interdisciplinar dizendo que Arqueologia é uma disciplina independente, porém intimamente relacionada com a História e com outras ciências sociais, portanto um diálogo entre estas esferas científicas tornou-se imperativo. A cooperação interdisciplinar foi então defendida por uma enorme gama de especialistas, com um caráter crítico fundamental, existindo a necessidade de transpormos as barreiras ainda existentes entre as disciplinas, pois esta será a ferramenta para a superação da especialização.

Tanto a História como a Arqueologia tem um mesmo objeto de estudo - as sociedades - e por isso assumem responsabilidades com a mesma. Em nosso caso, sendo uma cidade o nosso objeto de estudo e ao mesmo tempo o local onde vivemos, trabalhamos e estudamos, as responsabilidades tendem a aumentar. Enquanto pesquisadores, estamos comprometidos com o estudo crítico do que aconteceu no passado de nossa sociedade, trabalhamos com fenômenos complexos, particulares e com múltiplas variáveis que exigem um esforço cada vez maior de nossa parte.

Tratamos das relações entre a História e a Arqueologia, mas sabemos que existem cada vez maiores espaços de diálogo com outros campos do saber. Conforme expõe Bruce Trigger “*esclarecer porque as coisas aconteceram leva os arqueólogos além de sua disciplina e os compele a invocar um amplo espectro de teorias oriundas das ciências sociais*”<sup>11</sup>.

Já existe um reconhecimento crescente por parte de historiadores e arqueólogos que suas disciplinas não podem ser separadas da realidade e dos conflitos sociais e intelectuais de seu tempo presente, pois suas disciplinas devem ser vistas criticamente em um contexto mais amplo da História moderna<sup>12</sup>. Nós enquanto pesquisadores devemos estar cientes de nossas possibilidades e limites, pois nossos olhares e interpretações não são neutros, fazem parte de nosso contexto social, portanto envolvem conflitos. A medida que nossas interpretações mudam o passado, causam mudanças em nosso presente, sendo impossível separar de nossas

---

<sup>10</sup> FUNARI, Pedro P. “Cultura material e Arqueologia Histórica”, *Arqueologia, historia e arqueologia histórica no contexto sul-americano*. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

<sup>11</sup> TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Bruce G. São Paulo: Odysseus Editora, 2004, p. 389-390.

<sup>12</sup> FUNARI, Pedro P. *Arqueologia e História. Arqueologia Histórica Mundial y América Del Sur. Anales de Arqueologia y Etnologia*. Vol. 50/51, 1995/1996. p. 4.

investigações os interesses de nossa sociedade, pois reconhecemos as relações entre o passado e presente, e as mesmas estão presentes em nossos discursos.

Se nossas problemáticas e interpretações partem de nossa visão de mundo, de nosso contexto cultural, somos também um produto de cultura. Mas é necessário desenvolvermos uma consciência crítica, para podermos promover nossas reflexões do passado através de metodologias críticas de investigação, explorando ao máximo os contextos sociais e políticos do conhecimento. Portanto as responsabilidades dos historiadores e arqueólogos são muito parecidas por tratarem de temas comuns: as sociedades no passado e no presente, suas características e mudanças<sup>13</sup>.

A Arqueologia Histórica na América Latina se constituiu e se desenvolveu de forma diferenciada em cada país. Vamos nos referir de forma geral a características comuns ao processo de desenvolvimento da disciplina, em especial, no Brasil, Argentina e Uruguai. A escolha destes três países dá-se em função do desenvolvimento da disciplina em contextos sociais e políticos semelhantes. Essas semelhanças iniciam-se pela relação particular entre as disciplinas da História e da Arqueologia. Vimos anteriormente os diálogos entre ambas, porém em nosso contexto elas demoraram a se desenvolver de forma plena. Porque as trocas entre historiadores e arqueólogos eram poucas, e seus resultados incipientes, e também devemos levar em consideração o quão recentes são os trabalhos neste campo.

A característica principal que observamos em nossa Arqueologia Histórica reside na intenção dos pesquisadores de darem voz às pessoas comuns. A Arqueologia Histórica tem o objetivo de democratizar o passado, trabalhando questões relativas à identidade de grupos subordinados, objetivando dar força às lutas do presente, e, por fim, reescrever parte de nosso passado. Esses objetivos e eixos temáticos emergem do contexto social de nossos países, reforçando a relação existente entre a política e a arqueologia.

Mas devemos nos perguntar que tipo de esclarecimento do passado nós arqueólogos estamos realizando. Quais temáticas investigativas estão sendo priorizadas? Que modelos teórico-metodológicos estamos adotando para interpretarmos a nossa realidade? Necessitamos

---

<sup>13</sup> GARCIA, M. Reforma e revolução, reforma ou revolução, discussão de um paradigma. *Revista Brasileira de História*. 1991. p. 38 In: FUNARI, Pedro P. *Arqueologia e História, Arqueologia Histórica Mundial y América Del Sur. Anales de Arqueologia y Etnologia*. Vol. 50/51, 1995/1996.

refletir, cada vez mais, a respeito dos reais resultados atingidos em nossas primeiras décadas de trabalho e pesquisa. Como vimos anteriormente os diálogos com outras áreas do saber estão se desenvolvendo e nos aproximando cada vez mais. Será que nossas interpretações e questionamentos caminham lado a lado com uma renovação teórica e metodológica, que nos leva a novos olhares e questionamentos?

Estas questões não são de fácil resolução e emergem de nosso presente pondo em xeque as bases sobre as quais o nosso fazer arqueológico está alicerçado, abrindo a possibilidade de repensarmos o passado com vistas a mudar nosso presente. Em vista disto propomos aqui uma discussão iniciada por Andrés Zarankin, tratando de alguns aspectos que formam nossa Arqueologia Histórica, em especial a Arqueologia latino-americana<sup>14</sup>.

Segundo o autor, desde os primeiros trabalhos que datam de 1970, passando pela consolidação do campo em 1980, a Arqueologia Histórica na América Latina vem seguindo modelos teóricos anglo-saxões. Como resultado destas décadas, tivemos o crescimento no número de pesquisadores, de objetos de investigações, porém avançamos pouco em relação as respostas às problemáticas trabalhadas.

Deveríamos nos perguntar então, porque a maioria dos estudos de Arqueologia Histórica sul-americana trabalham com descrições passivas de artefatos, análises tecnológicas-funcionais ou com co-relatos materiais de documentos históricos. Não é estranho que tenhamos como resultado quase que exclusivamente as arqueologias de “*primeiro mundo*”, gerando estudos que discutem problemáticas como dominação, exploração e marginalização?<sup>15</sup>

Esta situação na Arqueologia Histórica latino-americana talvez possa ser explicada através de uma análise crítica de alguns dos princípios sobre os quais funcionou e ainda funciona nossa disciplina, dependente de fatores internos e externos a pesquisa e ao pesquisador, tais como fatores sociais, econômicos, institucionais, políticos, etc.

---

<sup>14</sup> ZARANKIN, Andrés. “*Hacia una Arqueología Histórica Latinoamericana*” In: FUNARI, Pedro P. A.; ZARANKIN, Andrés. *Arqueologia Histórica en América del Sur: los desafíos del siglo XXI*. Bogotá: Ediciones UNIANDES, 2004.

<sup>15</sup> ZARANKIN, op. cit. p. 131.

No começo do século XXI, a América Latina experimentou as conseqüências da aplicação de um modelo sócio-econômico que teve como resultado economias pseudo-liberais, com pequenas elites dominantes e uma grande maioria da população engrossando uma nova categoria social, os marginalizados<sup>16</sup>. Esta condição periférica da América Latina teve conseqüências em nosso modo pensar e agir, revertendo-se também na adoção de modelos hegemônicos não só na economia como também em nossa produção científica.

Zarankin nos apresenta os paradigmas mais difundidos e de maior aceitação na Arqueologia americana ao longo do tempo:

- a) Em fins do século XIX e princípio do século XX, tivemos a adoção do modelo evolucionista, de origem inglesa, propondo etapas evolutivas de um único passado real;
- b) Entre os anos 1920-1960, o modelo difusionista, de origem européia, propondo centros de difusão e acreditando em um único passado real;
- c) Entre os anos de 1960-1980, o modelo da chamada Nova Arqueologia, de origem norte-americana, propondo leis universais de comportamento (padrões comportamentais), mas mantendo a crença em um único passado real;
- d) A partir de 1980, o pós-processualismo, de origem inglesa, propondo a importância da ação dos indivíduos, e a possibilidade da existência de passados múltiplos subjetivos.

Se considerarmos que as bases ideológicas das correntes de maior impacto na Arqueologia coincidiram e reforçam um processo gradual de consolidação, validação e expansão da ordem capitalista mundial e de seu ideário. Desta maneira, estes modelos terminam legitimando a ordem existente e se arraigando em nossas produções e em nossos discursos para explicar o passado, influenciando na Arqueologia e esta, por sua vez, no processo de validação de um sistema de poder.

Nós como historiadores e arqueólogos, determinamos uma forma particular de conceber a organização e o funcionamento do mundo, restringindo outras maneiras possíveis e, muitas vezes, acabamos por legitimar esta ordem desigual existente, transmitindo a nossa sociedade estes modelos que acabam se naturalizando.

---

<sup>16</sup> Ibidem. p. 131.

Segundo Zarankin, podemos contar com a experiência da Arqueologia Social Latino-Americana, numa forma de demonstrar a existência de possibilidades reduzidas e difíceis de escapar do poder que rege a Arqueologia. Assim devemos mencionar a experiência que significou na década de 1970 a Arqueologia Social Latino-Americana, com uma tentativa de resistência e geração de modelos interpretativos próprios de nossas sociedades<sup>17</sup>.

Consideramos a Arqueologia Histórica na América Latina uma criação da Arqueologia Histórica norte-americana, que buscou gerar a partir da segunda metade do século XX, uma Arqueologia para estudar sua própria sociedade. Desta maneira ficaram definidos dois grandes campos: uma arqueologia Pré-Histórica, associada à Antropologia para estudar o outro cultural - os índios - e outra Histórica, cujo objeto de estudo era os próprios europeus. Isto seguramente nos influenciou na América Latina já que a Arqueologia Histórica, desde suas origens na década de 1970 trabalhou na maioria dos casos, importando modelos e teorias da arqueologia norte-americana, que por sua vez adotou outras provenientes do mundo anglo-saxão<sup>18</sup>.

Tivemos então a influência e a aplicação de três grandes marcos teórico-metodológicos: o Difusionismo (Europa – 1950), o Processualismo (Estados Unidos – 1970) e o Pós-Processualismo ( Inglaterra e Estados Unidos – 1980). Verificamos em decorrência disto que tem-se aplicado com maiores ou menores adaptações modelos gerados desde o Processualismo até o Pós-Processualismo. Precisamente dentro deste último a ênfase em problemáticas que abordam temas como dominação, subjetividade, liberdade e igualdade. Talvez por nos sentirmos identificados com estes postulados é que muitos de nós os incorporamos sem maiores críticas em nossas pesquisas.

Sem dúvidas devemos considerar que no geral estes marcos analíticos são desenvolvidos para estudar e discutir a situação de desigualdade dentro de suas próprias sociedades, mas será que podemos utilizá-los em contextos diferentes sem grandes distorções?

Concordamos com Zarankin, devemos pensar e discutir uma Arqueologia Histórica pluralista e com identidade própria. Consideramos que uma Arqueologia Histórica Latino-

---

<sup>17</sup> Ibidem. p.134.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 134.

Americana deve funcionar como uma ferramenta para questionar nossa realidade desigual e que a mesma deve agir como mecanismo de mudança social. Para isso seria fundamental um compromisso político do arqueólogo, assumindo sua responsabilidade na construção de um passado plural. Dependendo do arqueólogo a maneira a qual os conhecimentos que gerou possam passar a fazer parte de um discurso mais amplo de reivindicação da pluralidade, contribuindo assim para mudar o presente. Consideramos que não podemos continuar justificando na América Latina uma Arqueologia Histórica sem compromissos, que se contente com descrições passivas de um suposto passado “verdadeiro”<sup>19</sup>.

Sugerimos a discussão destes pontos no sentido de nos re-apropriarmos da arqueologia histórica, como uma ferramenta que permita-nos entender a história do surgimento de nossas sociedades latino-americanas, juntamente com o processo gradual de desigualdades a que estamos submetidos a séculos. Concordamos com a proposta de Charles Orser<sup>20</sup>, de uma Arqueologia Histórica centrada em estudar o processo de conformação da sociedade moderna, capitalista. Sem dúvida como assinala Funari<sup>21</sup> e Senatore<sup>22</sup>, este conceito utilizado em uma escala mundial mascara uma heterogeneidade que nega as particularidades deste processo em nossas sociedades.

Se faz necessário trabalhar com múltiplas trajetórias que geraram diferentes “sociedades modernas”<sup>23</sup>. Devemos gerar um espaço próprio e pluralista em que confluem múltiplas idéias, comprometidas com o passado, o presente e com o futuro de nossa sociedade.

É necessário trabalharmos a partir da teoria pós-processual, uma vez que esta nos abre a possibilidade de interpretações que levam em conta a ação dos indivíduos na reconstrução de um passado, que é múltiplo e subjetivo. Mas devemos encarar a(s) teoria(s) pós-processuais não enquanto um guarda-chuva teórico, mas como uma possibilidade de

---

<sup>19</sup> Ibidem. p. 137.

<sup>20</sup> ORSER, Charles. *Historical Archaeology of the Modern World*. Plenum Press. New York. 1996.

<sup>21</sup> FUNARI, Pedro. A arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul; Cultura Material, Discursos e Práticas*. p. 107-115.

<sup>22</sup> SENATORE, Maria X. Discursos iluministas e ordem social: representações materiais na colônia espanhola de Floridablanca, San Julián (Patagônia, século XVIII). In: *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul; Cultura Material, Discursos e Práticas*. p. 87-106.

<sup>23</sup> ZARANKIN, “*Hacia una Arqueología Histórica Latinoamericana*” In: FUNARI, Pedro P. A.; ZARANKIN, Andrés. *Arqueologia Histórica en América del Sur: los desafíos del siglo XXI*. Bogotá: Ediciones UNIANDES, 2004. p. 138.

teorizarmos sobre as nossas sociedades, com base em um novo modelo explicativo, um modelo novo, latino-americano. Mas para tanto, devemos nos perguntar, como nas palavras de José Albeirone dos Reis<sup>24</sup>, quais são as condições de possibilidade para a existência de teoria na Arqueologia brasileira? Quais teorias arqueológicas estão fundamentadas nas pesquisas no Brasil?

Segundo Reis, existe a constatação de que no Brasil, na maioria dos resultados das pesquisas em Arqueologia, permanece ainda uma resistência a teoria. Os textos publicados sugerem que não seria necessário marcar teorias, assumir posturas, ou que as teorias estão veladas, ocultas em um proposital mascaramento de inexistência. Tais constatações apontam para um equivocado entendimento do rigor científico da pesquisa arqueológica no Brasil como prescindindo de postulados teóricos. A teoria na Arqueologia brasileira é ainda motivo de indefinições e de resistências.

As práticas de campo com os métodos e técnicas já bem conhecidos e desenvolvidos, e as análises quantitativas e descritivas nos laboratórios, pontuam os limites que mapeiam a pesquisa arqueológica no Brasil. Nas publicações, em sua grande maioria, os marcos teóricos permanecem tênues ou ocultos<sup>25</sup>.

Na Arqueologia brasileira existem algumas reflexões em relação à teoria, apresentaremos como proposto no trabalho de Reis algumas delas. Emílio Fogaça<sup>26</sup> apresenta críticas ao lugar da teoria:

*“acredito que a necessidade de se pensar teoricamente na Arqueologia brasileira acaba sendo essencialmente satisfeita pela absorção da forma que o debate técnico assume na Arqueologia anglo-saxônica. Ou seja, vamos teorizar sobre a explicação e a interpretação, deixando em posição secundária as outras etapas do fazer arqueológico”.* (FOGAÇA, 2000: 6)

Já Pedro P. Funari prefere salientar a importância e a necessidade fundamental da teoria no fazer arqueológico brasileiro, dizendo:

---

<sup>24</sup> REIS, José A. Das condições de possibilidade da teoria em arqueologia: do implícito e do explícito na arqueologia brasileira. In: Funari, Pedro P. A. (et all). *Identidades, discurso e poder*: Estudos da arqueologia contemporânea. : Funari, Pedro P. A; Orser, Charles E.; Schiavetto, Solange (orgs). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p. 213.

<sup>25</sup> REIS, op.cit. p.213.

<sup>26</sup> FOGAÇA, Emílio. Teoria e método na arqueologia brasileira. In: Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2000. (CD-ROM). p. 6.

*“... não há prática arqueológica sem fundo teórico. É precisamente nestes termos que podemos dizer que há teoria arqueológica no Brasil, não como um quadro aberto e explícito de assertivas sobre a ontologia do conhecimento arqueológico, mas como uma hermenêutica subjacente que informa tanto atividades de campo e seus efeitos, como artigos em geral.”(FUNARI:1998:14)*

Arno A. Kern indagado sobre a necessidade do uso consciente e explícito da teoria na Arqueologia, afirma que: *“A utilização de teoria na prática da Arqueologia representa em primeiro lugar a possibilidade de trabalharmos cientificamente a partir de problemas e não a partir dos vestígios arqueológicos encontrados”*<sup>27</sup>.

Tânia Andrade Lima diz: *“...uma disciplina sem princípios, sem um quadro conceitual de referência, sem um corpo estruturado e sistematizado de conhecimentos, não se sustenta”*<sup>28</sup>.

Cristina Barreto<sup>29</sup>, em texto que apresenta um panorama geral da Arqueologia brasileira, nos coloca:

*“Por que a Arqueologia brasileira é tão marginalizada? (...) Uma ampla ferida entre teoria arqueológica e antropológica acrescida a um claro colonialismo cultural são importantes causas para este particular estado da disciplina no Brasil. Ironicamente, a forte influência de escolas estrangeiras (França, Estados Unidos), enquanto produziu muitos avanços, tem também deixado a Arqueologia brasileira num vácuo teórico e numa camisa-de-força metodológica”.*(REIS, 2000: 214)

Voltando a José Albeirone dos Reis<sup>30</sup>, que diz: *“existe uma incongruência que transparece na produção acadêmica da Arqueologia brasileira, um pretensão fortalecimento e conhecimento de métodos em detrimento de explicitação dos objetos em termos teóricos”*. Acrescenta ainda que: *“Uma pesquisa científica é sempre um jogo interrelacionado/interdependente, cujas peças imbricam teoria, métodos e técnicas no conjunto de qualquer trabalho científico”*.

---

<sup>27</sup> KERN, Arno A. Abordagens teóricas em Arqueologia. In: REIS, José Alberione. Das condições de possibilidade da teoria em arqueologia: do implícito e do explícito na arqueologia brasileira. p. 214.

<sup>28</sup> LIMA, Tânia Andrade de. Teoria e método na arqueologia brasileira: avaliação e perspectivas. In: Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2000. (CD-ROM). p.1.

<sup>29</sup> BARRETO, Cristina. Brazilian archaeology from a brazilian perspective. Apud: REIS, José Alberione. Das condições de possibilidade da teoria em arqueologia: do implícito e do explícito na arqueologia brasileira. p. 214.

<sup>30</sup> REIS, José Alberione. Das condições de possibilidade da teoria em arqueologia: do implícito e do explícito na arqueologia brasileira. p. 216.

De acordo com o exposto, concluo que necessitamos da formulação de uma teoria latino-americana, para darmos conta das particularidades de nosso passado, necessitamos primeiramente rever nossas posições. Temos que estreitar cada vez mais os contatos com outras ciências sociais, em especial com a História, uma vez que através dela que temos a possibilidade de visualizar nossas ausências, acertos e erros. Objetivamos um esforço de repensarmos nossos referenciais teóricos e metodológicos, o que somente será possível através de maiores espaços de discussão, assim como depende ainda de vontade política e ideológica por parte de nossos pares.

Já é hora de nós enquanto arqueólogos e historiadores, repensarmos nossas opções e práticas, com vistas a atingir através de um esforço coletivo a transformação da Arqueologia Histórica em uma ferramenta útil às demandas sociais do nosso presente. Tal proposta vem ganhando força nos últimos anos e vem abrindo espaço para novas visões, novos temas, oferecendo a oportunidade de novos rumos a nossa disciplina.

Nesta dissertação buscamos reforçar nossos compromissos com a História e Arqueologia da cidade de Porto Alegre, com a sociedade como um todo uma vez que nosso tema desenvolvido diz respeito ao nosso presente e passado, que nos são comuns. Através do esforço de compreender as dimensões da vida econômica e material da Porto Alegre oitocentista, nos vimos mergulhados por problemáticas que emergem de nosso presente, o capitalismo a modernidade, a globalidade. Voltamos nossos olhos para o passado tentando entender as bases, as origens desses processos, buscando respostas neste passado, quando obtida esta resposta volta a ser presente pois ela serve a ambos.

Para entendermos o ideário consumista dos dias de hoje, devemos entender como se deu este mesmo processo no passado, para entendermos seus reflexos e desdobramentos, devemos entender sua origem. Foi o que tentamos nesta dissertação, buscando desenvolver um modelo teórico e interpretativo que desse conta de nosso tema e que nos ajudasse a responder o nosso problema. A resposta não foi dada pelos modelos teóricos que de certa forma nos apropriamos ao longo deste trabalho, foi dada através do conjunto de diferentes caminhos apontados pelas nossas fontes e leituras, uma reconstrução e uma construção, aliando perspectivas históricas e arqueológicas, chegando a uma das possíveis leituras deste longo processo de gestação e mundialização do sistema capitalista ao longo do tempo e do espaço.

## **II - Antecedentes políticos e econômicos: A ocupação do território do Rio Grande de São Pedro.**

O território que hoje conhecemos como pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul foi “descoberto” em meados do século XVI, seguindo a lógica de exploração portuguesa que baseava-se em expedições litorâneas, numa fase que podemos considerar como pré-colonizadora. Porém este vasto território integrou-se tardiamente ao restante do Brasil Colonial<sup>31</sup>. Desta primeira fase de expedições surgem registros e descrições de nossa costa e a denominação geral de Rio Grande de São Pedro para o extremo sul do Brasil Colônia.

Como razões desta tardia integração ao restante do Brasil Colonial podemos destacar o fato de que os objetivos das primeiras expedições portuguesas giravam em torno da exploração e comércio de pau-brasil e restringiam-se as faixas litorâneas do território; o Rio Grande de São Pedro encontrava-se desvinculado da agricultura colonial de exportação, no caso da cana-de-açúcar, produzida para exportação<sup>32</sup>. Assim, sem pau-brasil, sem canaviais ou riquezas minerais conhecidas o Rio Grande de São Pedro tornava-se pouco atraente (neste momento) para a lógica do antigo sistema colonial.

Paralelamente as investidas européias no “Novo Mundo” - a partilha das Américas entre portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses - observa-se na Europa um outro fenômeno do mesmo processo que foi a transição do feudalismo para o capitalismo, proporcionando uma primeira fase de acumulação de capitais<sup>33</sup>. Para tornar possível esta transição foi necessária a atuação de um mecanismo fundamental, o sistema colonial, que constituiu um dos principais agentes para efetivação desta mudança, uma vez que era através deste sistema colonial que eram extraídos os excedentes econômicos produzidos nas colônias e por fim acumulados nas metrópoles<sup>34</sup>. Ao longo do século XVII passamos a observar algumas tentativas de expansão em direção a região sul do Brasil, entravam em cena diferentes atores e por consequência diferentes projetos, entre eles os jesuítas, os bandeirantes, os índios, as coroas ibéricas, os ingleses, dentre outros.

---

<sup>31</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p.7.

<sup>32</sup> PESAVENTO, op. cit. p.7.

<sup>33</sup> Ibidem. p.7-8.

<sup>34</sup> Ibidem. p.8.

Teremos os jesuítas fundando reduções sob as bandeiras de Portugal e Espanha, visando catequizar os índios e implantando um verdadeiro processo “civilizador”. Os jesuítas constituem-se em importantes atores no processo de ocupação da região do Rio da Prata, e, por conseqüência, das terras circunvizinhas a esta bacia. Salienta-se a importância geopolítica da região para as frentes de conquista e colonização das coroas ibéricas, assim como também havia pressões e interesses por parte de ingleses, holandeses e comerciantes locais<sup>35</sup>, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, não somente por questões políticas de fronteira, mas também por questões relativas ao domínio sobre a navegação, comércio e exploração da pecuária da região<sup>36</sup>. Segundo esta lógica, as Reduções implantadas na fronteira platina foram agentes duplos, de um lado agentes do Estado e de outro da Igreja, constituindo-se como elemento de fundamental importância para os objetivos luso-espanhóis de desbravamento e expansão territorial. A ocupação européia do Rio da Prata se processou a partir de um ponto fixo, a cidade de Assunção.

A ação européia na região do Rio da Prata teve em seu primeiro momento a atuação dos “conquistadores”, por volta do século XVI, em uma conquista que teve como marca a guerra, o etnocídio e a escravidão das populações indígenas. Já durante os séculos XVII e XVIII ocorrem na região intensas transformações sócio-culturais provenientes de trocas interétnicas<sup>37</sup>. Estas trocas são de fundamental importância para entendermos este complexo processo “civilizador” ou “transculturador” que teve suas origens em uma outra forma de ocupação do território platino, que se deu através da chamada “conquista pela cruz” ou “conquista espiritual” que veio a expandir os limites políticos dos impérios ibéricos durante o século XVII<sup>38</sup>.

É neste período que iremos nos concentrar por hora, porque é através da conquista espiritual levada a cabo pelos missionários (franciscanos, mercedários, carmelitas, agostinianos e jesuítas) que em sua efetiva ação entre os indígenas, foram os responsáveis pela empresa de criação dos chamados *pueblos de índios* (em áreas de colonização espanhola), e as aldeias indígenas (em território brasileiro). Estas experiências, ou melhor, estes povoados passaram a constituir as Missões Jesuítico-Guaranis. Estas Missões entre os

---

<sup>35</sup> KERN, Arno A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p.159.

<sup>36</sup> RHODEN, Luiz F. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 126.

<sup>37</sup> KERN, Arno A.(org.) *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p.9.

<sup>38</sup> KERN, op cit. p.9.

índios Guaranis só foram possíveis através de uma verdadeira integração étnica, onde os indígenas apresentaram-se como os conhecedores da região e principais responsáveis pelas atividades de exploração do espaço e pelas tarefas de subsistência, em outras palavras, pela alimentação através da caça, pesca, coleta, horticultura, além do imprescindível conhecimento geográfico no que tange a obtenção e a exploração dos recursos naturais, principalmente em relação às fontes de água.

A partir de 1609 iniciam as fundações dos chamados *pueblos de índios*, que são aldeamentos que reúnem dezenas de parcialidades guaranis liderados por seus caciques. Os missionários jesuítas em conjunto com os índios Guarani passam ao longo dos séculos XVII e XVIII a realizar um grande progresso material e tecnológico, onde as Missões se transformam em pequenas cidades muito ativas<sup>39</sup>. Este momento de constituição de um espaço urbano é também foco de nosso interesse, estas pequenas cidades, seu plano urbano, com suas estruturas e seus diversos elementos que compõem uma paisagem rural. Neste espaço iremos presenciar evoluções na vida material, ações evangelizadoras e civilizadoras dos missionários jesuítas que geraram intensos processos de modernização e transformação cultural junto às etnias indígenas<sup>40</sup>.

Este longo e lento processo de transformação cultural, ou transculturação, que levou as populações Guarani de suas aldeias originais para um novo espaço construído com a efetiva instalação dos povoados Missioneiros, correspondeu também a uma transição dos povos indígenas da pré-história para a História, motivada pelo avanço das frentes de expansão do sistema colonialista ibero-americano e pela ação civilizadora e evangelizadora jesuíta<sup>41</sup>. Os missionários franciscanos e jesuítas em sua ação de conquista espiritual, que objetivava cristianizar e levar a “civilização” aos indígenas Guarani, criaram os espaços dos *pueblos*, espaços onde a liberdade é limitada e controlada, o que por um lado vai oportunizar a sobrevivência de milhares de indígenas, mas por outro lado, facilitar o processo de cristianização e transculturação.

---

<sup>39</sup> Ibidem. p.9.

<sup>40</sup> KERN, Arno A. *Ações evangelizadoras e culturais de missionários portugueses e espanhóis no Rio da Prata, nos séculos XVI, XVII e XVIII, em territórios do sul do Brasil*. Congresso internacional de História: Missionaço Portuguesa e encontro de culturas. Vol. II, separata. Braga. 1993. p.470.

<sup>41</sup> KERN, Arno A. O processo Histórico Platino no século XVII: da aldeia Guarani ao povoado missioneiro. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Jul/1985. vol XI, nº1. Porto Alegre: PUCRS. p. 23.

Na bacia platina oriental durante o século XVII, constatamos neste momento histórico complexo, uma fronteira viva, que transforma-se lenta e gradualmente gerando um processo de europeização parcial<sup>42</sup>, muito menos ocidentalizante do que imagina-se, onde teremos a coexistência de traços culturais Guarani com novos elementos da cultura europeia ocidental, mas estes elementos tradicionais indígenas revelam-se importantes para a constituição dos povoados e posteriormente presentes na espacialidade das reduções e que permanecem até os dias de hoje como parte integrante da nova sociedade ibero-indígena emergente<sup>43</sup> como elementos de continuidade deste processo de longa duração.

Os povoados missioneiros, em seu conjunto, oportunizaram uma excepcional experiência histórica conhecendo, como já dito anteriormente, um importante progresso material e cultural, principalmente na primeira metade do século XVIII, dando origem a pequenas cidades, que em seu conjunto foram povoadas por mais de 150.000 indígenas<sup>44</sup>. Os missionários tinham uma dupla função, ordenar os indígenas em direção a uma vida política (na polis) e cristã (na paróquia)<sup>45</sup>. Havia uma crença por parte dos missionários de que antes do índio se converter ao cristianismo ele deveria tornar-se um “homem”, o que pressupõe a perda de hábitos culturais tradicionais considerados “selvagens” devendo então passar a praticar os costumes “civilizados” em padrões europeus, a implantação destas mudanças só seriam possíveis considerando mudanças na organização política e religiosa das populações indígenas, e tais mudanças necessitavam de uma estrutura material e espiritual, a Redução.

Segundo Kern<sup>46</sup>, as pesquisas arqueológicas e históricas nos mostram como se organizam os povoados missioneiros jesuítico-guaranis, a meio caminho entre o neolítico subtropical guarani e o colonial barroco platino, entre a aldeia indígena e a cidade europeia, um jogo complexo de influências, que através de pesquisas interdisciplinares vem a revelar aspectos desse complexo processo de urbanização e organização da vida cotidiana.

Além do legado expresso pela riqueza e imponência da vida material expressa na experiência vivida nas Reduções, os Jesuítas deixaram um outro e não menos importante

---

<sup>42</sup> KERN, op. cit. p.23.

<sup>43</sup> KERN, Arno A. *Ações evangelizadoras e culturais de missionários portugueses e espanhóis no Rio da Prata, nos séculos XVI, XVII e XVIII, em territórios do sul do Brasil*. Congresso internacional de História: Missionaçõ Portuguesa e encontro de culturas. Vol. II, separata. Braga. 1993. p.470.

<sup>44</sup> KERN, op. cit. p.474.

<sup>45</sup> Ibidem. p.481.

<sup>46</sup> Ibidem. p.482.

legado, a introdução dos rebanhos e a implantação do sistema de criação de gado, no Rio Grande de São Pedro. Estes rebanhos inicialmente serviam para o abastecimento interno das reduções e posteriormente, por volta de 1640, quando da retirada dos Jesuítas para a banda oriental do Rio da Prata, o gado aqui permaneceu, reproduziu-se e deu origem a chamada “Vacaria del Mar”. Este gado (muar e vacum) introduzido pelos jesuítas que viria a chamar a atenção das coroas ibéricas, tornando-se importante para o abastecimento da colônia, acabando por tornar-se a base da economia do Rio Grande de São Pedro<sup>47</sup>.

As reduções como vimos acabavam, ao catequizar os índios, por discipliná-los, a “domesticá-los”, as almas e aos homens. O índio reduzido, em tese, tornava-se uma mão-de-obra disciplinada, colocando em cena os bandeirantes que encontravam-se em busca de tal “mercadoria”. A busca da mão-de-obra indígena deu-se em função da conjuntura externa. Portugal esteve sob domínio espanhol entre os anos de 1580-1640, durante este domínio o reino português acumulou diversas perdas, “concessões” em seu império colonial, entre estas ressaltamos a perda de determinadas zonas da África, fornecedoras de mão-de-obra, e do Oriente em proveito de holandeses e ingleses<sup>48</sup>. Esta busca de mão-de-obra indígena causou inúmeros confrontos entre jesuítas, índios e bandeirantes, até 1640, quando do abandono jesuíta da região.

Neste contexto político e econômico, o Brasil Colônia passa a ser a principal fonte de rendas da metrópole portuguesa. A coroa passa então a efetivar a ocupação dos espaços fronteiriços, da região platina que sempre despertou o interesse das Coroas Ibéricas. Assim, o extremo-sul do Brasil adquire maior importância dentro do sistema colonial. Com a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680 por parte dos portugueses, inaugura-se uma nova fase de ocupação do território, marcada por estratégias e com o uso de frentes militares visando a proteção e conservação do domínio da região e principalmente por assegurar a quebra do monopólio espanhol da exploração da prata de Potosí, através do contrabando do metal. Na Colônia de Sacramento chegam as notícias à respeito da existência das imensas reservas de gado da chamada “Vacaria del Mar”. Em busca da “preia do gado alçado” teremos novamente os mesmos atores: portugueses de Sacramento, os índios das reduções, os gaúchos, os bandeirantes e os ingleses<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 9.

<sup>48</sup> PESAVENTO, op. cit. p. 8-10.

<sup>49</sup> Ibidem. p.10-11.

Por volta de 1682, os jesuítas começam a retornar ao Rio Grande de São Pedro, fundando os chamados Sete Povos das Missões: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo. Nestas reduções os jesuítas continuaram a criar e a prear o gado xucro, porém passaram a reservar uma parte do rebanho por perceberem que a atividade predatória exercida indiscriminadamente sobre o rebanho de gado da Vacaria del Mar poderia devastá-lo, assim enviam novas levas para uma região a nordeste do Rio Grande de São Pedro formando a chamada Vacaria dos Pinhais ou Campos da Vacaria<sup>50</sup>. Os Sete Povos tornaram-se importantes centros econômicos, onde criava-se gado, além do cultivo de erva-mate, trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia, artesanato, etc. Este conjunto de unidades economicamente ativas no comércio platino, presentes também nas disputas por terra e pelo gado, e em certos casos chegando a exportar gêneros para a Europa, passou a tornar-se uma ameaça aos olhos das coroa ibéricas.

Os Sete Povos foram colocados em pauta no Tratado de Madrid em 1750 como uma ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, e posteriormente com o aumento da hostilidade à Companhia de Jesus por parte de Estados absolutos monárquicos europeus, os jesuítas acabam sendo expulsos e seus bens confiscados em Portugal (1759), na Espanha (1657) e em toda América (1768)<sup>51</sup>.

No início do século XVIII ocorre uma importante transição no interior do sistema colonial brasileiro, a decadência do ciclo da cana-de-açúcar e a ascensão do ciclo de exploração de minérios, o ciclo do ouro nas Gerais. O Rio Grande de São Pedro ganha importância neste momento, enquanto fornecedor de alimento, o gado, sendo a zona das Gerais destinada a economia de exportação e o Rio Grande a uma economia subsidiária<sup>52</sup>.

Instaura-se todo um sistema de caminhos a partir da descida de paulistas e lagunistas que vinham para o Rio Grande em busca do gado xucro, fundam-se cidades, vilas, abrem-se caminhos, ocorre a mudança de mentalidade em relação a real importância do Rio Grande de São Pedro para a manutenção do domínio luso no Prata.

---

<sup>50</sup> Ibidem. p.11.

<sup>51</sup> Ibidem. p12-13.

<sup>52</sup> Ibidem. p.13.

A coroa portuguesa passa a enviar alguns militares ao extremo sul como Francisco de Brito Peixoto, filho do fundador de Laguna que vem com a missão de fundar povoações e prestar especial atenção no que diz respeito ao comércio do gado, para que este não caísse em mãos castelhanas<sup>53</sup>. Inicia-se o período do Tropeirismo.

Por volta da terceira década do século XVIII inicia-se o processo de distribuição de cartas de sesmaria, com o objetivo de assegurar a posse efetiva dos territórios coloniais, assim como possibilitar uma melhor defesa destes limites, um fortalecimento da economia estimulando o desenvolvimento da criação de gado assim como o desenvolvimento da agricultura, lançando então as bases da economia do Rio Grande.

A colonização efetiva da região que hoje conhecemos como Rio Grande do Sul começa em 1736, através das instruções dadas ao Brigadeiro José da Silva Pais por Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais, instruindo o Brigadeiro a consolidar a incorporação da “Banda Inferior do Rio da Prata” ao Estado do Brasil<sup>54</sup>. O Rio Grande passou a se apresentar como uma região de importância política, estratégica e economicamente importante para Portugal, justificando assim o esforço colonizador<sup>55</sup>. A principal preocupação da coroa portuguesa era a região do Rio da Prata, ou melhor, o contrabando da prata que por ali passava assim como o comércio com Buenos Aires. Com a colonização os objetivos agora eram a sustentação da Colônia de Sacramento e a guarnição de suas fronteiras frente às possessões espanholas.

Fora esta conjuntura externa o Rio Grande de São Pedro apresentava algumas condições internas que vieram a facilitar a sua incorporação como a exploração da courama nas Vacarias do Pinhal e del Mar, abundância de gado muar e vacum para subsidiar as atividades mineiras e mais tarde a atividade econômica das charqueadas<sup>56</sup>.

O passo seguinte do processo colonizador português foi a concessão de cartas de sesmarias e a construção de uma fortaleza que servisse de ponto de apoio para a defesa da Colônia de Sacramento assim como proporcionar a garantia da posse da terra e de servir de

---

<sup>53</sup> Ibidem. p.13.

<sup>54</sup> SILVA, Elmar M. da. *Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890)*. p.55. In: CESAR, Guilhermino (Org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

<sup>55</sup> SILVA, op. cit. p. 56.

<sup>56</sup> Ibidem. p.56.

base para os colonos vindos de Laguna. O Forte Jesus-Maria-José constituiu-se como uma base militar, um ponto de estímulo ao povoamento do restante da região, assim como deu início a vida administrativa do Rio Grande de São Pedro<sup>57</sup>.

Segundo Sandra Pesavento, é nesse contexto que se processou a distribuição por parte da coroa portuguesa de cartas de sesmaria com o objetivo de estabelecer estâncias de criação de gado para a garantia do abastecimento regular as Minas Gerais<sup>58</sup>. No decorrer do século XVIII foram distribuídas pela coroa portuguesa sesmarias a tropeiros e militares. Paralelamente, no litoral do Rio Grande, em frente ao estuário do Guaíba, passaram a proliferar estâncias de criação. Essas áreas constituíam os chamados Campos de Viamão e Campos de Tramandaí, estas estâncias eram um prosseguimento da colonização efetuada pelos lagunistas e também por alguns paulistas, a maioria destes sesmeiros voltaram as costas as riquezas desta região e acabavam se prendendo a Viamão<sup>59</sup>.

Pode-se dizer com segurança que as origens da cidade de Porto Alegre coincidem com as do longo processo de formação do Estado do Rio Grande do Sul, justificando assim a abordagem de alguns pontos destas origens feitos anteriormente. Começaremos agora a análise dos desdobramentos referentes à concessão de cartas de sesmaria<sup>60</sup> dando especial atenção à sesmaria concedida a Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcellos, em 1740, e pelo interesse da coroa portuguesa em ocupar a região sul e aqui estabelecer estâncias de criação de gado.

Por volta de 1732 começam a se estabelecer nas terras que darão origem a cidade de Porto Alegre alguns criadores vindos da vila de Laguna. Estes colonos trouxeram consigo suas famílias, gado e escravos<sup>61</sup>. Estes povoadores chegaram a uma região chamada de “campos de Viamão”(uma região que corresponderia as cidades de Viamão, Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Santo Antônio da Patrulha e Gravataí). Os primeiros sesmeiros que devemos destacar são: Jerônimo de Ornellas, Sebastião Francisco Chaves e Dionysio Rodrigues Mendes que receberam as glebas junto ao Guaíba.

---

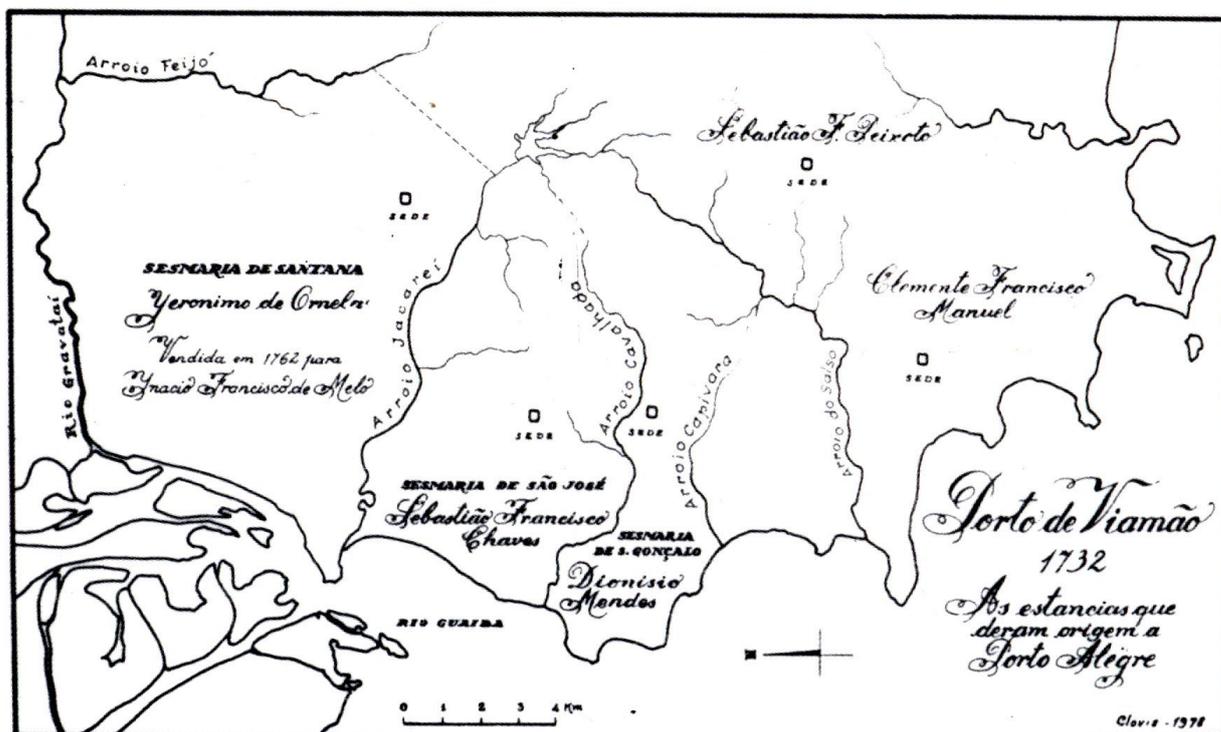
<sup>57</sup> Ibidem. p. 58.

<sup>58</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.9.

<sup>59</sup> MACEDO, Francisco R. *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 43.

<sup>60</sup> “Uma sesmaria (de campo) corresponde à área de 13.068 hectares”. MACEDO, Francisco R. *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 44

<sup>61</sup> FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre. 1983. p. 9.



(Imagem: PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.14)

Os três sesmeiros citados receberam terras na área em que nos limites de hoje estaria situada a cidade de Porto Alegre. Os limites destas propriedades a princípio eram marcos naturais, geográficos, como rios, arroios e todas as sesmarias tinham como limite ocidental o rio Guaíba. As terras estendiam-se desde o rio Gravataí até o arroio do Salso, sendo divididas então pelo arroio Jacaré (hoje arroio Dilúvio) e pelo arroio da Cavalhada<sup>62</sup>. A sesmaria de Sebastião Chaves foi concedida em 30 de março de 1736 e a de Jerônimo de Ornellas em 5 de novembro de 1740, vamos nos concentrar nesta última, pois é dentro de sua área que teremos a origem do núcleo urbano que hoje conhecemos como Porto Alegre.

A localização exata da sede da estância de Santa Ana é até hoje desconhecida. Sabemos porém que ficava no alto do Morro Santana e constituía-se de um complexo de casas e galpões, telheiros e senzalas, uma atafona, casa de hóspedes, ranchos, currais e algumas centenas de árvores frutíferas, o restante da área da sesmaria de Jerônimo de Ornellas era campo<sup>63</sup>. Nos limites de sua propriedade com a de Francisco Xavier de Azambuja iniciou-se um aglomerado de ranchos cobertos de palha e construiu-se uma capela, descrita como tosca e

<sup>62</sup> MACEDO, Francisco R.. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p.44-45.

<sup>63</sup> MACEDO, op.cit. p.45.

pobre, de pau a pique e coberta de palha, tendo como orago São Francisco das Chagas. Esta região passou a ser chamada de Porto do Dornelles, por sediar a capela e por conter um punhado de posteiros aplicados a pesca e navegação<sup>64</sup>.

Segundo Sérgio da Costa Franco,<sup>65</sup> foi em função das diligências para o cumprimento do Tratado de Madri, é que começou a se falar de um “porto”, o “Porto de Viamão”. Seguem então outros documentos como de 1752, onde fala-se em um “porto” às margens do Guaíba e na embocadura do Jacuí<sup>66</sup>. Franco assinala a estreita ligação entre os portos e o comércio, o autor aponta para a vocação da cidade de Porto Alegre enquanto entreposto comercial, seja por causa da localização da incipiente povoação nascida junto ao lago Guaíba da qual falam os documentos datados do século XVIII, ou por situações de cunho político ou militar<sup>67</sup>. Conforme os primeiros documentos, sempre lhe foi dado o nome de Porto: Porto de Viamão, Porto dos Casais, Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, ou simplesmente Porto Alegre<sup>68</sup>.

Sendo assim é no “Porto de Viamão” ou no “Porto do Dornelles” que por volta de 1752 estabelecem-se os casais (famílias) de imigrantes vindos de Açores, os “Casais d’El Rei”, como parte do programa de imigração organizado pela Coroa. Originalmente estes casais (em torno de sessenta) viriam para ocupar o território das Missões Jesuítas em função do Tratado de Madri, o que acabou por não acontecer em função de conflitos e novos acordos diplomáticos. Por fim, os açorianos ficaram “arranchados” em uma área à beira do Guaíba em terras de Jerônimo de Ornellas<sup>69</sup>, em uma faixa estreita de terra sem grandes possibilidades de expansão.

Os açorianos passaram então a formar uma povoação, um grande arraial de ilhéus formado de casas de palha<sup>70</sup>. Este arranchamento passou a ser denominado “Porto dos Casais” e a constituir o embrião da vida urbana local<sup>71</sup> podendo também ser considerado um ponto

---

<sup>64</sup> Ibidem. p.45.

<sup>65</sup> FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre. 1983.p.9.

<sup>66</sup> FRANCO, op.cit. p.10.

<sup>67</sup> Ibidem. p.9.

<sup>68</sup> Ibidem. p.9.

<sup>69</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.9.

<sup>70</sup> FRANCO, Sergio da C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre. 1983. p.10.

<sup>71</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.9.

fundamental de ligação e comunicação entre Rio Pardo e Rio Grande. Um outro fator que contribuiu para o crescimento desta pequena comunidade foram as invasões castelhanas datadas de 1763 e 1773, assim como a tomada do sul do continente, forçando os açorianos a instalarem-se no Porto dos Casais<sup>72</sup>.

Podemos dizer que a partir deste ponto, do Porto dos Casais, surge a idéia de se fundar ali uma povoação regular, assim como emanam-se os primeiros caminhos que o ligaram no sentido leste-oeste à Aldeia dos Anjos de Gravataí e a Viamão. Em 26 de março de 1772 nascia a Freguesia de São Francisco dos Casais por iniciativa de José Marcelino de Figueiredo, iniciando o processo de desapropriação da antiga sesmaria de Jerônimo de Ornellas (agora uma fazenda de propriedade de Inácio Francisco de Melo), passando a distribuição de terras entre os casais açorianos, foram “60 lotes de meias datas” através da demarcação de lotes e do logradouro da povoação, tendo como responsável o capitão Alexandre José Montanha<sup>73</sup>.

Teve início a aberturas de ruas e outros caminhos (estradas) e, num segundo momento, com intenção de dar forma a Vila de Porto Alegre, iniciou-se no “Alto da Praia” (atual Praça da Matriz) a construção do centro de decisão e poder da Freguesia, os primeiros prédios públicos, entre eles a Igreja da Matriz, a Casa da Junta (1790) e o Palácio da Presidência ou do Governo (1784), além de outras melhorias no plano geral como as primeiras fontes públicas, os moinhos, o arsenal da marinha e os armazéns gerais<sup>74</sup>. O ano seguinte foi muito importante para a nascente povoação, ocorre a transferência da sede do governo de José Marcelino de Figueiredo, dando novos rumos, perspectivas e nome a este “Porto”, passando de São Francisco dos Casais para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre<sup>75</sup>.

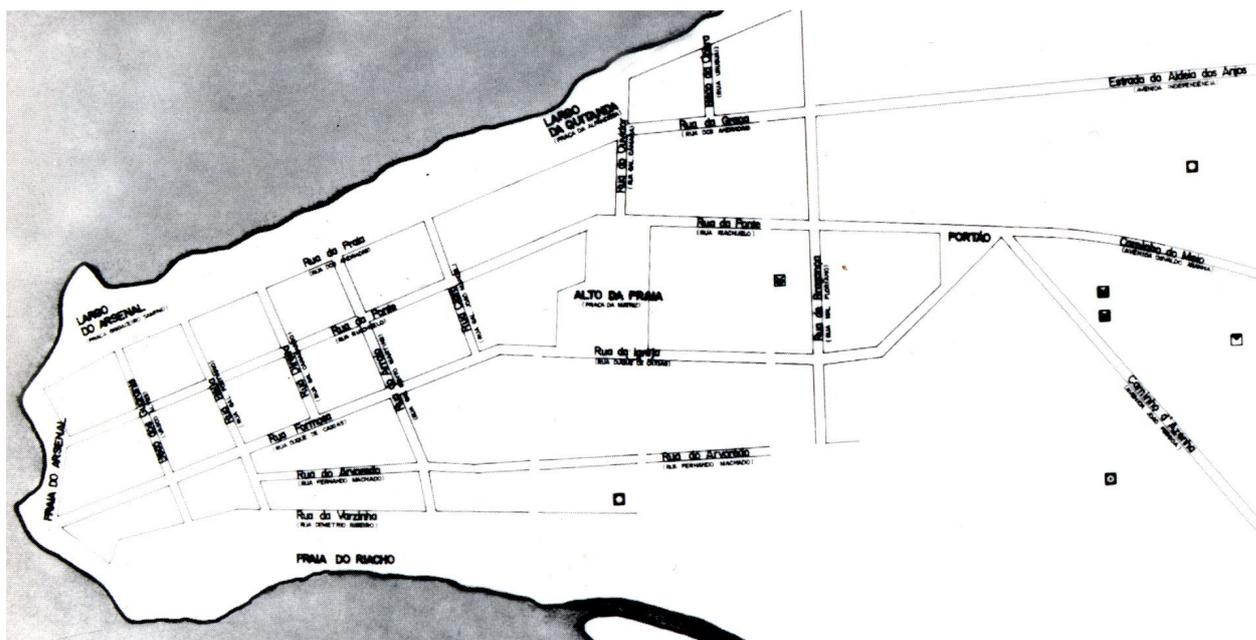
---

<sup>72</sup> PESAVENTO, op. cit. p. 19.

<sup>73</sup> FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre. 1983. p.11.

<sup>74</sup> FRANCO, op. cit. p.10.

<sup>75</sup> *Ibidem*. p. 11.



(Imagem: PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 23)

Em decorrência do crescimento da população, das novas condições políticas, passa a existir uma demanda pela melhoria das condições materiais do local. Esta exigia agora novas construções, por sua vez mais belas, sólidas e duradouras<sup>76</sup>. Em vista disto, passa-se a importar de Laguna telhas e tijolos, mas por volta de 1780, surgem na região dos campos da Várzea (próximo a Rua da República hoje) várias olarias. Aos poucos a povoação passa a tomar corpo de cidade, surgindo já a preocupação com o embelezamento e com a limpeza das ruas. Um edital datado de 22 de março de 1794 traz algumas determinações neste sentido, onde os moradores da zona urbana deveriam calçar a frente de suas casas. Em relação à melhoria do tráfego foram construídas pontes nas vias centrais, uma na rua Direita (Gal. Canabarro), outra na rua da Graça (Andradas) e mais uma na rua do Cotovelo (Riachuelo), mais tarde a Ponte da Azenha (1802)<sup>77</sup>.

Além das construções de igrejas, palácios, enfermaria (1795), cadeia (1794), das pontes, olarias e fontes públicas, teremos também a instalação de um serviço de correio, constituindo-se em um grande passo para a conexão com o restante do país e do mundo. A vila aos poucos se organizava, passando a ter ares de cidade, adquirindo a capacidade de receber a estrutura administrativa do governo e em pouco tempo desempenhar as funções de

<sup>76</sup> MACEDO, Francisco R. de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 60.

<sup>77</sup> MACEDO, op. cit. p.60.

comércio e navegação<sup>78</sup> que não tardam a desenvolver-se, ao longo da Rua da Praia e mais tarde em torno do Mercado Público.

Toda esta efervescência e desenvolvimento ocorrem na parte “intra-muros”, nas áreas vizinhas ao núcleo que pretende-se urbano. Na zona rural ampliam-se as atividades agrícolas, dentre elas a que merece destaque é o cultivo do trigo para fabricação de farinha, que demanda a construção de moinhos para seu beneficiamento. Uma outra atividade da zona rural também merece destaque, as charqueadas, importantíssimas para o abastecimento urbano, instalada por volta de 1794 às margens do Jacuí a charqueada velha, logo depois teremos uma no morro do Cristal e outra na Ponta do Dionisio<sup>79</sup>.

Conforme Francisco Riopardense de Macedo, embora a zona propriamente urbana permanecesse limitada à ponta da península, as atividades em seu entorno não cessaram de aumentar, estendendo-se além da área da primitiva sesmaria de Jerônimo de Ornellas, onde passaram a surgir pequenas aglomerações de casas, mesmo que mal alinhadas e distantes umas das outras, estas constituiriam o ponto de partida dos primeiros Arraiais. Estas casas na verdade eram um pontilhado de estabelecimentos rurais e agrícolas, que por sua vez, favoreciam o abastecimento e o crescimento do Povoado<sup>80</sup>.

O comércio do centro povoado era beneficiado e alimentado por sua proximidade com outros povoados como Santo Antonio da Patrulha, Jesus Maria José do Rio Grande, Nossa Senhora da Conceição do Arroio, Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, Nosso Senhor do Bom Jesus do Triunfo, Santo Antônio dos Anjos, Nossa Senhora de Oliveira da Vacaria, Santo Amaro, São José do Taquari, Nossa Senhora da Conceição do Estreito, Mostardas e Cachoeira. Conforme Macedo, no período em questão um centro povoado não elevado à condição de vila, como no caso de N. S. Madre de Deus de Porto Alegre, poderia ter mais significação comercial do que outros centros que já encontravam-se nesta condição, isto em função de alguns fatores tais como a questão demográfica e dos acessos ao povoado<sup>81</sup>.

Em relação à questão demográfica, o povoado de Madre de Deus de Porto Alegre possuía, por volta de 1780, 1.512 habitantes e em 1803 chega a 3.927, um aumento tão

---

<sup>78</sup> Ibidem. p.61.

<sup>79</sup> Ibidem. p.63.

<sup>80</sup> Ibidem. p.64.

<sup>81</sup> Ibidem. p.65.

significativo que justificará a indicação do povoado como um dos quatro primeiros municípios escolhidos para a administração dos 14 centros povoados de então (os outros três foram Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio), assim como influenciará a elevação do povoado a vila em 27 de agosto de 1808, que se efetivará apenas em 11 de dezembro de 1810<sup>82</sup>.

A questão da acessibilidade ao sítio é outra questão importante uma vez que teremos os acessos fluviais, no caso o rio Jacuí, que de certa forma orientou os processos de ocupação da região em fins do século XVIII, e foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico da mesma. Por terra podemos mencionar os dois caminhos ao sul que ligavam o povoado a Viamão, o Caminho do Meio e a Estrada do Mato Grosso, e ao norte podemos mencionar a Estrada de Baixo que vinha a facilitar os contatos com os núcleos de Gravataí, Santo Antônio e Osório.

Neste início de século XIX a vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre crescia e se densificava intra-muros. Extra-muros, as terras dividiram-se em chácaras e propriedades rurais, dando segmento a lógica de desenvolvimento e divisão do trabalho iniciada no último quartel do século XVIII. Em relação ao comércio da vila podemos fazer algumas considerações, primeiramente através de um exercício comparativo entre os quatro principais núcleos urbanos de então: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Triunfo. Teremos em Rio Grande o principal centro econômico da capitania de São Pedro do Sul sendo responsável por 42,8% dos rendimentos, Porto Alegre 26,5%, Rio Pardo 22,5% e Triunfo 8,2%<sup>83</sup>.

Em função de sua importância administrativa no conjunto da província assim como de sua posição econômica, a vila apresentava um quadro de rápidas mudanças dentre elas o crescimento demográfico apresentado nos anos de 1803 a 1814, aumentando de 3.927 para 6.111, que é significativo e fundamental para as ambições da vila que quer tornar-se cidade de fato. A região ocupada pela vila de N. S. da Madre de Deus de Porto Alegre passou a ser considerada, por constituir-se no vértice formado pelo rio Jacuí e pela Lagoa dos Patos, sendo

---

<sup>82</sup> Ibidem. p.68.

<sup>83</sup> Estes índices são meramente ilustrativos, uma vez que estas quatro povoações não correspondiam ao total do movimento econômico da província, mas servem como uma exemplificação da importância destes quatro núcleos, e também como base para observarmos a importância comercial da vila de N. S. da Madre de Deus de Porto Alegre, extraídos de MACEDO, Francisco R. de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 71.

um elo de ligação com os outros dois principais centros populacionais e comerciais, Rio Pardo e Rio Grande, vindo então a assumir a função de centro comercial através de seu movimento portuário, efetuando as atividades de transbordo e trocas, enviando mantimentos e mercadorias, assim como seu porto passa a servir como ponto de fim de viagem a todos os navios que freqüentavam suas bacias navegáveis<sup>84</sup>.

Internamente, ressaltamos a existência de uma dinâmica atividade mercantil. A maioria destas atividades visava o abastecimento da vila, como as atividades ligadas à alimentação da população, no caso dos açougues com a função de fornecer o abastecimento de carne, a cargo de Manoel da Silva Ferreira e Antônio José de Alencastro, assim como a banca de peixe situada na praia do norte da vila de responsabilidade de João Ribeiro de Almeida<sup>85</sup>. Fora estes gêneros de primeira necessidade o principal gênero de comércio da vila consistia na venda do trigo, que era plantado em grande quantidade e suas colheitas cresciam a cada ano a ponto de serem exportadas, tendo como principais mercados consumidores Rio de Janeiro e Lisboa.

Em linhas gerais, podemos ter uma idéia do universo comercial da vila através do “Almanak da Vila de Porto Alegre com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul” (1808), de autoria de Manoel Antônio de Magalhães, que exerceu a função de contratador dos dízimos e quintos na vila. Apresenta uma listagem que relaciona 57 nomes, dos quais 54 representam firmas individuais e 3 em nome coletivo. Estas firmas não dedicavam-se exclusivamente ao comércio, algumas dedicavam-se à criação de gado, ao plantio de trigo, ao ramo de transportes de mercadorias, a atividade da navegação, assim como constam proprietários de casas de negócio<sup>86</sup>.

Mesmo assim nestes primeiros anos dos oitocentos ainda não podemos falar de Porto Alegre enquanto cidade, nem como uma grande área de produção de gêneros agrícolas, ainda não temos o grande movimento de seu porto, pois esta posição ainda é ocupada por Rio Grande, porém esta situação não tardaria a mudar nas décadas seguintes, principalmente a partir de 1822 quando Porto Alegre é elevada a categoria de cidade.

---

<sup>84</sup> MACEDO, op. cit. p. 73.

<sup>85</sup> FRANCO, Sergio da C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre. 1983. p. 14.

<sup>86</sup> FRANCO, op. cit. p.17-19.

A produção de trigo foi de fundamental importância para a nascente vila. Levada a cabo principalmente pelos colonos açorianos que marcaram a produção de gêneros agrícolas na província de São Pedro em fins do século XVIII e início XIX, ao seu lado teremos como a principal atividade econômica a criação de gado e a industrialização do charque, também destinado a exportação. Em pouco tempo o charque tornou-se a principal indústria da Província, sendo assim, com o aumento de sua produção e dos cuidados com a criação do gado, nasce um novo problema, a falta de mão-de-obra para as lavouras, para o cultivo da terra, como opção viu-se a imigração. A primeira vista, esta empresa de imigração só foi possível em função do casamento de D. Pedro I com D. Maria Leopoldina da Áustria, que, em um gesto de boa vontade, empenha-se em trazer para o Brasil seus patrícios mais necessitados<sup>87</sup>, o que sabemos não tratar-se de toda a verdade, pois a conjuntura externa européia indica um momento de grande crise.

Sandra Pesavento coloca a vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX como um movimento que se insere no processo de expansão do capitalismo a nível mundial, argumentando que no plano europeu, o desenvolvimento do capitalismo em países como a Alemanha e Itália, foram capazes de gerar um excedente populacional que por sua vez ficou sem terra e sem trabalho, em função da acumulação de capitais, passando a constituir um foco de tensão social. A concentração da propriedade do solo e a emergência da indústria levaram a expulsão do camponês da terra e a uma desarticulação do trabalho artesanal, e a indústria por sua vez não se revelou capaz de absorver esta mão-de-obra excedente<sup>88</sup>. Aliada ao desenvolvimento capitalista, observamos também um momento de conturbações políticas internas, assim as massas populacionais em excesso estavam ameaçando a estabilidade interna, tornando o envio destas massas imigrantes para países como o Brasil em um “negócio” muito vantajoso, uma vez que iriam diminuir as pressões internas ao mesmo tempo que abriam a possibilidade de criar núcleos em outros países, formando novos laços comerciais, possibilitando posteriormente um retorno de capitais a suas pátrias de origem<sup>89</sup>.

No Brasil, a vinda de imigrantes era vista com bons olhos pelas elites rurais, uma vez que era conveniente a vinda de novos colonos para realizar as atividades de menor interesse, que não estivessem a par da má conduta do governo central em relação a seus súditos, assim

---

<sup>87</sup> MACEDO, Francisco R. de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 80.

<sup>88</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 45

<sup>89</sup> PESAVENTO, op. cit. p.46.

como de sua real condição de oportunidades frente ao direito de concessão de pequenas propriedades de terra, em vez das antigas sesmarias rurais de maiores proporções. A entrada de colonos imigrantes possibilitou posteriormente o processo de transição de mão-de-obra escrava para a livre, possivelmente sendo esta a sua principal função<sup>90</sup>. Por outro lado a primeira função dos imigrantes alemães era atender as demandas de povoamento e colonização de áreas virgens, possibilitando a criação de zonas de pequenos proprietários agrícolas, afim de diversificar a estrutura de produção agrícola, assim como aumentar a produção para poder atender as demandas internas do país<sup>91</sup>.

Os colonos foram recebidos a contra gosto pela população porto-alegrense, ocupando a área da antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo onde receberam os instrumentos e equipamentos que lhes eram necessários, sendo instalados definitivamente em uma região a quatorze léguas (92 Km) por via fluvial e sete (43 Km) por terra de Porto Alegre<sup>92</sup>. Estabeleceram-se no local recebendo lotes de terra doados, com extensão de 77 ha em 1824, os lotes de terras passaram a ser comprados pelos colonos a longo prazo a partir de 1854<sup>93</sup>. A partir da chegada da primeira leva de imigrantes em 1824, ocorre a chegada de novas levas de imigrantes anualmente até as vésperas da Revolução Farroupilha, totalizando entre 1824 e 1830 aproximadamente 4056 colonos<sup>94</sup>.

Muitos destes imigrantes alemães acabavam não chegando ao seu destino final, as zonas coloniais. Quando chegavam a Porto Alegre, visualizavam melhores oportunidades de trabalho fixando-se no então centro de consumo. Deslocavam-se para longe do núcleo urbano, para uma área entre o porto e a desembocadura do Rio dos Sinos, onde instalavam suas oficinas e ali permaneciam, vendendo seu artesanato ao núcleo urbano ao sul e a leste, na várzea tinham como clientela as concentrações de carretas e viajantes. Estas atividades revelaram-se importantes para o crescimento da cidade, uma vez que estimularam o nascimento do Arraial dos Navegantes e a abertura do Caminho Novo, assim como mais tarde a sua ligação com a estrada que levaria a Gravataí, facilitando o tráfego das carretas que se destinavam ao Mercado<sup>95</sup>.

---

<sup>90</sup> Ibidem. p.46.

<sup>91</sup> Ibidem. p.46.

<sup>92</sup> MACEDO, Francisco R. de. *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 81.

<sup>93</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 47

<sup>94</sup> MACEDO, Francisco R. de. *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 81.

<sup>95</sup> MACEDO, op. cit. p.78 - 82.

Nesta época Porto Alegre já havia chegado a condição de cidade, capital de direito desde 1773, conforme a *Carta de Lei de 14 de novembro* de 1822, assinada pelo Imperador D. Pedro I, no Rio de Janeiro, onde além de outras coisas diz:

“...hei por bem que a referida Vila de Pôrto Alegre, do dia da publicação dêste em diante, fique erecta em cidade; que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de Cidade de Pôrto Alegre – e haja todos os foros e prerrogativas das outras cidades dêste Império, concorrendo com elas em todos os atos públicos, e gozando os cidadãos e moradores das outras Cidades, sem diferença alguma, porque assim he minha mercê.”  
(MACEDO, 1968:83)

Inaugura-se assim o recorte principal desta pesquisa, a Porto Alegre cidade, sendo necessário até aqui a reunião de todos os fatores que de alguma forma tornaram isto possível. Passamos agora a um segundo nível de análise, que se caracteriza pelo aprofundamento de algumas características já apresentadas anteriormente, assim como pela apresentação de novos pontos, aprofundando a análise das estruturas desta cidade, acrescentando uma leitura de longa duração, inserindo a discussão das concepções de modernidade, modernização, consumo, vida material, vida-econômica e economia-mundo. Por fim passamos agora a inserir na medida do possível os dados advindos das fontes, outrora documentos, cultura material produzida na Porto Alegre do século XIX, num exercício de reconstrução deste cenário, através de seus testemunhos, das suas diferentes vozes e perspectivas.

### III - Modernidade, modernização e consumo<sup>96</sup>.

Passamos agora a discutir a relação entre os conceitos de modernidade, modernização e consumo, e sua possível aplicabilidade no estudo da cidade de Porto Alegre na segunda metade do século XIX, entendido aqui como o período em que se dá o início do processo de europeização de nossa sociedade em direção a um ideário moderno e capitalista, através de suas esferas de mercado e consumo. Um período de gestação de idéias, valores, discursos, práticas e representações, trabalhando em uma perspectiva interdisciplinar, incorporando elementos históricos, arqueológicos, sociológicos e antropológicos, buscando ampliar a discussão da modernização e do consumo em nosso passado recente.

Quando pensamos na modernidade hoje, estamos diante de uma grande discussão, pois o conceito vem sofrendo inúmeras mudanças ao longo do tempo, obrigando-nos a considerar variáveis espaciais e temporais. Desde os anos de 1980 vivemos um período com acalorados debates a respeito da crise da modernidade e do fortalecimento de um discurso pós-moderno. Sendo assim, vamos iniciar nossa busca pelos principais elementos presentes ou constitutivos do conceito de modernidade ao longo do tempo para posteriormente relacioná-los ao nosso estudo de caso.

Jean Chesneaux expõe que na linha de Baudelaire, há mais de um século, escritores e artistas invocaram a modernidade como uma busca cultural, exigente e difícil, uma espécie de não, ao conformismo. Nas palavras de Baudelaire o homem moderno *“vai, corre, procura... tal solitário de imaginação ativa, sempre viajando pelo deserto dos homens, tem um objetivo mais elevado que o de um puro ocioso... ele procura alguma coisa que podemos chamar de modernidade”*<sup>97</sup>.

Conforme proposto por Chesneaux<sup>98</sup>, a questão da modernidade não deve ser tratada como uma discussão de menor valor frente aos problemas contemporâneos, mas como um apelo ao consenso e à regulamentação, não é mais uma audácia de vanguardas como no passado, que trabalhava pela defesa da criação cultural, mas sim um unir-se ao modelo

---

<sup>96</sup> Este capítulo contém idéias originalmente expostas no artigo de mesmo nome anteriormente publicado em: *Brasil colônia e império*. Moacir Flores (Org.). Porto Alegre: EDIPLAT, 2006. p.119-140.

<sup>97</sup> CHESNEAUX, Jean. *Modernidade Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p.91.

<sup>98</sup> CHESNEAUX, op. cit. p.91-92.

comum de desenvolvimento social, de produção econômica e de vida cotidiana, não é mais uma escolha pessoal, mas uma norma social banalizante e redutora, um discurso de legitimação da ordem sócio-econômica dominante.

Na tradição cultural ocidental, a modernidade era um ideal em perpétuo “*vir-a-ser*” que preservava o conflito entre “*antigos*” e “*modernos*”, dois termos que haviam se cristalizado na França desde o fim do século XVII. A cada época, a modernidade foi redefinida, reavaliada e posta em questão<sup>99</sup>, não podemos falar de modernidade e sim de modernidades, e as modernidades se sucederam segundo uma lógica de ciclo sempre renovado.

Em sua expressão de mercado e consumo, a ideologia dominante da modernidade figura-se no “*mais*” que é a forma superior do “*melhor*”, numa lógica onde a quantidade prima pela qualidade, onde o outro não passa de uma versão imperfeita do eu, o progresso técnico é a expressão suprema do melhor-ser humano<sup>100</sup>.

A modernidade, francesa no caso, apresenta uma contradição: de um lado, a pesada coerência, a interconexão planetária (globalização), a necessidade histórica, e de outro lado, a sociedade “*moída*”, a errância dos indivíduos “*sem pertença*”, uma mecânica social indeterminista.

A modernidade nos faz uma proposição falsa que consiste em colocar como seu alento à universalidade, a necessidade da modernidade enquanto modelo global, no sentido de culturas, atividades materiais e formas de espírito, uma proposta de gestão integral entre diferentes e até mesmo opostos. Os ocidentais vivem no mundo da cidade, dos negócios, entusiasmados diante das inovações tecno-científicas, e os não-ocidentais e miseráveis tornam-se excluídos da unidade “*global*”, buscam alcançar de alguma forma o modo de vida dos países ricos e alimentam uma ilusão chamada de modernidade. As elites não-ocidentais, representando os setores privilegiados pelo interesse “*modernizante*”, procuram na modernidade a oportunidade de “*igualdade*”. A modernidade como busca cultural foi, durante muito tempo, a referência favorita dos intelectuais ocidentais.

---

<sup>99</sup> Em relação a um estudo mais aprofundado das mudanças de significado do conceito de Modernidade ao longo do tempo, ver: TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 p. 15-187.

<sup>100</sup> CHESNEAUX, Jean. *Modernidade Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.p.93.

Em “*Crítica da Modernidade*” de Alain Touraine, vamos encontrar um estudo de referência ao tratarmos do tema da modernidade, assim como encontraremos também algumas questões ligadas a modernização e ao consumo. Vamos nos centrar nos chamados “atores da modernização”<sup>101</sup>, que são identificados nos conceitos de nação, empresa e consumidor. Segundo Touraine<sup>102</sup>, as nações se definem mais por uma cultura do que por uma ação econômica, as empresas visam tanto o lucro e o poder quanto a organização racional da produção e os consumidores por sua vez introduzem nas suas escolhas aspectos cada vez mais diversos de sua personalidade à medida que seu nível de vida lhes permite satisfazer suas necessidades menos elementares e, portanto, menos enquadradas nas regras e estatutos tradicionais.

Em relação ao conceito de nação, Touraine faz uma separação entre as teorias clássicas da modernidade que defenderam a idéia de que os portadores da modernidade são os atores da vida social. A nação, segundo ele, “*seria a forma política da modernidade, pois ela substitui as tradições, os costumes e os privilégios por um espaço nacional integrado, reconstruído pela lei que se inspira em princípios da razão*”<sup>103</sup>. Sendo assim, “*a empresa é ator racional graças ao qual a ciência se torna técnica de produção, e cujo efeito de racionalização é julgado pelo mercado*”<sup>104</sup>. Quanto ao consumo, Touraine diz: “*ele é cada vez cada vez menos determinado pelo estado dos costumes e dos valores simbólicos atribuídos por cada cultura a certos bens; ele é comandado por escolhas racionais entre satisfações reduzidas a uma medida comum, o preço dos bens e serviços.*”<sup>105</sup>.

Enquanto a modernidade comercial e industrial apela mais para idéias universalistas de produção, de racionalização e de mercado que a idéia de nação, numerosas elites tiveram que inserir seus países nas mudanças internacionais, e, por sua vez, combater certas formas de vida econômica, social e cultural.

No Brasil, o nosso processo de modernização econômica se deu via comercial, a partir do início do século XIX, com a abertura dos portos “as nações amigas”, em consequência

---

<sup>101</sup> Em especial, capítulo III da obra TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 143- 158.

<sup>102</sup> TOURAINE, op. cit. p.143.

<sup>103</sup> Ibidem. p.144.

<sup>104</sup> Ibidem. p.144..

<sup>105</sup> Ibidem. P.144.

disto posteriormente em outros segmentos, não de comércio e sim de produção, passam a ocorrer pressões por maiores mudanças, inicialmente em relação à mão-de-obra adotada, no caso a transição do braço escravo para o imigrante europeu, já antes do fim da primeira metade do século XIX.

De acordo com Touraine “*é quando nos afastamos dos lugares centrais do desenvolvimento econômico que modernização e modernidade, sociedade e Estado se separam*”<sup>106</sup>. Esta afirmação é facilmente aplicável a nosso contexto, uma vez que nos países como França e Inglaterra estes conceitos se desenvolvem lado a lado, aqui na periferia eles andam separados, portanto não podemos falar em modernidade nem em Estado ainda como realidades em nosso recorte espacial e temporal podemos falar somente em um processo seletivo de modernização em nossa sociedade<sup>107</sup>. Estes dois últimos - modernização e sociedade - encontram-se em articulação, mobilizando recursos não modernos (sejam culturais, sociais ou econômicos) em prol de modelos que não podemos identificar como nacionalistas, e nem com a idéia de nação - conceitos que ganham força no Brasil somente no período entre a I e II Guerra Mundial.

Conforme Touraine,

“o nacionalismo é a mobilização do passado e da tradição a serviço do futuro e da modernidade. Ele abre a ou as culturas de seu território aos ares da modernidade e da racionalização, mas ele constrói também um ser nacional, mais modernizador que moderno. E tanto mais ligado as suas origens e a suas tradições quanto mais distante fica o país dos centros da modernidade e se sente ameaçado por um imperialismo estrangeiro”. (TORRAINE, 1994:146)

O autor afirma ainda que:

“a nação não é a figura política da modernidade, ela é o ator principal da modernização, o que significa que ela é o ator não moderno que cria uma modernidade sobre a qual ela procurará preservar o controle, ao mesmo tempo que aceitará perdê-lo em parte, em benefício de uma produção e de um consumo internacionalizados”(TORRAINE,1994:146).

Sendo assim, temos boas razões para duvidar de que tudo o que nos chega da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos sejam expressões de modernidade, pois chegam freqüentemente a “*dominação colonial, a imposição de modelos culturais simplesmente*

---

<sup>106</sup> Ibidem. p.145.

<sup>107</sup> SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000.

*estrangeiros*”<sup>108</sup>, ou seja, certos países vêm a controlar culturalmente uma grande parte das informações difundidas ao restante do planeta.

Segundo o mesmo autor, foi uma situação particular, “*a da entrada das nações pioneiras – Grã-Bretanha, França e um pouco mais tarde os Estados Unidos – na modernidade, que a nação se identificou com a abertura a esta última e com o desmoronamento das tradições e barreiras culturais*”<sup>109</sup>.

Podemos dizer que o ideal de modernidade surge nos países europeus de longa tradição cultural ocidental, em regiões já incorporadas ao sistema capitalista, num processo econômico gradativo que é acompanhado por um processo de mudanças sociais. A idéia de modernidade se apresenta num primeiro momento com os iluministas como uma ideologia liberal, caracterizada pela defesa do individualismo, racionalismo e universalismo<sup>110</sup>. Mais tarde, com a Revolução Francesa, que vem possibilitar a constituição do Estado Moderno sob a ótica do progresso científico e tecnológico, que culmina no advento da Revolução Industrial, a Modernidade torna-se um modo de vida social, que atinge amplos setores da sociedade.

Com o crescimento demográfico, com as novas mudanças sociais que ocorrem, inicia-se o processo de crescimento dos núcleos urbanos, o advento da divisão do trabalho, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa, enfim, um conjunto de mudanças que afetam a sociedade como um todo. O conceito de modernidade acompanha esse conjunto de transformações, passando a articular-se sobre a mudança, a inovação, a instabilidade, a tensão, a crise como representação ideal ou metodológica<sup>111</sup>, fugindo assim da meta iluminista. A modernidade traz consigo a idéia de necessidade de consumir, de apropriação do “*novo*”.

A modernidade nos países pioneiros Inglaterra, França, EUA, Alemanha, se processa em amplos setores da sociedade, sendo gerada a partir de mudanças sociais e ideológicas assim como por revoluções de ordem política e econômica<sup>112</sup>. No Brasil, o processo de modernização se introduz em apenas alguns setores, como uma espécie de reflexo das práticas

---

<sup>108</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 146.

<sup>109</sup> TOURAINE, op. cit. p.147.

<sup>110</sup> KERN, Maria Lúcia B. Modernidade e modernismo. *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. X, nº 2. dez/1984. Porto Alegre: PUCRS. p. 151.

<sup>111</sup> BAUDRILLARD, Jean apud: KERN, Maria Lúcia B. Modernidade e modernismo. *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. X, nº 2. dez/1984. Porto Alegre: PUCRS. p. 152.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 153.

de vida destes países pioneiros. A modernidade brasileira se processa ligada aos setores de maior interesse dos países industrializados, que convivem lado a lado de setores com estruturas arcaicas. O processo de modernização passa a acontecer de forma parcial, ou seja, antes da constituição de uma industrialização autônoma e do desenvolvimento de um mercado interno.

Segundo Darcy Ribeiro<sup>113</sup>, os procedimentos técnicos, os artigos manufaturados, os serviços e os hábitos de vida e consumo gerados pela revolução industrial, transformam a sociedade brasileira, começando a urbanizá-la em moldes modernos antes mesmo do advento da industrialização propriamente. Sendo assim, a modernidade brasileira surge imediatamente como uma prática de vida social, de forma parcial, mais próxima das elites, revelando fortes contradições. Esse processo de modernização no Brasil é marcado por singularidades, advindas de profundas transformações de ordem política, econômica, social e cultural como as ocorridas na Europa um século antes. Um conjunto de mudanças que, segundo Jessé Souza<sup>114</sup>, passam a ser percebidas a partir de 1808 com a abertura dos portos brasileiros às nações “amigas” e com a vinda da família real portuguesa para o Brasil.

Por consequência destes eventos, deu-se início à formação de um incipiente mercado capitalista, paralelamente à constituição de um aparelho de Estado. É a partir daí, que se dá a entrada de determinados valores modernos universalistas e individualistas, ou seja, a partir das condições propiciadas com a constituição das duas instituições mais importantes do mundo moderno - o mercado e o Estado. Segundo Souza<sup>115</sup>, devemos considerar duas questões fundamentais na caracterização da modernidade brasileira: a institucionalização dos valores através da constituição de um incipiente Estado Nacional e de um mercado capitalista, explicando assim a influência dos novos valores na vida dos indivíduos, assim como a questão da estratificação social que está relacionada à seletividade do processo de transformação valorativa.

Com o individualismo como valor moral e parte de um discurso modernizador, tornando-se dominante e legítimo na conformação dos comportamentos, leis, projetos coletivos e normas, a incorporação dos novos valores passou a ser elemento constitutivo da

---

<sup>113</sup> RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1983.

<sup>114</sup> SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000. p. 252-270.

<sup>115</sup> *Ibidem*. p. 252-270.

identidade de grupos sociais, a base para uma segmentação, devido ao acesso diferencial aos bens culturais. Surgem como palco as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre enquanto focos do processo modernizador, irradiadoras de uma nova concepção de mundo em favor dos valores impessoais da modernidade, contrapondo-os ao conjunto de valores tradicionais.

Para compreender melhor esse processo modernizador que ocorre no Brasil é necessário analisar em linhas gerais algumas vertentes do pensamento moderno ocidental, assim como acompanhar a discussão de sociólogos e antropólogos a respeito de nossa formação sócio-cultural, assim como buscar esclarecer as estreitas relações entre o estudo da modernidade e do consumo. É nesta relação entre modernidade e consumo que buscamos visualizar a absorção de idéias e práticas europeizantes em nossa Porto Alegre oitocentista.

Em relação aos pensadores ocidentais, vamos apresentar, com base no artigo de Souza<sup>116</sup>, os pressupostos trabalhados por Norbert Elias e Max Weber e sua possível relação com interpretações a respeito da singularidade brasileira. Em relação ao trabalho de Elias nos chama a atenção a sua preocupação com a dinâmica existente entre classes e estamentos sociais, num estudo de comportamentos e práticas, sobre o controle dos afetos e sentimentos humanos mais primários, onde o autor analisa as mudanças de comportamento ocorridas entre os séculos XII e XVI, mudanças relativas ao comportamento das pessoas à mesa, o trato com os humores, como assoar o nariz, o costume de cuspir, o sono, a vida sexual, etc. Esse conjunto de mudanças passa a ser regulado de forma a servir de sinal de refinamento e civilidade.

Ao lado dessas mudanças de conduta pessoal, passam a ocorrer outras mudanças, como a crescente divisão do trabalho, o acirramento da competição social e o controle externo que é substituído pelo controle interno. Tudo isto faz parte de um processo civilizatório, que para Elias traduz-se pela necessidade dos setores mais abastados de uma sociedade se distinguirem dos menos favorecidos, de modo a se perceberem legitimados na sua superioridade. À medida que os novos comportamentos são assimilados, eles perdem o seu caráter diferenciador e novos refinamentos têm de ser produzidos.

---

<sup>116</sup> SOUZA, Jessé. Elias, Weber e a singularidade cultural brasileira. In: NEIBURG, Federico. (et al.) WAIZBORT, Leopoldo. (org) *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP. 1999. p.65-78.

Max Weber irá trabalhar com a comparação entre diferentes culturas, a partir do estudo das religiões e da também grande importância ao controle dos afetos. Para Weber a disciplina é uma dimensão fundamental do processo de racionalização societária ocidental, que vem a culminar com a tese do protestantismo ascético como o parteiro do que ele chama de “*racionalismo da dominação do mundo*”, típico do ocidente.

Weber busca determinar a especificidade do racionalismo ocidental. Um dos componentes deste pensamento é identificado com a aquisição de uma consciência moral pós-tradicional, que é o que está em jogo na passagem do que ele chama de “*ética da convicção*”, típica de sociedades tradicionais legitimadas religiosamente segundo uma moral substantiva, para a “*ética da responsabilidade*”, que pressupõe contextos secularizados e subjetivação da problemática moral. Essa passagem é “espontânea” apenas no ocidente e o seu produto mais bem acabado é o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e a sociedade em que vive; esse indivíduo liberto das amarras da tradição é o *alfa* e o *ômega* de tudo o que associamos com modernidade ocidental, como mercado capitalista, democracia, ciência, arte moderna, etc.<sup>117</sup>. Em linhas gerais segundo Weber, podemos dizer que o protestantismo ascético foi o parteiro não intencional desse mundo secularizado, e que o racionalismo ocidental é visto como o racionalismo do controle dos afetos.

Tanto Norbert Elias quanto Max Weber consideram a competição social como o estímulo primário em direção à disciplina e ao controle dos impulsos naturais, resultando no chamado racionalismo da dominação do mundo, um mundo da razão instrumental. O berço desta nova cultura racional e liberta da tradição é o norte europeu e posteriormente os Estados Unidos, estes são os modelos de sociedade moderna, e nelas veremos que a necessidade de distinção social não é racional, baseada em uma necessidade social fundamental, ela é fundamentalmente arbitrária, estigmatizando comportamentos e favorecendo outros, de acordo com as necessidades de legitimação dos estratos sociais superiores<sup>118</sup>.

Na medida em que se consolida o poder dos estratos sociais em benefício dos quais o processo civilizatório se faz, temos a expansão e a tradução de sua visão de mundo, primeiramente à nação como um todo e posteriormente a outras nações. A ideologia, utilizada pelos estratos superiores das nações ocidentais agora passa a legitimar o interesse da nação,

---

<sup>117</sup> SOUZA, op. cit. p.72.

<sup>118</sup> Ibidem. p.74.

agora como civilizada, colonizadora e conquistadora, expressão de capacidade e superioridade desde fins do séc. XVIII e início do XIX. Para Weber, a Revolução Francesa, apesar do alvoroço que provocou, não se compara a uma verdadeira revolução da consciência como a do protestantismo ascético, associado à Inglaterra e aos Países Baixos.

Em relação ao estudo do processo de modernização que ocorreu no Brasil, Souza nos chama a atenção para a importância de se determinar a hierarquia valorativa que preside a institucionalização de estímulos seletivos para a conduta dos indivíduos em uma determinada sociedade. Essa seletividade, por sua vez, exige a consideração da variável do poder relativo de grupos e classes sociais envolvidos na luta social por hegemonia ideológica e material. Para Max Weber e Norbert Elias, a questão de se determinar a hierarquia de valores que logra comandar uma sociedade específica exige a articulação da relação entre valores e estratificação social; a vinculação entre concepção de mundo e estratos sociais que servem de suportes a essas concepções de mundo é de fundamental importância<sup>119</sup>.

A noção de suporte social de valores e normas refere-se aos processos inintencionais, sem sujeito, por meio dos quais grupos e classes identificam-se com valores e são ao mesmo tempo perpassados e dirigidos por eles na dinâmica social. Precisamos incorporar uma leitura da estratificação social que explique como e por que precisamente “estes” valores e não “outros” lograram institucionalizar-se em nossa formação.

O que Souza chama de poderes impessoais nos ajuda a responder estas questões. Para ele os poderes impessoais que criam o “indivíduo” não limitam sua extraordinária eficácia ao mundo da rua<sup>120</sup>. Eles entram dentro da casa de cada um de nós e nos dizem, em grande medida, como devemos agir, o que devemos desejar e como devemos sentir. Ao contrário do que supõe a dualidade damattiana, os poderes impessoais que, criam o “indivíduo” do mercado e do estado, não são instituições que exercem seus efeitos em áreas circunscritas e depois se ausentam nos contatos face a face da vida cotidiana. Eles jamais se ausentam e na verdade penetram até nos mais recônditos esconderijos da consciência de cada um de nós. A dualidade damattiana pressupõe a perda da eficácia específica das instituições que criam o mundo moderno.

---

<sup>119</sup> SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000. p.191.

<sup>120</sup> Com referência a crítica feita por Souza a Roberto DaMatta, em relação a obra *A casa e a Rua*. In: SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000. p. 203-209.

Souza diz que são as normas e regras sociais implícitas que hierarquizam uma sociedade, indivíduos ou classes dominantes são no máximo, suporte desses valores e normas, mas de modo algum sujeitos intencionais desse processo. Ele acredita que por trás das evidências dessas noções damattianas esconde-se uma noção indiferenciada do indivíduo ocidental moderno<sup>121</sup>.

Para Charles Taylor<sup>122</sup>, existe uma noção dúplice de indivíduo: a noção de dignidade generalizável, cujo lugar privilegiado é a economia e o mundo do trabalho, e a noção de autenticidade, que tem no casamento baseado em sentimentos e na constituição de um espaço de intimidade e cumplicidade compartilhado talvez sua objetivação mais importante. O ponto essencial aqui é que o elemento expressivo e afetivo da personalidade individual é levado em conta como componente constitutivo da noção de indivíduo moderno. A alternativa entre indivíduo e pessoa refere-se, na realidade, a dimensões distintas do mesmo conceito de indivíduo, o qual só encontra condições de desenvolvimento precisamente em sociedades modernas e complexas, o que não é o nosso caso brasileiro.

Indo mais a fundo nesta questão da relação entre os dois poderes impessoais que criam o indivíduo “moderno”, o Estado e o mercado, vamos nos deter no segundo. A questão do mercado nos aproxima de nossa questão central, do estudo da Porto Alegre oitocentista, uma vez que partimos da hipótese de que é através de nossa inserção no processo de mundialização do sistema capitalista na condição de mercado consumidor é que passamos a ter um maior contato com o ideário europeu modernizante.

É indiscutível a chegada de produtos importados da Europa. Estes produtos chegavam via marítima através de embarcações de várias bandeiras, dentre elas inglesa, belga, dinamarquesa, francesa, holandesa, etc. Como veremos adiante, estes produtos encontraram diferentes caminhos até a chegada, alguns vinham diretamente ao porto de Rio Grande, outros paravam em São José do Norte, alguns chegavam diretamente na alfândega de Porto Alegre, assim como haviam muitos produtos que chegavam ao seu destino final, o mercado consumidor de Porto Alegre, por cabotagem vindos de outras províncias do Império, em

---

<sup>121</sup> SOUZA, op. cit. p.199.

<sup>122</sup> Charles Taylor é discutido por Jessé Souza no cap. 4 de sua obra *A modernização seletiva*. uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: UnB, 2000.p.95-123.

especial da então capital Rio de Janeiro. As evidências dessas relações comerciais podem ser vistas através de relatórios, mapas alfandegários, anúncios de jornais, mas principalmente através dos inúmeros testemunhos da cultura material exumados dos depósitos de lixo, o que deixa claro a existência de práticas que aproximam parcelas da população das classes burguesas européias, a partir dos produtos que consumiam.

Temos registros de um aumento de demanda por produtos importados assim que Porto Alegre passa a constituir um atrativo mercado consumidor, em contato com o sistema capitalista industrial em contínua expansão<sup>123</sup>, as economias- mundo, promovendo a internacionalização não só de mercadorias como também de idéias.

Nesta direção encontramos como referência os trabalhos de Fernanda Tocchetto<sup>124</sup>, Luis Cláudio P. Symanski<sup>125</sup> e Tânia Andrade Lima<sup>126</sup>. A tese de Tocchetto<sup>127</sup> é muito elucidante no que tange à interpretação dos significados das práticas cotidianas domésticas, onde procura relacionar questões vinculadas à prática, apropriação, discursos, representações - de sujeitos atuantes na vida cotidiana. Diz que as práticas cotidianas e seus significados tanto podem ser resultado das maneiras de apropriação de discursos e valores modernos como de resistência à eles.

A autora busca a variação, a singularidade das experiências cotidianas vividas na Porto Alegre oitocentista, dentro de um contexto de chegada de valores europeus modernos e capitalistas. Enfoca o estudo das experiências vividas no cotidiano das unidades domésticas, interpretadas através das práticas relacionadas ao descarte do lixo e à organização das refeições e do rito do chá. Estas práticas foram interpretadas a partir dos contextos arqueológicos das lixeiras domésticas - a formação dos depósitos de refugo e uso do espaço, os objetos de louça e vidro usados à mesa e no chá que eram jogados no lixo quando não mais

---

<sup>123</sup> Em relação a expansão do sistema capitalista ver: W ALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. México: Siglo ventiuono, 1998.

<sup>124</sup> TOCCHETTO, Fernanda B. *Fica dentro ou joga fora?* Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese).

<sup>125</sup> SYMANSKI, Luis C. P. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas*. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.), Buenos Aires: Tridente, nº 44 collección científica. 2002: p.31-62.

<sup>126</sup> LIMA, Tânia A. O papel da Arqueologia Histórica no mundo Globalizado. *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas*. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.), Buenos Aires: Tridente, nº 44 collección científica. 2002: p.117-127.

<sup>127</sup> TOCCHETTO, Fernanda B.. *Fica dentro ou joga fora?* Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese).

cumpriam a sua função ou quando perdiam seu significado. A autora propõe uma arqueologia que relacione contextos arqueológicos com novos discursos e idéias de transformação e construção de uma sociedade alicerçada em valores modernos que chegam na esteira das mercadorias e nos discursos europeizantes no Brasil dos oitocentos, o que se inscreve no lento processo de transição do escravismo para o capitalismo.

Já Symansky<sup>128</sup>, traz a preocupação e a necessidade de investigação das formas de como se deram a instalação e disseminação do modo de vida burguês no Brasil oitocentista antes da constituição de uma classe e de um modo de produção burguês no país. Busca as respostas através do estudo da cultura material, em especial a louça proveniente de sítios arqueológicos históricos de várias regiões do país (RJ, RS, MT, BA), efetuando uma comparação das amostras de louças dos mesmos, trabalhando diferentes aspectos reveladores de práticas e significados, gostos e consumo ligados a elas. Traz a relação destes itens materiais com os fatos históricos ligados à relação de mercado do Brasil com os países europeus industrializados e capitalistas.

O autor enfoca a necessidade de um discurso que justificasse a nova lógica de consumo desses produtos importados, uma maior identificação das elites brasileiras, sejam urbanas ou rurais, com modelos e padrões de comportamentos das elites européias. O que reverte na idéia da necessidade de se consumir certos produtos industrializados, na criação de um mundo material, em mudanças no interior dos ambientes domésticos/ privados, e no uso dos objetos para exibição, ostentação, novos ritos de sociabilidade, etc. Os objetos passam a ser sinônimo de distinção entre os grupos sociais, extrapolam a sua função utilitária, inseridos dentro desta cultura de consumo disseminada pelo capitalismo industrial europeu.

Seguindo esta lógica, cabe referenciar Lima<sup>129</sup>, que busca a análise dos primórdios do processo de globalização do sistema capitalista, trazendo a importância da Arqueologia Histórica, aqui entendida como a Arqueologia do capitalismo que, através da cultura material, visa atingir a penetração da lógica capitalista na sua etapa embrionária na sociedade

---

<sup>128</sup> SYMANSKI, Luis C. P. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.), Buenos Aires: Tridente, nº 44 collección científica. 2002: p.31-62.

<sup>129</sup> LIMA, Tânia A. O papel da Arqueologia Histórica no mundo Globalizado: Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.), Buenos Aires: Tridente, nº 44 collección científica. 2002: p.117-127.

brasileira, em especial na cidade do Rio de Janeiro, procurando apontar como as mentes dos agentes históricos foram sendo adestradas e seduzidas pelos bens de consumo industrializados, em profusão na periférica sociedade brasileira oitocentista, que encontrava-se atrelada ao monopolismo do Estado português.

A autora aponta o avanço dos centros produtores industriais sobre as nações periféricas, na busca da ampliação de seus mercados, a invasão de bens de consumo, que traziam consigo idéias e valores que domesticavam as mentes coloniais, criando novos valores moldados ao interesse do capital. Retrata esta primeira etapa de expansão do capitalismo através dos elementos da cultura material presente nos sítios oitocentistas de todo o mundo, como é o caso das louças inglesas, que foram consumidas em todo o globo.

Os pressupostos apresentados acima por Tocchetto, Symanski e Lima acerca da questão do desenvolvimento de um ideário moderno, da formação do mercado de consumo a partir da instauração das bases do capitalismo e suas conseqüências na formação sócio-cultural brasileira, tornam-se de fundamental importância, constituem a base para este estudo, uma vez que esses eventos são o ponto de partida para seguir uma investigação pontual das particularidades desses processos na Porto Alegre do século XIX.

As questões do consumo e da cultura do consumo estão inextricavelmente entrelaçadas com os problemas e temas centrais do pensamento social no decorrer da modernidade. O consumo é fundamental para entendermos a modernidade e para a reflexão sobre a mesma, levantando questões de necessidades e identidade, escolha e representação, poder, da relação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade, o individual e o coletivo<sup>130</sup>. A cultura do consumo não é apenas uma questão de modernidade, mas também de modernização. Quero dizer com isso que ao passarmos de uma leitura em escala européia para uma escala maior, de reflexão global, é necessário que façamos mais perguntas sobre o papel da cultura do consumo enquanto mediadora da relação com outras regiões do globo com a modernidade<sup>131</sup>.

O ideal de modo de vida ocidental consumista identifica-se com o ideal de

---

<sup>130</sup> SLATER, Don. *Cultura do Consumo e modernidade*. Trad. Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.p.05.

<sup>131</sup> SLATER, op. cit. p.05.

modernidade, que por sua vez relaciona-se diretamente com os ideais de liberdade, política e de ação, com o individualismo, ou satisfação pessoal, o sucesso econômico, ou capitalismo propriamente dito, a idéia de progresso e desenvolvimento, modernização, a vida nas cidades, etc.

Ser moderno, segundo Don Slater, é ser um consumidor, modernizar é, em última instância, manter contato com um modo de vida consumista, assim, devemos estudar os processos, objetos e ideologias consumistas e ver como podem atuar enquanto mediadores. Procura no estudo da sociedade como as pessoas buscam entender e controlar sua vida num mundo “moderno”. Ao fazer o uso de mercadorias, os consumidores têm de dar sentido a elas em termos de suas próprias vidas e culturas. A cultura do consumo não é algo simplesmente imposto pela modernidade ocidental, é uma das áreas em que todas as pessoas tentam construir sua própria modernidade<sup>132</sup>.

No estudo da história de longa duração a respeito do consumo percebemos um espaço onde ocorreram grandes transformações que desembocaram na chamada “Revolução” Industrial, que contribuiu para a gestação do capitalismo e seu aparato ideológico e tecnológico, afirmando suas ligações estreitas com a modernidade. O contexto moderno põe em evidência muitas questões como: as necessidades e estruturas sociais, a liberdade de escolha e o poder dos sistemas comerciais, a natureza da individualidade e da identidade, a reprodução da ordem social, a prosperidade e o progresso, o status e a divisão social, o destino moderno dos indivíduos na sua vida privada e cotidiana<sup>133</sup>.

A cultura do consumo é sem dúvida um tema que faz parte da trama da modernidade, um tema que retoma as preocupações e formas de pensar características do Ocidente moderno, e além disto, torna-se uma ferramenta importante para analisarmos e interpretarmos os processos de modernização ocorridos em outras regiões, como no nosso caso da Porto Alegre oitocentista.

O consumo de mercadorias expõe o cotidiano a uma intervenção racionalizada e de larga escala das forças e dos agentes econômicos. Ao consumir estamos ativando sistemas sociais de signos, estamos reproduzindo modos de vida específicos e culturalmente

---

<sup>132</sup> Ibidem. p.06.

<sup>133</sup> Ibidem. p.11.

significativos. Assim construímos identidades e relações sociais, quando passamos cotidianamente a reproduzir, a consumir, é um meio de exercer a cidadania e nos posicionarmos no mundo social frente as disputas de poder, onde os símbolos tornam-se fundamentais para a produção cultural do cotidiano.

O tema central da cultura do consumo é o modo pelo qual ela articula as questões de como devemos ou como queremos viver, diz respeito à estrutura material e simbólica dos lugares onde vivemos e nosso modo de viver nesses lugares, o alimento que comemos, as roupas que usamos, etc. Segundo Slater, os objetos do consumo são sempre culturalmente significativos e foram usados em todas as épocas para produzir culturalmente identidades. Diz que as lutas particulares em torno da vida cotidiana, os acordos específicos por meio dos quais a base material, as formas culturais e o status ético da vida cotidiana são uma realização muito particular da modernidade ocidental<sup>134</sup>.

O consumo como estamos vendo é um processo e o conceito de cultura de consumo diz respeito à reprodução cultural desenvolvida no Ocidente durante a modernidade, mas também não é uma questão exclusivamente ocidental, está ligado a valores, práticas e instituições – como o Estado e o mercado - que a definem como moderna.

A questão da cultura do consumo surgiu no Ocidente a partir do século XVIII, como uma afirmação que diferenciava a cultura ocidental do resto do mundo, uma cultura moderna, progressista, livre e racional<sup>135</sup>. Como vimos anteriormente era um projeto de civilização que posteriormente expressou o desejo de conquista do mundo com um discurso universalizante, que usou como ferramenta de penetração os mercados estimulando o consumo, disseminando não só mercadorias assim como o seu modo de vida ocidental ao globo. A cultura do consumo é parte da construção do mundo moderno e está ligada à modernidade e aos sujeitos que dela fazem parte, na medida em que o moderno se estabelece com base em uma visão de mundo, que se apresenta como o “novo”.

O consumismo apresenta-se com uma dupla face, no Ocidente é percebido como um instrumento de ordem social e de satisfação privada, na periferia, no mercado consumidor, apresenta-se como signo de dissolução social e ruptura cultural, através da penetração do

---

<sup>134</sup> Ibidem. p.14-15.

<sup>135</sup> Ibidem. p.18.

“novo”, da moda, entrando em choque com o “velho” e tradicional, que faz parte de um processo de disseminação geográfica de mercado.

A cultura do consumo já existia como um problema para os pensadores sociais, uma ideologia para a população e uma realidade para a burguesia praticamente desde o início do século XIX<sup>136</sup>. Baudelaire nos dizia que na modernidade o mundo inteiro é uma experiência passível de consumo antes mesmo da transformação da própria modernidade em mercadoria.

O consumo passa a se tornar respeitado ao ligar-se à construção da vida privada burguesa, transformado em cultura do consumo. Em meados do século XIX, emerge de uma série de lutas para organizar, domesticar e explorar comercialmente os espaços sociais onde a modernidade é encenada. O estilo dos bens, as atividades e experiência do indivíduo passam a ser uma questão pessoal de autenticidade, de pertencimento e identidade.

Segundo Mary Douglas<sup>137</sup>, podemos definir o consumo como um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei, este é um conceito aplicável desde as sociedades tribais à sociedade industrial. As pessoas criadas em uma cultura particular a vêm mudar durante suas vidas, surgem novas idéias, novas maneiras e comportamentos, a cultura evolui e as pessoas desempenham um papel nesta mudança. O consumo é a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma.

O consumo e cultura estão dispostos num campo de disputas em que diferentes discursos e projetos sócio-culturais entram em choque, e as escolhas de consumo em alguns casos podem determinar a evolução, ou melhor, a transformação das práticas de vida cotidianas. Os bens são necessários para dar visibilidade às categorias da cultura, as posses materiais estão carregadas de significação social e por isto são usados como comunicadores. Segundo essa lógica, podemos supor que a função essencial do consumo é a sua capacidade de dar sentido, as mercadorias, os objetos são bons para pensar a cultura, a sociedade<sup>138</sup>.

A cultura é um conjunto possível de significados herdados do passado e o principal problema da vida social é fixar os significados de modo que se sustentem por um período de

---

<sup>136</sup> Ibidem. p.23.

<sup>137</sup> DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens*: para uma antropologia do Consumo. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.p.102-103.

<sup>138</sup> DOUGLAS, op. cit. p.108.

tempo, para tanto os rituais servem para conter a flutuação dos significados. Por sua vez, os rituais são convenções que constituem definições públicas. Existem diferentes tipos de rituais, uns verbais e outros que utilizam suportes materiais, sendo os bens nesta perspectiva acessórios rituais. O consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos<sup>139</sup>.

Um dos objetivos do consumidor é construir através de sua ação um universo inteligível com os bens que escolhe. Essa escolha cria meios, formas de discriminação, isto é, pode agregar ou excluir elementos e indivíduos, os bens são a parte visível da cultura, são arrançados em perspectivas e hierarquias que podem dar espaço para uma variedade de discriminações.

Durante os rituais de sociabilidade ocorre um julgamento de adequação da escolha dos bens de consumo para celebrar uma ocasião particular. O indivíduo usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua comunidade, etc. O consumo é um processo em que as categorias sociais estão sendo continuamente redefinidas.

Os bens de consumo constituem sistemas de comunicação e significados, todos são portadores de significados, não em sua individualidade e sim no sistema cultural em que estão inseridos. Os bens têm valores como símbolos, pela concordância dos pares, os consumidores. Os consumidores criam um mundo em conjunto que é feito de mercadorias, as quais atribuem, constroem significados, ao passo que com o passar do tempo os resignificam. Os bens são um meio de revelar o consenso dentro de uma cultura. Dentro dessa idéia, pode-se compreender melhor que as percepções do social produzem estratégias e práticas que tendem a impor um projeto<sup>140</sup>, neste caso o projeto modernizante capitalista pelo qual segmentos sociais da Porto Alegre oitocentista passaram a dar sentido ao seu mundo.

Para entender melhor este conceito de representação, torna-se necessário trabalhar o conceito de apropriação, que *“visa uma história do social, dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas que os produzem”*

---

<sup>139</sup> Ibidem. p.103.

<sup>140</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusora Editorial Ida, 1988.

<sup>141</sup>. Este conceito é fundamental para o entendimento de como se dá o processo de absorção de bens e idéias capitalistas modernas, através das “*práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição*” <sup>142</sup>.

Estes pressupostos apresentados até aqui a respeito da vida material e econômica, da modernidade e modernização, do consumo de bens e da cultura do consumo, são modelos teóricos buscamos aplicar para explicar e interpretar a antecipação de práticas relacionadas à sociedade moderna capitalista européia em uma sociedade periférica ainda escravista, através do consumo, difusão e apropriação de artigos, idéias e valores importados da Europa.

Procuramos ampliar a discussão sobre alguns dos principais valores e idéias da modernidade ocidental, que influenciaram direta ou indiretamente o processo de modernização brasileiro. Num primeiro momento, apresentamos os conceitos de vida material e econômica, posteriormente trabalhamos a relação entre os bens, os objetos e as mercadorias como parte do processo de modernidade, de forma a criar as bases para uma relação destes pressupostos teóricos com os dados extraídos de um grande número de registros documentais que veremos logo em seguida.

A modernização da cidade de Porto Alegre no século XIX se processou via comercial, ou seja, antes e paralelamente a instituição da mão-de-obra livre, antes de um processo de industrialização propriamente dito, e anterior à instalação efetiva de um modo de produção capitalista.

Fomos inseridos na modernidade na situação de mercado, e nosso processo de modernização foi parcial, ligado às elites e ao capital. Um processo seletivo onde poucos tomaram a frente. É inegável a atuação de agentes capitalistas em nossa cidade e em nosso mercado. Isto será comprovado através dos anúncios de jornais, dos registros de propriedade e principalmente nos depósitos de lixo oitocentistas que revelam o consumo em larga escala de produtos importados da Europa. Aqui se consumiam mais que produtos, assimilavam-se idéias e revelavam-se práticas europeizantes.

---

<sup>141</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Roger Chartier, trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

<sup>142</sup> Ibidem. p.73.

#### IV - As cidades, as economias e as periferias.

Observa-se nos últimos anos o aumento do interesse de pesquisadores em estudos relativos a cidades, as questões urbanas<sup>143</sup>. Este campo de investigação é amplo e conta necessariamente com especialistas de diversas áreas, abrindo campo ao estudo interdisciplinar, num esforço entre profissionais das áreas da história, arqueologia, arquitetura e urbanismo, geografia, antropologia, sociologia, entre outras.

As cidades são lugares de história e arqueologia, são infindáveis as questões e problemáticas investigativas, quando o objeto de análise trata-se de uma cidade. A cidade concentra as atenções, potencializa os problemas, oferece desafios<sup>144</sup>, enfoca diferentes olhares, dá vida a diferentes vozes. Procura-se compreender o processo de constituição e desenvolvimento das áreas onde mais tarde se estabeleceram as cidades, em nosso caso específico consideraremos o processo de constituição e desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, mantendo os olhos voltados a questões relativas a sua vida material e econômica.

O estudo de uma cidade deve ser realizado em uma perspectiva de longa duração, sendo considerada antes de atingir o *status* de cidade, no caso de Porto Alegre desde os tempos de sesmarias, de vila, buscando chegar aos sucessivos processos de transformação, crescimento e desenvolvimento destes espaços até chegar na formação de uma verdadeira e rica vida material urbana.

Temos em mente que a nossa questão urbana, contudo, é filha do desenvolvimento do capitalismo e do advento da modernidade, processo que dotou a experiência do viver em cidades de um novo significado<sup>145</sup>. Estes dois fenômenos, o sistema capitalista e o advento da modernidade, são norteadoras de nossa investigação pois ela é fruto de seus desdobramentos no tempo presente e ambos os fenômenos fazem parte deste objeto de pesquisa, assim como da História e da Arqueologia Histórica.

---

<sup>143</sup> Dentre eles podemos citar os trabalhos de: MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995; THIESEN, Beatriz V. *As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*: PUCRS/ FFCH. Porto Alegre. 1999. (Dissertação em CD-ROM.); TOCCHETTO, Fernanda B.. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese em CD-ROM) e OLIVEIRA, Alberto T. *Um estudo em Arqueologia Urbana: a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre*: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2005. (Dissertação)

<sup>144</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.7.

<sup>145</sup> PESAVENTO, op. cit. p.7.

O ideário da modernidade se constrói a partir da vivência urbana e tem na cidade o seu campo de ação<sup>146</sup>. Como falaríamos sobre modernidade e capitalismo na Porto Alegre oitocentista? Como perceber a inserção de idéias, valores e práticas europeizantes nesta sociedade? Não encontraríamos outra forma de responder a tais questionamentos se não através do esforço de análise e interpretação da vida econômica<sup>147</sup> e vida material<sup>148</sup> da cidade.

Conforme expõe Fernand Braudel, as cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam os intercâmbios, tramam continuamente a vida dos homens, nasceram da mais antiga e revolucionária divisão do trabalho, a oposição entre cidade e campo, as terras de cultivo de um lado, as atividades urbanas de outro<sup>149</sup>. As cidades podem ser vistas como o progresso e sinal de modernidade, é para as cidades que se canalizam os alimentos, as indústrias, a moeda, a economia, enfim, o capitalismo.

As cidades, de um modo geral, podem apresentar algumas características comuns que chegam a ter uma certa continuidade de uma época para outra. Elas concentram as atenções através do fenômeno urbano que constrói uma linguagem fundamental, devem possuir um contato ininterrupto com a zona rural para atender as necessidades de abastecimento diário e precisa ser constantemente abastecida de material humano, braços para o trabalho<sup>150</sup>. Algumas cidades constituem verdadeiros centros, com ramificações em direção ao campo, como

---

<sup>146</sup> Ibidem. p.7.

<sup>147</sup> Entendemos por vida econômica o exposto por Fernand Braudel: “Por vida econômica designaremos em princípio, um nível superior, privilegiado, de la vida cotidiana, de más amplo raio: el cálculo y la atención le reclamam su participacion constante. Nacida del intercambio, de los transportes, de las estructuras diferenciadas de mercado, del juego entre países ya industrializados y países primitivos o subdesarrollados, entre ricos y pobres, entre acredores y prestatarios, entre economias monetárias y premonetarias, es ya en si misma casi un sistema”. BRAUDEL, Fernand. *Civilización Material e Capitalismo*. 1974. p.10.

<sup>148</sup> Vida material segundo Fernand Braudel: “Vida material, la expression designará pues preferencialmente, em el curso de este libro, los usos repetidos, los procedimientos empiricos, las mui viejas recetas, las soluciones venidas de la noche de los tiempos, como la moneda o la división de ciudades y campos. Una vida elemental que, sin embargo, no es enteramente impuesta ni sobre todo inmóvil. Es susceptible de aceleraciones, a veces de sorpresas: plantas nuevas que se aclimatam, técnicas que mejoram, se difunden, el arte del herrero, del tejedor, también del minero o del constructor de barcos que se modifican, muy lentamente bien es verdad, pero que se modifican al fin y al cabo. La moneda y las ciudades no cesan de incrementar su función, y ciertas innovaciones son decisivas”. A última frase do conceito é a que mais interessa nesta pesquisa, por estar estudando exatamente a vida material das cidades e as inovações advindas do capital. BRAUDEL, Fernand. *Civilización Material e Capitalismo*. Barcelona: Labor S.A,1974. p.10.

<sup>149</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilización material y capitalismo*. Barcelona: Labor, 1974. p. 381.

<sup>150</sup> BRAUDEL, op. cit. 382.

também gerenciam toda uma rede de cidades secundárias que em muitos casos só existem ou vem a existir em função da prosperidade do centro.

As cidades modernas, de economia moderna, vêm-se liberadas do domínio rural mesmo não possuindo uma divisão do trabalho bem delimitada entre campo e cidade. Uma vez que esta relação é variável ao longo do tempo, a separação entre os dois campos é uma característica fundamental, embora admitam-se períodos onde ocorram possibilidades de aproximação, divisão e reagrupamento<sup>151</sup>.

As cidades deixariam de viver e crescer, se não possuíssem maneiras de assegurar a chegada de novos homens a seus domínios e isto pode ser realizado através do processo de povoamento, posteriormente colonização e, se necessário, através dos processos de atração de imigrantes, como no caso do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre e das cidades circunvizinhas.

As luzes, os sons, as oportunidades da cidade também atraem as populações do campo em busca de uma vida melhor assim como habitantes de cidades vizinhas e até mesmo de outras regiões, porém não são somente braços para o trabalho pesado que são atraídos para a cidade, são recrutados de bom grado comerciantes, militares, professores, médicos, engenheiros, arquitetos, pintores, artistas<sup>152</sup>. A cidade não se desenvolve por si própria, depende, do ponto de vista social, dos recém chegados, da zona rural agropecuária e da rede de cidades secundárias com as quais se liga política e economicamente.

Com o advento do capitalismo a cidade é o campo de ação, o sistema necessita de uma cidade capitalista dominante, um pólo urbano diretamente conectado a uma economia-mundo<sup>153</sup>. Analisar as cidades a partir de um viés econômico foi uma das opções tomadas neste trabalho por que:

---

<sup>151</sup> Ibidem. p. 384.

<sup>152</sup> Ibidem. p. 388.

<sup>153</sup> Segundo Fernand Braudel, uma economia-mundo é uma adaptação da palavra alemã *Weltwirtschaft* (teatro-mundo) sendo utilizada no sentido econômico, onde: “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio a ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”. “Uma economia mundo é um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a *níveis diferentes*. Desenham-se no local três “áreas”, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. E obrigatoriamente, as qualidades e as características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, muda conforme nos deslocamos de uma zona para outra”. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 12 e 29.

“de todas as abordagens do espaço, a econômica como veremos, é a mais fácil de situar e a de maior amplitude. E ela não só dá o ritmo do tempo material do mundo: todas as outras realidades sociais, cúmplices ou hostis, intervêm incessantemente no seu funcionamento e são, por sua vez, influenciadas...” (BRAUDEL,1996:12)

Uma análise econômica da cidade de Porto Alegre ao longo do século XIX revela as estreitas relações entre a nossa “periférica” cidade, com os braços da economia-mundo européia, fazendo parte da sua enorme superfície, transcendendo os limites habituais de nossa economia. Revela uma Porto Alegre como cidade pólo, com suas próprias redes econômicas, porém conectadas ao todo da economia imperial, por sua vez conectada mais uma vez as redes da economia-mundo. Em todas as suas dimensões esta economia-mundo implica o benefício em torno de um centro, de uma cidade e de um capitalismo já dominante, o que não é ainda o caso de Porto-Alegre, mas sim das chamadas cidades-mundos, como Londres, que no período em questão tornou-se o centro do mundo, o centro da economia-mundo, assumindo a ponta da rede do tráfico (comércio) europeu a frente de holandeses, espanhóis, portugueses e franceses<sup>154</sup>.

A Porto Alegre oitocentista não pode ser considerada uma cidade-mundo, porém adquire ao longo do século uma grande importância enquanto pólo urbano, uma cidade - centro que oferece toda uma logística ao mundo dos negócios, concentra informações, mercadorias, capitais, créditos, homens e encomendas por possuir as portas abertas, ou melhor, os portos. Através do Porto é que abrem-se as portas de uma cidade ao restante do mundo, inauguram-se contatos ao sabor dos barcos à vela ou ao ritmo acelerado dos vapores que anunciam as últimas novidades.

Na história do Rio Grande do Sul, as cidades dominantes são cidades portuárias e seguem a lógica das demais cidades dominantes, ou seja, substituem-se umas às outras<sup>155</sup> de acordo com as conjunturas internas e externas, como foi o caso de Porto Alegre e Rio Grande, que alternaram-se nesta posição, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>154</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.19.

<sup>155</sup> BRAUDEL, op. cit. p.22.

Voltamos à discussão da economia-mundo, no seu centro só pode haver um pólo de cada vez, definido pelo triunfo ou fracasso de suas ações, no caso do século XIX, este pólo é a Inglaterra, assim a cidade de Londres é o seu pólo, se esta capital caísse os abalos se estenderiam até as suas periferias mais distantes, pois é nas margens, nas colônias é que ele será mais sentido<sup>156</sup>. Com o Brasil Colônia estando atrelado à Portugal, que por sua vez responde à Inglaterra, todas as conseqüências desta ligação econômica fazem sentir-se no Brasil, na periferia.

Um exemplo se faz necessário. Portugal perdeu seu império no Extremo Oriente, mais tarde ficou a dois passos de perder o Brasil, sempre que ocorreram perdas na economia da metrópole, o preço era cobrado na colônia, pois o Brasil passa a ser quase que exclusivamente a única fonte de renda da coroa.

Londres afirma-se com força total por volta de 1815, ultrapassando a próspera Amsterdã como centro da economia-mundo, assumindo o controle através do poderio econômico, tomando o controle da navegação, da expansão mercantil e industrial, iniciando o domínio de seu mercado doméstico, e passando a agir em escala global utilizando como armas de dominação a navegação, os negócios, a indústria, o crédito, o poder ou a violência “política”<sup>157</sup>.

As ramificações desta economia-mundo englobam diversas zonas econômicas espalhadas no globo, que constituem um conjunto de ligações em prol de um centro, estas ligações uma vez estabelecidas tendem a perdurar ao longo tempo.

“De maneira rasa e ao sabor da corrente, séculos e séculos organizam cadeias de mercados locais e regionais. Essa economia local que gira por si mesma segundo as suas rotinas está destinada a ser periodicamente objeto de uma integração, de um reordenamento ‘racional’ em benefício de uma zona e de uma cidade dominantes, e isso por um ou dois séculos, até o surgimento de um novo ‘organizador’. É como se a centralização e a concentração dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação.” (BRAUDEL, 1996: 26)

---

<sup>156</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.24

<sup>157</sup> BRAUDEL, op. cit. p. 25.

Assim, os recursos que propiciaram a acumulação primitiva de capital ocorrida na Europa, partiam num primeiro momento da Colônia (Brasil) para a Metrópole (Portugal) e a partir desta redirecionava-se para o centro da economia-mundo, a economia superior, no caso a Inglaterra. Uma economia superior envolve a produção de mercadorias e dirige seu escoamento, que no caso do século XIX, chegava à nossa periférica cidade e materializava-se nos depósitos de lixo, hoje investigados a luz da arqueologia histórica<sup>158</sup>, está presente nos anúncios pesquisados no Jornal do Comércio<sup>159</sup> e pode ser visto também através da documentação oficial como nos Mapas Alfandegários<sup>160</sup> ou no Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas<sup>161</sup> datado do ano de 1866. Este esforço de nos aproximar do funcionamento destas redes mundiais da economia moderna e já capitalista reside no eixo central de nossa discussão, pois veremos agora como se comporta Porto Alegre neste cenário, como se relaciona com os núcleos vizinhos, suas zonas de influência e suas relações de comércio, seu mercado de consumo, enfim, como se manifesta sua vida econômica e material.

Voltando ao centro da economia-mundo, verificamos a sua influência em praticamente toda América, Portugal, assim como a Espanha, encontram-se sob a zona de influência inglesa, encontram-se em um nível diferente, sendo vistas enquanto zonas secundárias desta economia. É para o centro que canaliza-se o que há de mais avançado e de mais diversificado, o capital, a acumulação. Fora de suas zonas secundárias bastante desenvolvidas encontramos

---

<sup>158</sup> Utilizaremos o conceito de Arqueologia Histórica, conforme apresentado por Charles Orser como “*o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje*”. ORSER, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1992. p. 23.

<sup>159</sup> E análise realizada em periódicos de época revelaram-se de fundamental importância, em uma amostragem de 200 exemplares do Jornal do Comércio datados entre os anos de 1868 a 1889 encontramos evidências da importação de uma enorme quantidade de produtos vindo da Europa como chás ingleses, louças, perfumes e tecidos franceses, máquinas, etc. Tanto em sua “Secção Commercial” na parte de “Importação” quanto nas seções de “anuncios novos” e “anuncios repetidos” existem referências diretas aos produtos produzidos na Europa sendo consumidos e vendidos em Porto Alegre. Estes periódicos foram pesquisados no Arquivo Histórico Moisés Velinho e no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, entre os anos de 2002-2006.

<sup>160</sup> Estes mapas alfandegários fazem parte dos fundos documentais da Praça do Comércio (1859/1913), Junta do Comércio (1853/1913) e da Conservadoria do Comércio (1856/1867), a documentação refere-se aos relatórios anuais realizados anualmente através do presidente da Praça do Comércio de Porto Alegre, onde é apresentado um “Mappa geral da importação da Praça de Porto Alegre” seguido do ano do respectivo mapa, tivemos acesso aos anos de 1859, 1860, 1861, 1862. Foram também pesquisados mapas das alfândegas de Rio Grande e São José do Norte. Esta documentação encontra-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>161</sup> Trata-se de um relatório elaborado pelo Ministro e Secretário de Estado e dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas o Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, foi editado em 1866 no Rio de Janeiro e revela em seu interior um levantamento estatístico completo das atividades relacionadas as três pastas a nível nacional, porém priorizamos os dados relativos ao comércio e a importação. Este documento faz parte do acervo pessoal do restaurador Demétrio Lorens em São Paulo.

outras zonas, as regiões periféricas. As periferias em geral são regiões pobres, arcaizantes, onde o estatuto social dominante é a servidão ou mesmo a escravatura, regiões mal monetarizadas, em que a divisão do trabalho mal começou, onde a vida é muito barata, onde reina o atraso, o subdesenvolvimento e modelos de economia marginais<sup>162</sup>.

Ao analisarmos as fontes, vimos que a Porto Alegre oitocentista possui alguns destes elementos e por isso entendemos que ela encontrava-se na periferia da economia-mundo européia, era uma cidade que não estava incluída nem mesmo entre a zona secundária de influência, pois a níveis mundiais não podemos entendê-la como uma zona bastante desenvolvida, assim como podemos observar diferenças relativas ao seu estágio de desenvolvimento econômico, técnico, cultural e político. Porém, devemos considerar que éramos uma periferia em relação a um sistema econômico - cultural de lógica eurocentrista, que procurava impor-se ao restante do mundo através de seus instrumentos de dominação, em especial através da economia.

Immanuel Wallerstein fala sobre o processo de incorporação de vastas zonas novas à economia-mundo, diz que estas incorporações iniciaram na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX, aceleraram-se no fim do XIX e em princípios do século XX já haviam incorporado o mundo inteiro<sup>163</sup>. A incorporação à economia-mundo nunca se produziu por iniciativa daqueles que eram incorporados, e só aconteceu pela necessidade de expansão de suas fronteiras, de seus mercados. Trata-se de um processo lento, de longa duração, realizado pelo fluxo de atividades contínuas e não por movimentos abruptos. Wallerstein propõe um modelo para a incorporação de novas zonas que implica três momentos: encontrar-se na área externa de uma economia-mundo, ser incorporado e por fim periferializado<sup>164</sup>.

Segundo Wallerstein:

“La incorporación significa fundamentalmente que al menos algunos procesos de producción importantes en un lugar geográfico dado se convierten en parte integrante de varias de las cadenas mercantiles que

---

<sup>162</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 30.

<sup>163</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. México: Siglo veintiuno, 1998. p. 179.

<sup>164</sup> WALLERSTEIN, op. cit. p. 180.

constituyen la división del trabajo corriente en la economía-mundo capitalista.” (WALLERTEIN, 1998: 180)

Assim podemos dizer que fomos incorporados à economia-mundo capitalista no momento em que apresentamos condições de responder as novas demandas externas, em outras palavras, a divisão do trabalho, auxiliando a maximizar a acumulação de capitais através de nosso mercado. Fomos incorporados na situação de fornecedores de matérias-primas e, posteriormente, num segundo ciclo, enquanto mercado consumidor.

Em relação aos processos de incorporação e periferização é necessário que façamos uma distinção. Enquanto a *incorporação* implica em prender a nova zona na órbita da economia-mundo de forma que não tenha como esta zona escape, enquanto a *periferização* implica uma transformação contínua das microestruturas da área em questão, transformação que pode ser descrita como aprofundamento do desenvolvimento capitalista<sup>165</sup>.

---

<sup>165</sup> Ibidem. p.181.

## V- Porto Alegre: a cidade, seu comércio e seus testemunhos.

Porto Alegre passa a ser considerada uma cidade a partir de 1822, constituindo-se um núcleo urbano movimentado e populoso em poucos anos, passando por complexos processos de modificação em suas estruturas econômica, social e política, algumas destas mudanças estavam norteadas por valores burgueses e na idéia de progresso<sup>166</sup>. Formava-se lentamente uma nova identidade urbana a partir dos efeitos da internacionalização do capitalismo<sup>167</sup> e da participação de Porto Alegre na condição de zona periférica da economia-mundo, desempenhando as funções de mercado consumidor e porto comercial.

O crescimento da cidade vem a acentuar a diferenciação dos espaços urbanos da zona rural, o núcleo urbano crescia no sentido intra-muros<sup>168</sup>. Para a ordenação deste espaço urbano, teremos a criação de um Código de Posturas ou posturas policiais em 1829, aprovado pelo Conselho Geral da Província em 1831, tendo algumas reformulações de 1837 até 1843. O código procurou regulamentar uma série de aspectos da vida urbana porto-alegrense, destacamos: a definição dos novos limites da cidade, “*os limites urbanos iam da rua Barros Cassal (Beco do Barbosa) até a avenida Independência e desta seguia, incluindo todo o terreno da Santa Casa (misericórdia), através da Sarmento Leite até a rua Lima e Silva e desta para República, até o Riacho*”<sup>169</sup>, exigências para o fechamento de terrenos baldios, o calçamento das ruas e versava também sobre o controle da mão-de-obra escrava<sup>170</sup>.

Fatores de ordem econômica também contribuíram para o desenvolvimento da cidade, como o impulso dado pelo comércio do trigo, que transformou a cidade num centro escoador do produto em períodos de grande colheitas. Acrescemos ainda o impacto dos movimentos de imigração a partir de 1824 e posteriormente até 1850, com sua produção agrícola colonial que era vendida no centro comercial de Porto Alegre. Os movimentos comerciais de maior importância tinham como pólo a Alfândega que coordenava as atividades de navegação, assim como fomentava renda através de taxas e da arrecadação de impostos sobre mercadorias

---

<sup>166</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 28.

<sup>167</sup> PESAVENTO, op. cit p. 28.

<sup>168</sup> Desde 1778 estão construídas as fortificações em torno da cidade, orientando primeiramente o crescimento da vila, exercendo um importante papel na organização do espaço urbano uma vez que demarcava os limites entre o que viria a se tornar o espaço urbano e o espaço rural. As fortificações só foram demolidas em 1845, com o fim da Revolução Farroupilha. MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 24 e 31.

<sup>169</sup> MACEDO, Francisco R. *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 84.

<sup>170</sup> MACEDO, op. cit.84.

importadas. Ao lado da Alfândega teremos a Rua da Praia como outro importante cenário, palco do mundo dos negócios, com suas lojas, vendas e oficinas, servindo também como local de moradia de muitos comerciantes<sup>171</sup>. Estas características são descritas pelos viajantes franceses que passaram pela cidade de Porto Alegre e que deixaram algumas observações à respeito da organização de nosso núcleo urbano, dispensando atenção a Rua da Praia e a Alfândega.

Auguste de Saint-Hilaire<sup>172</sup> em 21 de julho de 1820 relata:

“A Rua da Praia, a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé a cavalo, marinheiros e muitos negros, carregando fardos. É provida de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de várias profissões. Quase igual a distância desta rua há um grande cais que avança para a lagoa, e à qual se tem acesso por uma larga ponte de madeira de aproximadamente cem passos de comprimento, guarnecida de peitoris e sustentada por pilares de pedra. As mercadorias, que aí se descarregam, são recebidas na extremidade dessa ponte, debaixo de um armazém de vinte e três passos de largura por trinta de comprimento, sustentado sobre oito pilastras de pedra, em que se apóiam outras de madeira. A vista desse cais seria de um belo efeito para a cidade, se não fosse prejudicada pela construção, à entrada da ponte, de um edifício muito pesado e rústico que mede quarenta passos de comprimento, para servir de alfândega”. (SAINT-HILAIRE: 2002:68)

Arsène Isabelle<sup>173</sup> cerca de dez anos depois, descreve a regularidade do núcleo urbano da cidade Porto Alegre, dando especial atenção a divisão dos espaços comerciais e administrativos, a Rua da Praia e a Rua da Igreja:

“A cidade é tão regular quanto pode permitir a desigualdade de uma colina íngreme, sobretudo na parte superior. Procura-se aliás diariamente, nivelar o terreno e alinhar as ruas, que são todas calçadas e dirigidas para os quatro pontos cardeais. As que vão para o norte e para o sul são as menos agradáveis de frequentar por serem traçadas no sentido da altura. As que são paralelas à direção da colina são mais bonitas: duas entre outras, a Rua da Praia e a da Igreja, são notáveis pelo grande número de lindas casas que apresentam. A primeira que fica na parte baixa, é a mais comercial; encontram-se ali, as lojas e as principais casas de negócios. A outra fica no alto da colina e, nela, estão a casa do governo da província, e tesouraria e a

---

<sup>171</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 20.

<sup>172</sup> Nascido em Orléans (França) no ano de 1779, Augustin-François-César Prouvensal de Saint-Hilaire dedicou-se aos estudos de História Natural, veio para o Brasil em 1816, percorreu as regiões do Rio Grande do Sul e da Província Cisplatina entre os anos de 1820 e 1821. Faleceu na França em 1853. FILHO, Valter Antônio N. *Os Viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria, Anaterria. 2004. p. 38.

<sup>173</sup> Nascido em 1807 no Havre (França), Louis Frédéric Arsène Isabelle era comerciante de profissão, viajou para a América do Sul em 1830, chegando ao Rio Grande do Sul em 9 de novembro de 1833. Em 1888 suicidou-se em sua terra natal. FILHO, Valter Antônio N. *Os Viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria, Anaterria. 2004. p. 66.

igreja principal, edifícios que só tem de notável sua extrema simplicidade”. (ISABELLE, 2006: 240)

No relato do comerciante Nicolau Dreys<sup>174</sup> por volta da década de 30 dos oitocentos, encontramos observações a respeito da navegação e dos negócios da província, em especial sobre a cidade de Porto Alegre e Rio Grande:

“A navegação interior da província é feita por 100 a 120 iates de 30 a 70 toneladas; por essas embarcações é que os produtos do país são conduzidos ao porto do Rio Grande ou Porto Alegre; pelas mesmas, os objetos de importação vão se repartir sobre todos os pontos de território acessíveis a navegação especial. Saem e entram, todos os anos, pela barra do Rio Grande, 250 a 280 barcos maiores, carregados dos produtos da província ou dos efeitos destinados a suprir suas precisões; desses barcos, 200, mais ou menos, pertencem aos negociantes da província, como donos ou pelo menos como interessados; os outros são de propriedade estrangeira, pois é o espetáculo ordinário ver tremular no porto de Rio Grande, entre as bandeiras brasileira e portuguesa, as bandeiras francesa, inglesa, americana, italiana e até das cidades hanseáticas, como o havemos presenciado.

As embarcações que recebe o porto de Rio Grande podem chegar, querendo até Porto Alegre, debaixo da direção de um piloto do país; percorremos esta distância num brigue português de 250 toneladas; todavia, a maior parte dos navios de carga costumam ficar nos porto do Sul.” (DREYS, 1927:154)

A respeito da disposição das ruas e dos negócios da cidade, Dreys acrescenta:

“As ruas principais de Porto Alegre correm paralelamente à direção do morro, isto é, quase Norte e Sul, elas se comunicam entre si por ladeiras ou ruas transversais mais ou menos íngremes, que as cortam em ângulo reto; a rua mais extensa, e a mais importante, em respeito ao comércio e a população, é a da praia, que se prolonga em torno do morro a Oeste, à borda da lagoa; nesta rua, formada por casas geralmente altas, de estilo elegante e moderno, quase todas habitadas por negociantes, é que parece ter concentrado o negócio, deixando as outras classes da sociedade as ruas abertas sobre os planos superiores. Ali está o edifício moderno da alfândega, e seu extenso trapiche sobre a lagoa; obra sem ornamentos, esbelta, porém, sólida, guarneçada de assentos de ambos os lados, e oferecendo um passeio que não deixa de ter seu merecimento para respirar-se a frescura das águas, nas belas noites de verão”. (FILHO, 2004: 35)

---

<sup>174</sup> Nascido em Nancy, na França em 1871. Chegou ao Brasil em 1817, como emigrado político e comerciante, morou na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul entre os anos de 1817-1827, vindo a falecer no Rio de Janeiro no ano de 1843. FILHO, Valter Antônio N. *Os Viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria, Anaterria. 2004. p. 34.



(Rua da Praia em 1860, fotografada por Luís Terragno. Imagem pertencente ao Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).

A cidade de Porto Alegre possuía uma vocação portuária e comercial, como mostram as descrições acima expostas em relação a este comércio, que se dá quase exclusivamente em função das vias fluviais, o que se justifica frente a posição geográfica privilegiada de Porto Alegre em relação a confluência de cinco canais fluviais. Este movimento comercial demandava o nascimento de um núcleo comercial nas imediações do local de desembarque das mercadorias da Alfândega, sendo como vimos a Rua da Praia <sup>175</sup>.

O fim da década de 20 até a metade da de 30 também foi marcada por alguns percalços econômicos na Província de São Pedro. A independência do Brasil em relação à Portugal não trouxe muitos benefícios para as populações do extremo sul do país. Neste período, surgiram problemas em função da cobrança de impostos sobre o charque, considerados muito altos. Paralelamente, ocorre a decaída da produção de trigo em função de pragas, como a “ferrugem”, fora isto, acrescem-se as taxas cobradas sob a forma de dízimos e pedágios sobre

---

<sup>175</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 26.

as mercadorias que seguem por terra. A união destes fatores acaba na eclosão da Revolução Farroupilha em 1835<sup>176</sup>.

Na capital o comércio já enfrenta problemas em decorrência da deficiência do meio circulante, resultando no acúmulo de dívidas por parte de governo, antes mesmo da Revolução, vindo a prejudicar e a diminuir as atividades econômicas<sup>177</sup>. Durante o conflito, a situação da cidade piora ainda mais, Porto Alegre foi atacada em 1836 e 1837 e ficou sitiada por um longo período (1838-1839), nestes anos esteve praticamente reduzida ao seu perímetro urbano<sup>178</sup>. Este isolamento trouxe conseqüências graves à população em decorrência do acúmulo de sujeira nas ruas, do abate de animais, do despejo de lixo e dejetos no interior do perímetro urbano<sup>179</sup>.

Politicamente, a cidade, durante a Revolução Farroupilha, representava o governo central, a Regência, constituiu-se como o principal símbolo de resistência contra a insurreição dos rebeldes republicanos, o que mais tarde viria a lhe render o título de “mui leal e valorosa” cidade<sup>180</sup>.

A classe comercial optou por não envolver-se diretamente no conflito<sup>181</sup>, procurando minimizar as perdas econômicas, buscando como opção, o fortalecimento das relações comerciais com a região do Vale do Sinos, transformando a cidade em centro escoador da sua produção através do porto, comércio que com o fim da Revolução revelou-se um importante fator de crescimento da cidade de Porto Alegre.

A Revolução Farroupilha durou dez anos - tendo seu término em 1845 - e teve como conseqüência principal o prejuízo econômico de Porto Alegre, devido à insegurança, a vulnerabilidade dos acessos terrestres a cidade, assim como também das dificuldades impostas à navegação na Lagoa dos Patos. Enquanto Porto Alegre padecia, acompanhamos o

---

<sup>176</sup> MACEDO, Francisco R. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 85.

<sup>177</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 28.

<sup>178</sup> FRANCO, op. cit. p. 86.

<sup>179</sup> MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 30.

<sup>180</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 29.

<sup>181</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 27.

sucesso do porto de Rio Grande onde os negócios prosperavam e aumentavam de volume<sup>182</sup>. A Revolução também influenciou diretamente o ritmo de crescimento da cidade de Porto Alegre<sup>183</sup>, retardando seu desenvolvimento ao mesmo tempo em que auxiliava no crescimento da cidade de Rio Grande, que praticamente duplicou sua população e seu volume comercial entre 1836 e 1852<sup>184</sup>.

Entre os anos de 1847 e 1848 observamos, através do Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil<sup>185</sup>, os movimentos da navegação em nossos principais portos, tendo o de São José do Norte a capacidade de atender em média 194 barcos, alcançando 220 toneladas, em Rio Grande temos 175 navios e 137 toneladas, e em Porto Alegre teremos apenas 8 barcos que a ela chegaram diretamente do exterior, numa média de 110 toneladas<sup>186</sup>. Estes dados não revelam toda a extensão do comércio da cidade, uma vez que, em relação ao conflitos da Revolução Farroupilha, ouve praticamente um abandono das relações diretas entre Porto Alegre e as praças de comércio estrangeiras. As mercadorias importadas do exterior tinham como destino principal os portos do Rio de Janeiro, e de lá seguia para as outras regiões via navegação de cabotagem. Segundo o mesmo mapa dos anos de 1847-1848 citado a cima, Porto Alegre foi o porto da província que teve mais registros em relação a navegação de cabotagem, registrando a entrada de 463 barcos, Rio Grande 237 e São José do Norte 61.

A navegação de cabotagem também era responsável pela entrada de boa parte das mercadorias importadas que entravam no mercado de Porto Alegre, vindas na maioria das vezes do Rio de Janeiro, o que revela-se uma continuidade observada através do “Mappa geral da importação da Praça de Porto Alegre” dos anos de 1859,1860,1861, 1862, assim como confirmam-se com as informações contidas no “Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas” de 1866, documentos que iremos analisar mais a fundo em seguida.

---

<sup>182</sup> FRANCO, op. cit. p. 30.

<sup>183</sup> MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 30.

<sup>184</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 30.

<sup>185</sup> Alguns dados deste Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil são analisados por Sérgio da Costa Franco, em: FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 32-33.

<sup>186</sup> FRANCO, op. cit. p. 32.

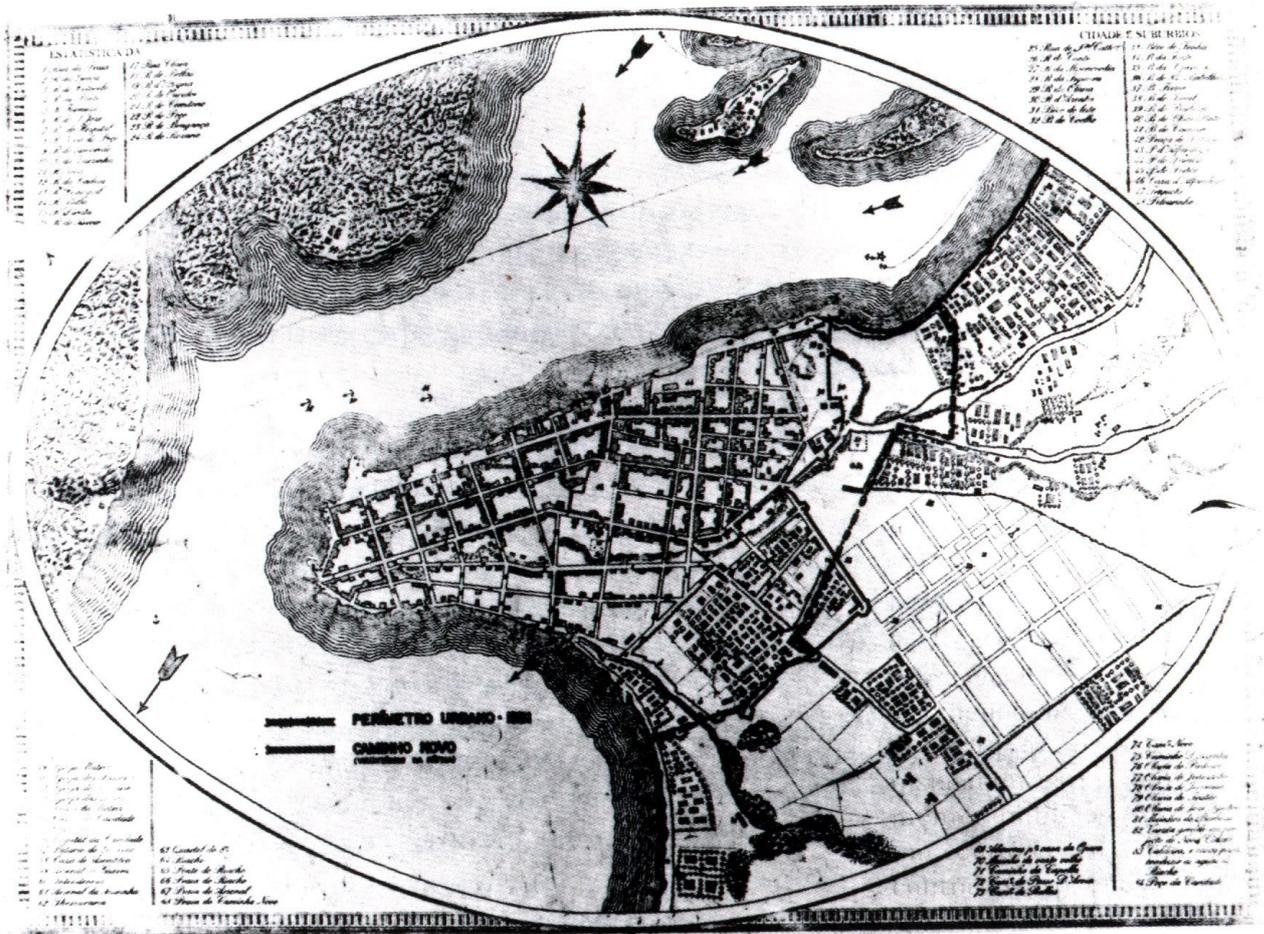
De forma geral, podemos dizer que as principais nações que comerciavam com a Província de São Pedro do Sul, na primeira metade do século XIX, são em primeiro lugar a Inglaterra, seguida dos Estados Unidos, com um menor volume de importações teremos as Cidades Hanseáticas, principalmente Hamburgo, e o Reino de Portugal<sup>187</sup>.

Com o fim do conflito Farroupilha, a partir da segunda metade do século XIX observamos a cidade de Porto Alegre retomar o ritmo de seu crescimento em direção as estradas e caminhos, levando ao surgimento dos primeiros arraiais, que constituíam-se de pequenas concentrações de moradias em torno de capelas, em cruzamentos e caminhos. Estas concentrações foram se adensando e acabaram dando origem a muitos dos bairros que compõem o núcleo urbano de hoje. Assim a cidade passa a se tornar o principal centro econômico da província, retomando a atração de investimentos e capitais, vindo a tornar-se o maior mercado consumidor do Rio Grande do Sul<sup>188</sup>, superando finalmente a cidade de Rio Grande, mas para isto se tornar possível foram necessários alguns melhoramentos na estrutura urbana.

---

<sup>187</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>188</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 29.



(Imagem: Planta da cidade em 1836. PESAVENTO, 1999: 32)

Em 1842 o Governador da Província Saturnino de Souza manda construir um mercado com o objetivo de organizar o comércio da capital, que até então funcionava de forma desordenada em barracas espalhadas no Largo Alfândega e no Largo do Paraíso. O mercado veio a reunir o comércio de carnes verdes, aves, frutas e hortigranjeiros. Ao lado do mercado construiu-se uma doca para estacionamento de carretas e carroças<sup>189</sup>.

Anos mais tarde a cidade de Porto Alegre viria a enfrentar um de seus maiores problemas. Durante a segunda metade do século XIX e início do XX, a cidade foi foco de algumas doenças e suas conseqüentes epidemias, o que tem relação direta com os hábitos de higiene da época, como a falta de limpeza dos terrenos, a coleta e as práticas de descarte de lixo e o trato com detritos. Estas epidemias causaram grande impacto na cidade. Quando a população da cidade girava em torno de 24.000 pessoas no ano de 1855, num surto de cólera

<sup>189</sup> MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 31.

*morbis* cerca de 10% da população morreu, outras epidemias viriam ainda viriam a ocorrer nos anos de 1867, 1874, 1902 e 1918. Estes casos nos revelam um quadro de precariedade em relação ao saneamento básico da cidade e as condições de insalubridade dos porto-alegrenses, situação que se agravou durante o período da Revolução Farroupilha, como exposto acima.

A cidade não pára seu crescimento ao longo do século XIX, demandando a criação das primeiras instituições locais de assistência médica e social; como a Santa Casa de Misericórdia em 1826, a abertura de novas ruas, o crescimento e desenvolvimento no campo cultural, com a construção do Teatro São Pedro em 1858. No mesmo ano foi fundada a Praça do Comércio<sup>190</sup>, a fundação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense (para o abastecimento de água a população), observa-se também todo um processo de urbanização em diversos pontos da cidade, como no caso dos largos da Alfândega, do Paraíso e do Arsenal (transforma-se em Praça da Harmonia)<sup>191</sup>.

Desenvolvem-se os arraiais, ocorre a demolição das fortificações em torno do núcleo urbano, constroem-se novos prédio como o do mercado, a nova Câmara, a urbanização já tornava-se uma necessidade, exigindo a contratação de engenheiros para planejar o crescimento da cidade. Os arraiais passam a receber denominações como Menino Deus, São Manuel, São Miguel, Navegantes, etc<sup>192</sup>. Estes núcleos passaram a exigir a instalação de transportes coletivos, com a instalação de linhas de bondes, a Cia. Carris de Ferros Porto Alegrense inaugura sua primeira linha em 1874<sup>193</sup>.

O primeiro mercado tornou-se pequeno frente ao rápido crescimento da cidade, sendo então necessária a construção de um novo Mercado Público, que foi aprovada em 1861, sua construção foi iniciada em 1864<sup>194</sup> e concluída em 1869. Este novo prédio se tornou

---

<sup>190</sup> A fundação da Praça do Comércio é um passo importante, um vez que os comerciantes aglutinados em uma associação, poderiam melhor organizar sua praça de comércio, as atividades de navegação, permitirá determinar o curso do câmbio e o preço corrente das mercadorias, fretes e transportes, assim como os créditos. Foi fundada em 14 de fevereiro de 1858, em casa de residência (Solar Lopo Gonçalves) de um dos principais comerciantes da cidade, Lopo Gonçalves Bastos. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 41-42.

<sup>191</sup> FRANCO, op. cit. 41-42.

<sup>192</sup> MACEDO, Francisco R. *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 98.

<sup>193</sup> MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 33.

<sup>194</sup> LANDA, Beatriz. Acompanhamento Arqueológico no Mercado Público Central de Porto Alegre. In: *Revista do Cepa*. Vol.20, nº 23 (mar. 1996). Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996.p. 79.

importante por sua arquitetura, obra do engenheiro Frederico Heydtmann<sup>195</sup>. Segundo Sérgio da Costa Franco o Mercado era:

“...um prédio térreo amplo em forma de quadrado, possuindo uma torre em cada um dos vértices e quatro portões de ferro, um em cada lado. Possuía 72 bancas internas e 80 externas, para o comércio de todo o tipo de gêneros que chegavam do interior na doca ao lado do mercado (atual Praça Parobé), onde atracavam vários tipos de barcos à vela.” (FRANCO, 1988: 271)



(Mercado Público e Doca do mercado em 1897, Fotógrafo: Irmãos Ferrari. Imagem pertencente ao Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman)

Estes locais retratados na imagem acima, o Mercado Público e a Doca das Frutas, vieram a ser alvos de pesquisas arqueológicas<sup>196</sup>, sendo hoje registrados como sítios arqueológicos históricos. Todos os sítios arqueológicos registrados no município estão

<sup>195</sup> MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 31.

<sup>196</sup> Conforme Fernanda Tocchetto: “As pesquisas arqueológicas realizadas no município pelo Museu Joaquim José Felizardo de 1993, resultaram no registro de cinco sítios arqueológicos pré-histórico... e dezenove históricos, pertencentes aos séculos dezoito e dezenove, localizados nas áreas urbana e rural. A Arqueologia Histórica passou a ocupar um espaço de pesquisa anteriormente inexistente no município de Porto Alegre”. Dentre estes sítios históricos incluem-se o Mercado Público Central e a Praça Parobé, identificados como lixeiras coletivas e registrados no IPHAN como RS. JA - 05 e RS. JA - 19. TOCCHETTO, Fernanda B.. *Fica dentro ou joga fora?* Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese em CD-ROM).

vinculados ao “Programa de Arqueologia Urbana do Município de Porto Alegre”<sup>197</sup>. Em linhas gerais, este programa visa integrar as informações provenientes das investigações arqueológicas objetivando proteger, valorizar e interpretar o patrimônio arqueológico histórico e pré-histórico, agindo na gestão e na pesquisa deste patrimônio, assim como deve promover ações na área da educação patrimonial<sup>198</sup>.

As pesquisas no Mercado Público central iniciaram-se a partir do ano de 1994, em função das obras de restauração do prédio, já tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Porto Alegre desde 1979. As intervenções caracterizaram-se como acompanhamento das obras e salvamento arqueológico<sup>199</sup>. No conjunto das intervenções (1994 e 1996) foram recuperados cerca de 9.000 peças, entre objetos e fragmentos, destacando-se a grande quantidade de fragmentos de faiança fina, que somaram 2.186, foram encontrados também ossos, vidro, metal, cerâmica, couro, papel, material construtivo, sementes e madeira. A maior parte deste material arqueológico foi produzido até meados do século XIX, confirmando a possibilidades destes objetos terem sido descartados nas margens do lago antes ou durante os processos de aterramento da área para construção do Mercado Público Central e da Doca das Frutas<sup>200</sup>.

Os processos de aterramento para a reformulação da área central da cidade, que crescia em direção ao rio, foram sendo efetuados de forma sistemática desde o início do século XIX. Muitos materiais utilizados como aterro eram lixo, material refugado após ter sido findada sua vida útil. Muitos destes materiais eram objetos e mercadorias estrangeiras, seu refugio constante formava depósitos, aterros, que constituem um prova do comércio internacional de bens de consumo.

---

<sup>197</sup> Publicado na *Revista do Cepa*. Vol.23, nº 30 (jul./dez. 1999). Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.p. 75-101.

<sup>198</sup> TOCCHETTO, Fernanda B. *Fica dentro ou joga fora?* Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese em CD-ROM).p. 13.

<sup>199</sup> Em relação ao acompanhamento arqueológico ver : LANDA, Beatriz. Acompanhamento Arqueológico no Mercado Público Central de Porto Alegre. In: *Revista do Cepa*. Vol.20, nº 23 (mar. 1996). Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996.p. 77- 104. e TOCCHETTO, Fernanda et. All. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, UE/SMC, 2001.

<sup>200</sup> TOCCHETTO, Fernanda et. All. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, UE/SMC, 2001. p.16.

Nas amostras exumadas durante as escavações foram encontradas algumas marcas de fabricantes como a alemã “ROEHLING” e a austríaca “GUTEHOFFNUNGSHUTTE”<sup>201</sup>, as inglesas Royal Worcester Spode Ltd., J. Clemenstons, Davenport, W. Davenport & Co., William Adams e Sons, que pela quantidade indicam uma certa predominância da importação de louças de Staffordshire<sup>202</sup>. A identificação destas marcas tornou possível sabermos a origem exata de algumas peças de louça, comprovando a existência de um mercado de consumo para estes bens aqui, na periferia, assim como possibilitou o conhecimento de seus respectivos períodos de fabricação, auxiliando numa datação mais precisa dos depósitos arqueológicos.

Antes de seguirmos nossa análise, é necessário fazermos algumas considerações em relação as lixeiras coletivas da área central de Porto Alegre. Em função do rápido crescimento da cidade, que procuramos descrever, a preocupação com a limpeza pública ganha força e em 1937 algumas áreas da cidade passam a ser definidas para o descarte de lixo e dejetos, dentre elas encontramos a área entre a Praça do Paraíso e o Porto dos Ferreiros, região onde se localiza o Mercado Público, e a área entre a Rua da Misericórdia e Rua do Rosário, local onde hoje se situa a Praça Rui Barbosa, da qual falaremos em seguida. Nestes locais se formaram os depósitos de lixo que possibilitaram estas pesquisas arqueológicas.

Segundo Tocchetto et al.:

“Os depósitos de lixo caracterizam um processo de formação de refugio secundário típico de ambientes urbanos. Este refugio tende a se acumular, na medida em que as pessoas são motivadas a depositar o lixo nos mesmo locais em que outros já o fizeram determinando assim uma função especializada para estes pontos. No meio urbano, estas lixeiras são normalmente utilizadas até que se esgote sua capacidade de receber refugos ou que se descubram alternativas mais convenientes”. (TOCCHETTO et. all., 2001: 19)

Nestes depósitos de lixo a categoria material que mais se destaca é das louças, isto é, a cerâmica industrializada de origem européia, sendo esta a que mais subsídios fornece em função de serem padronizadas, com períodos de produção específicos e que dispõem de farta

---

<sup>201</sup> LANDA, Beatriz. Acompanhamento Arqueológico no Mercado Público Central de Porto Alegre. In: *Revista do Cepa*. Vol.20, nº 23 (mar. 1996). Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996.p. 94.

<sup>202</sup> TOCCHETTO, Fernanda et. All. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, UE/SMC, 2001. p. 66, 102, 106, 107, 129, 130 e 132.

documentação histórica para auxiliar em sua datação, sendo a principal categoria material que iremos trabalhar em relação aos sítios arqueológicos da cidade de Porto Alegre.

Como vimos o Mercado Público Central (RS. JA - 05) foi caracterizado como uma lixeira coletiva em função de ser construído sobre um aterro com lixo datado do século XIX. As áreas em seu redor, em especial a área onde existia a doca das Frutas (hoje a atual Praça Parobé, RS. JA - 19 ) e onde hoje se localiza a Praça Rui Barbosa (RS. JA - 06) , apresentam as mesmas características, recebendo a mesma denominação arqueológica.

Na área onde hoje temos a Praça Parobé, funcionava a antiga doca das frutas construída entre 1844 e 1852. Esta área como já havíamos dito, também recebeu depósitos de aterros com lixo dos séculos XVIII e XIX. No local foi realizado o acompanhamento das obras para a construção de um terminal de ônibus, assim como foi feito o salvamento arqueológico do local pela arqueóloga Beatriz Thiesen em 1997. Este sítio arqueológico apresentou-se relacionado ao Mercado e a Praça Rui Barbosa, apresentado material arqueológico do século dezanove, com fragmentos de cerâmica (simples, vidrada, faiança fina, grês e porcelana), vidro, metal, ossos e madeira<sup>203</sup>. A louça totalizou 2.820 fragmentos, sendo sua grande maioria procedente do século XIX, no total foram exumados 4.709 fragmentos.

Em relação a Praça Rui Barbosa (RS. JA - 06), cujo salvamento arqueológico ocorreu no ano de 1995, sendo realizado pela equipe do Museu Joaquim José Felizardo. O salvamento foi realizado em função das obras de restauro da praça, das obras de construção de um terminal de ônibus, assim como para a colocação da tubulação para o esgoto fluvial. Nesta intervenção foram recuperados 4.423 fragmentos arqueológicos, novamente a louça se destacou, obtendo o registro de 1.391 fragmentos de faiança fina<sup>204</sup>.

---

<sup>203</sup> As informações aqui expostas foram retiradas da “Ficha de Registro de Sítio Arqueológico”, pesquisada no Museu Joaquim José Felizardo, este sítio encontra-se em fase de análise pela equipe do Museu, sendo assim apresentado somente dados parciais a respeito do mesmo.

<sup>204</sup> TOCCHETTO, Fernanda et. All. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, UE/SMC, 2001. p. 18.

Foram identificadas no sítio arqueológico da Praça Rui Barbosa as seguintes marcas de fabricantes: J. & M. P. Bell & Co. de Glasgow, Escócia; Brown Westhead Moore & Co., W. Baker & Co. e Wood & Son, todas inglesas<sup>205</sup>.

A estes três sítios arqueológicos acima apresentados somam-se na condição de lixeiras coletivas, o Paço Municipal e o Parque da Redenção, registrados junto ao IPHAN como RS. JA – 20 e RS. JA – 26. Iniciemos pelo Paço Municipal por estar situado também no centro histórico da cidade e possuir relação direta com os sítios do Mercado Público, Praça Rui Barbosa e Praça Parobé e por também estar entre as áreas destinadas ao descarte do lixo urbano e aos processos de aterro em função crescimento da cidade em direção ao lago.

Os aterros da área central da cidade vinham de diferentes procedências, geralmente de áreas próximas ao centro urbano. No sítio arqueológico Paço Municipal foi realizada a atividade de acompanhamento arqueológico das obras de restauração que ocorreram entre setembro de 2001 e julho de 2002, efetuada pela equipe do Museu Joaquim José Felizardo<sup>206</sup>.

O prédio do Paço Municipal foi construído entre 1898 e 1901 sobre um antigo depósito de lixo, o acompanhamento das obras veio a confirmar e a estabelecer a relação arqueológica com os outros sítios da mesma área, pois apresentava as mesmas características dos outros três depósitos. Apontava para as práticas de descarte de lixo na orla do Guaíba, assim como para as intervenções realizadas através dos processos de aterramento da área no século XIX. O primeiro processo de aterramento foi 1847, para a construção da Doca das Frutas e posteriormente em 1864 ocorreu a construção de outra doca juntamente com o novo Mercado, nesta intervenções foram depositados aterros na região onde viria ser construído o Paço<sup>207</sup>.

As atividades de acompanhamento foram realizadas no porão do prédio e no seu entorno. Durante os trabalhos foram recuperados as seguintes categorias materiais: cerâmica - faiança fina, faiança, porcelana, *ironstone*, cerâmica vidrada e cerâmica simples, grês - vidro, ossos, sementes, tecido, conchas, lítico e outras. A ficha quantitativa deste sítio aponta um total de 3.885 fragmentos, sendo destes 2.600 fragmentos de louça.

---

<sup>205</sup> TOCCHETTO, op. cit. p. 69, 82, 131 e 133.

<sup>206</sup> TOCCHETTO, Fernanda e SANTOS, Paulo A. Arqueologia no Paço Municipal. In: *Revista do Cepa*. Vol.27, nº 38 (jul/dez. 2003). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003. p. 19-38.

<sup>207</sup> TOCCHETTO e SANTOS, op. cit. p. 25.

Já a área onde se localiza o Parque da Redenção (RS. JA – 26) seria considerada no início do século como extra-muros, na região denominada *Várzea*. O primeiro registro documental referente à área que hoje chamamos de Parque Farroupilha data de 1807, num pedido da Câmara de vereadores ao governador da Capitania, da doação de uma área denominada “várzea do portão”, que correspondia a uma grande planície alagadiça para servir de logradouro público e local de conservação do gado trazido para o abastecimento da vila de Porto Alegre. O governador Paulo José da Silva Gama vem a conceder a referida área para doação em 1º/11/1807<sup>208</sup>.

Atualmente o Parque Farroupilha é limitado pelas avenidas João Pessoa, José Bonifácio e Osvaldo Aranha ocupando uma área de aproximadamente 40 hectares. Em 1807 esta área correspondia a aproximadamente 70 hectares, que iam da Praça Argentina - ou Praça do Portão- ao norte, até a Avenida Venâncio Aires ao sul, as primeiras medições da área foram concluídas em fevereiro de 1825. A primeira denominação oficial da Várzea data de 26 de abril de 1870 através da proposta do Vereador Francisco Olinto de Carvalho, passando a denominar a área de Campo do Bom Fim, como provável referência à capela existente em seu alinhamento nordeste que leva o nome de Senhor do Bom Fim<sup>209</sup>.

Neste período com os processos da ocupação humana das áreas adjacentes ao Campo do Bom Fim suscitam providências para sua higiene, sendo feita uma denuncia do presidente da província em 14/01/1878, a Câmara de Vereadores pelo lançamento de animais mortos no campo do Bom Fim. Os vereadores não deram muita importância e em 06/06/1887, mandaram depositar o lixo urbano na parte mais baixa da várzea, em valos que teriam dois metros de profundidade por dois metros de largura.

O salvamento arqueológico foi realizado na porção oeste do Parque Farroupilha, na junção das ruas João Pessoa e José Bonifácio (em frente ao prédio nº 1026 da Av. João Pessoa), em 2004. A localização do sítio foi realizada casualmente pelo arqueólogo João Felipe G. da Costa, que observou uma movimentação de operários efetuando um processo de

---

<sup>208</sup> Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre; Ed. da Universidade/ UFRGS, 1988 pg.162-166.

<sup>209</sup> Catálogo de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1866-1875. Volume XI. Unidade Editorial, Porto Alegre 2001. pág 129.

escavação no local. Constatou que era uma obra de reparo na canalização feita pelo DMAE, e que havia ocorrência de material arqueológico misturado ao sedimento que saía da vala.

O arqueólogo recolheu amostras do material arqueológico e dirigiu-se ao Museu Joaquim José Felizardo/ SMC, posteriormente a equipe do Museu voltou ao local com o intuito de documentar os registros através de fotografias e da coleta asistemática do material arqueológico. No total foram recuperados 259 fragmentos arqueológicos, distribuídos nas seguintes categorias materiais: louça 168, metal 07., ossos 12, concha 01, vidro 47, cerâmica simples 11, cerâmica vidrada 05, cerâmica construtiva 01, grês 06 e 01 fragmento de pedra.

Através das informações históricas e da conseqüente confirmação destas através dos vestígios materiais encontrados no local, acredita-se que a unidade arqueológica em questão também deve ser entendida como uma lixeira coletiva, formada pela totalidade do lixo domiciliar e os detritos das varreduras que eram inteiramente depositados no litoral norte das praias do Guaíba, ao longo do Caminho Novo e, desta forma, o lixo passou a ser aproveitado para o aterro do Campo da Redenção. Era depositado em grandes valos de dois metros de largura por dois de profundidade cobertos por uma pequena camada de terra.<sup>210</sup>

As informações reveladas através destas pesquisas arqueológicas apontam para o potencial arqueológico do centro histórico da cidade, e comprovam o consumo de produtos importados da Europa, em especial a categoria material das louças e seus números revelam que este consumo pode ser maior do que até então imaginávamos. Quando contrastamos estas informações com outros registros da época temos a certeza que estas relações com a economia-mundo eram bem maiores. Partindo destas evidências materiais, passamos a buscar na documentação escrita os registros da posse destes objetos através dos processos de inventários pós-morte, posteriormente passamos aos anúncios de jornais, aos mapas alfandegários, e assim por diante. Procuramos refazer este caminho nos parágrafos que se seguem explorando o potencial destes testemunhos, cada um com suas particularidades.

Em 2002 tivemos a oportunidade de colaborar no desenvolvimento de pesquisas arqueológicas realizadas no Museu Joaquim José Felizardo. Estas pesquisas estavam inseridas no projeto de Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Pré-histórico e Histórico do

---

<sup>210</sup> COSTA, Telmo Cardoso. *Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Assessoria de Comunicação Social/DMLU, 1983.

município de Porto Alegre, sob coordenação da Dr<sup>a</sup> Fernanda Tocchetto. Nesta oportunidade iniciamos a pesquisa histórica relativa aos sítios arqueológicos que estavam sendo trabalhados: o Solar da Travessa Paraíso, a Casa da Riachuelo, o Solar Lopo Gonçalves e o Sítio da Figueira<sup>211</sup>. Estas pesquisas históricas consistiam em analisar os processos de inventários post-mortem de agentes históricos que tiveram alguma relação com os sítios arqueológicos estudados. Este levantamento de processos de inventário e testamentos foi realizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e estende-se até o presente ano (2002-2007).

Através dos processos de inventários começamos a conhecer e questionar alguns aspectos da Porto Alegre oitocentista até então desconhecidos. Muitas interrogações foram feitas a estes processos de inventário, tais como, quem eram estes inventariados? Que bens possuíam? Quem eram as pessoas que avaliavam os bens? A qual ramo de atividades estes homens se dedicavam?, Que representações materiais estão contidas nestes documentos? Quais suas relações com a cultura material da Porto Alegre oitocentista?

Passamos a considerar importantes todos os itens materiais, as notas fiscais, as descrições dos bens, os valores atribuídos aos bens, abria-se todo um potencial informativo à respeito da vida material e econômica de agentes históricos até então sem voz e sem expressão. Através dos inventários temos a oportunidade de visualizar a sociedade porto-alegrense de forma mais ampla e profunda, revelando relações mais complexas entre os documentos escritos e materiais, ambos cultura material produzida e consumida no século XIX, e agora investigada e interpretada no presente.

Da pesquisa realizada em inventários apresentamos um resultado parcial em uma publicação a respeito do “Potencial do Uso de Inventários na Pesquisa Arqueológica Urbana”<sup>212</sup>. Para esta publicação à pesquisa realizada compreendeu uma mostra de inventários da cidade de Porto Alegre ao longo do século XIX, registrados nos Cartórios 1º, 2º e 3º de

---

<sup>211</sup> Sítios registrados no IPHAN sob os respectivos nomes e números: Travessa Paraíso RS. JA-03; Solar Lopo Gonçalves RS. JA-04, Sítio da Figueira RS. JA-12 e Casa da Riachuelo RS. JA-17 e que fizeram parte da tese de doutorado da arqueóloga Dr<sup>a</sup> Fernanda Tocchetto. TOCCHETTO, Fernanda B. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese em CD-ROM).

<sup>212</sup> Inicialmente apresentada como uma comunicação no III Encontro Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Porto Alegre, PUCRS, entre 05 e 08 de novembro de 2002; posteriormente impressa em forma de artigo publicado: BRANCHELLI, Fabiano A. O potencial do uso de inventários na pesquisa arqueológica urbana: *Revista do CEPA*. Vol. 27, nº 38 (jul./dez. 2003). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004: 7-17.

Órfãos, 1º e 3º do Cível e Comércio, os quais foram pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente aumentamos a nossa amostragem para 300 de exemplares. Destes documentos foram levantados, transcritos e interpretados milhares de dados relacionados aos itens materiais, em especial as descrições e valores ligados a artigos importados da Europa, como as louças, roupas, perfumes, livros, obras de arte, etc.

Na realidade, passamos a considerar a totalidade das informações nele contidas, primeiramente no intuito de auxiliar a análise e interpretação arqueológica de investigações pontuais (em unidades domésticas) e, posteriormente, no intuito de mapear algumas das manifestações da vida material da Porto Alegre oitocentista. Acreditamos que esta mostra de inventários *post-mortem* é de grande utilidade para o trabalho de arqueologia de um modo geral, especialmente a urbana, assim como para a História, pois fornece elementos importantes à formulação de hipóteses e nos revela entre outras coisas, indicativos sócio-econômicos e comportamentais dos inventariados, resultando na possibilidade de leitura que revela um panorama geral das transformações ocorridas na estrutura material da sociedade porto-alegrense do século XIX.

O inventário do ponto de vista jurídico é a descrição e apuração de bens do inventariado. No caso de morte, é a descrição e apuração dos bens deixados pelo finado a fim de que se proceda oportunamente a sua partilha entre o cônjuge sobrevivente (se for o caso) e os seus herdeiros (prole ou não). Em outras palavras, é através do inventário que temos o conhecimento do acervo a distribuir-se por meio de partilha ou divisão deste entre seu(s) herdeiro(s)<sup>213</sup>.

Os inventários trazem muito mais informações que a simples descrição de bens e a sua conseqüente divisão, embora se situem entre estas as informações mais relevantes para nosso objetivo. É através desta descrição e avaliação dos bens que temos a oportunidade de nos aproximar de parte da vida material dos cidadãos porto-alegrenses do século XIX. Esta categoria documental, inserida em seu contexto mais amplo (histórico e arqueológico), proporciona a possibilidade de diferentes olhares a arqueólogos e historiadores acerca de quanto custavam, como eram descritos e chamados, pelos usuários da época, os objetos que hoje encontramos em escavações e acompanhamentos arqueológicos.

---

<sup>213</sup> SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. Volume II. Rio de Janeiro: Forense, 1961.

Através da leitura e análise do texto destes documentos, visualizamos um panorama da vida e morte dos agentes históricos da época. Em muitos inventários estão também presentes outras fontes documentais como testamentos e escrituras de compra e venda de bens de raiz, notas fiscais, declarações, que muito nos auxiliam na fase interpretativa dos dados. Este documento, já em suas primeiras páginas, revela dados que caracterizam o inventariado, relativos a sua origem, seu estado civil, sua prole e seus respectivos cônjuges, quem são seus herdeiros e seus inventariantes (em sua grande maioria a viúva (o) ou então um parente mais próximo como um irmão), o local onde residiam, em qual o ramo de atividades profissionais se enquadravam.

Nas páginas seguintes iniciam as petições com o pedido de encaminhamento e prosseguimento do processo de inventário; logo após a apresentação do Juiz e escrivão dá-se início aos ritos de “juramentos”, ou seja, juramento de compromisso com o juízo e com o inventariado, juramento do inventariante, juramento do curador dos bens dos menores (se for o caso), juramento dos avaliadores (sempre dois membros “respeitados” da sociedade). Estes juramentos eram feitos geralmente em casa de residência do Juiz de paz.

Na parte seguinte chegamos à descrição e avaliação dos bens do inventariado, através da visão dos avaliadores, o que nos fornece uma idéia de valor destes objetos e utensílios e de como são descritos. Esta descrição não segue uma ordem lógica; o mais comum é que siga uma divisão por peças da casa (ex: são descritos os bens encontrados na sala de entrada, logo após os que se encontram no corredor, depois as “alcovas”, e assim por diante), ou são descritos por subdivisões: bens móveis, bens de raiz, animais, escravos, prata e ouro, etc.

Logo após a avaliação seguem outras considerações, como os bens que já estão em poder de algum herdeiro, que foram negociados no intervalo de tempo entre a data da morte e início do inventário, bens que foram doados em vida pelo inventariado, se existem dívidas ou créditos a receber por parte dos herdeiros, etc. Por fim se encerram com dados relativos ao montante de riqueza encontrado (o monte mor), a meação (caso de matrimônio), o partível ou legítima (entre herdeiros), se houver dívidas a descontar do montante (o monte menor é o resultado da subtração), e outras despesas do cartoriais que constam como a “conta” e os impostos cobrados ao final do tramite.

É necessário trabalharmos também com a idéia de limites e problemas no trato com documentos de época, o que não é uma exclusividade dos inventários, assim como veremos mais adiante no trato de outras categorias documentais. No caso dos inventários observamos como principal limitação as descrições, como por exemplo, as evidenciadas em relação à louça doméstica. Estas descrições são, em sua maioria, superficiais, pouco detalhadas, dificultando o trabalho de interpretação e relacionamento entre os dados escritos e materiais.

Devemos também analisar com mais cuidado a questão dos valores informados: elevação ou depreciação destes por parte dos avaliadores, quem eram estes avaliadores, a qual classe social pertenciam, quais os critérios para escolha destes, bem como quais as relações entre os preços das peças e a posição social ocupada pelo inventariado, que relações possuíam com o inventariado ou inventariante. Outros aspectos a observar são quem eram os escrivões que produziam esses documentos, pois sabemos que era necessário muito estudo na época para ser um escrivão ou um ajudante (bastante comum o ajudante redigir o documento).

Outro ponto crítico reside na falta de um modelo ou padrão tanto em relação à escrita das palavras quanto às divisões internas do documento, expostas anteriormente (ex: bens de raiz, bens móveis, imóveis, animais, prata e ouro, escravos, etc.). Estas variações ocorrem de cartório para cartório, de escrivão para escrivão, pois num mesmo documento podemos encontrar mais de um escrivão. Em relação aos problemas mais graves, estes residem na escrita paleográfica: a tinta usada, em especial a ferrogálica, facilmente transpassa a folha seguinte; as abreviaturas utilizadas; a própria grafia do escrivão; o vocabulário arcaico; as representações de pesos e medidas (ex: alqueires, braças, léguas, arrobas, jardas, entre outras). Sem deixar de falarmos na questão do estado de conservação que se encontram estes documentos e das condições de armazenamento e mau uso no manusear os documentos por parte de outros “pesquisadores”.

Os arquivos dos cartórios, contém um enorme potencial histórico, pois contém um grande volume de documentos em seus acervos. Aqui cabe uma alerta para uma melhor política de conservação total destes arquivos, mesmo considerando seus altos custos. Para o desenvolvimento desta pesquisa, as informações mais relevantes situam-se na relação entre os itens materiais provenientes do trabalho de campo e a listagem de itens materiais (móveis ou imóveis) descritos no corpo do inventário. Esta relação possibilita a produção de um conhecimento sobre o inventariado, sua posição econômica, o gosto e acesso aos artigos de

consumo, resultando num trabalho realizado em conjunto por arqueólogos e historiadores, introduzindo a pesquisa histórica no seio do trabalho arqueológico.

Podemos salientar outros indicativos presentes nos inventários, como os montes de riqueza – o monte mor - encontrado, e duas categorias de itens materiais que nos dão condições de analisar as diferentes representações econômicas do período, oportunizando mais uma vez observarmos comportamentos sócio-culturais desta sociedade. Chamamos a atenção em primeiro lugar para os bens de raiz - propriedade privada da terra - que é a representação mais nítida do padrão de riqueza e ostentação da mesma, em contraste com os inventários com um menor monte de riqueza e conseqüentemente suas humildes representações .

Em segundo lugar voltamos nossa atenção para uma outra “peça”, o escravo, que revela um indicativo de *status* (apresentando variações de preços conforme período, anterior e posterior a 1850). Ambos indicativos econômicos são fontes complementares para um maior conhecimento de parte da vida destes agentes históricos, possibilitando a arqueólogos e historiadores identificar dentre outras coisas os diferentes extratos sociais presentes, bem como sua acessibilidade a bens de consumo.

#### Bens de raiz:

Data inventário	Inventariado <sup>214</sup>	Monte mor em Reis	Bem de raiz	Preço em Reis
01/02/1810	Antonio Cardoso	667.760	caza de vivenda, coberta de capim	10.000
23/01/1836	Bartholomeu José Bahia	661.760	casa com 1 porta e 2 janellas	50.000
08/07/1833	Antonio José da Silva Flores	24:890.902	lance de casas com 2 portas	300.000
01/09/1825	Francisca Maria do Nascimento	1:467.720	lance de casas cituadas na Rua do Cotovelo 1 porta e 2 janellas	400.000
01/09/1825	Francisca Maria do Nascimento	1:467.720	lance de casas cituadas na Rua do Cotovelo 1 porta e 2 janellas	600.000
31/08/1819	Bento José Martins	26:892.065	morada de casa terreas e cobertas de telha 55 palmos f.	1:600.000
08/07/1833	Antonio José da Silva Flores	24:890.902	morada de cazas 5 porta em baixo, 1 mirante e 2 janellas	2:500.000
07/07/1854	Caetano Morandi		caza terrea na Rua do Rozario com 3 portas	3:000.000
07/07/1854	Caetano Morandi		caza com 3 portas de frente, na Rua do Paraizo	3:700.000
31/08/1819	Bento José Martins	26:892.065	morada de casa de vivenda com charqueada e mais benfeitorias	4:000.000
27/07/1880	Emília Artayeta Palmeiro		casa, 3 janelas e 1 porta, 80 palmos frente 130 fundo	5:000.000
07/07/1854	Caetano Morandi		caza com 2 portas, terrea e muito arruinada	5:000.000
07/07/1854	Caetano Morandi		caza terrea com 3 portas, na Rua do Paraizo nº1	5:000.000

<sup>214</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: 1º Cartório de Órfãos: Nº- 415, M- 20, E- 2, Ano- 1810; Nº- 646, M- 27, E- 2, Ano- 1819; Nº- 854, M- 35, E- 2, Ano- 1825; Nº- 1151, M- 53, E- 31e/c, Ano- 1834; Nº- 1216, M- 57, E- 31e/c, Ano- 1836; Nº- 1731, M- 83, E- 31e/c, Ano- 1854. 2º Cartório de Órfãos: Nº- 597, M- 37, E- 2, Ano- 1880. 3º Cartório de Órfãos: Nº- 7, M- 1, E- 3, Ano- 1879. 1º Cartório do Cível: Nº-125, M- 7, E- 37e/c, Ano- 1833.

07/07/1854	Caetano Morandi		caza terrea com 3 portas, na Rua do Paraizo nº3	5:000.000
------------	-----------------	--	---	-----------

Escravos:

Data inventário	Inventariado <sup>215</sup>	Monte mor em Reis	Bem	Preço em Reis
31/08/1819	Bento José Martins	26:892.065	escravo de nome Paulo de 41 annos	100.000
31/08/1819	Bento José Martins	26:892.065	escravo de nome Antonio de 25 annos	160.000
31/08/1819	Bento José Martins	26:892.065	escravo de nome Lauriano, marinheiro	200.000
31/08/1819	Bento José Martins	26:892.065	escrava de nome Antonia, parda de 20 annos	250.000
08/07/1833	Antonio José da Silva Flores	24:890.902	escravo de nome Sebastiano	100.000
08/07/1833	Antonio José da Silva Flores	24:890.902	escravo de nome Manoel	200.000
08/07/1833	Antonio José da Silva Flores	24:890.902	escravo de nome Antonio	300.000
08/07/1833	Antonio José da Silva Flores	24:890.902	escravo de nome Ramon	400.000
09/11/1834	André Alves Pereira Vianna	21:379.570	escrava de nome Felicianna, mulata	300.000
09/11/1834	André Alves Pereira Vianna	21:379.570	Pedro escravo Nação Mucambique	350.000
09/11/1834	André Alves Pereira Vianna	21:379.570	Jetrudes	400.000
09/11/1834	André Alves Pereira Vianna	21:379.570	Pancho, mulato	450.000
20/04/1842	Antonio Ennes Bandeira	não encontrado	escravo pardo de nome Feliciano de 10 annos, alfaiate	500.000
25/08/1855	Manoel Gonçalves dos Santos	não encontrado	escravo, José, 56 anos	400.000
25/08/1855	Manoel Gonçalves dos Santos	não encontrado	escravo, Raimundo, 9 anos	400.000
25/08/1855	Manoel Gonçalves dos Santos	não encontrado	escravo, Jerônimo, 30 anos, quebrado de uma verilha e doente	500.000
03/07/1879	Dionysio de Oliveira Silveira	não encontrado	escravo, Africano, de 75 annos, de nome Lourenço	100.000
03/07/1879	Dionysio de Oliveira Silveira	não encontrado	escravo, pardo, de nome Roberto, 63 annos	400.000
03/07/1879	Dionysio de Oliveira Silveira	não encontrado	escrava crioula de nome Luiza, serviço domestico, 20 annos	450.000

Estes exemplos foram dados no intuito de apresentar o inventário enquanto ferramenta de integração do trabalho de pesquisa histórica e arqueológica, chamando a atenção dos investigadores sobre seu potencial enquanto fonte primária, longe de esgotar sua capacidade informativa. Consideramos seus limites, levantando alguns questionamentos, além do alerta sobre as condições de conservação em que se encontram nos arquivos.

Se buscarmos relacionar as informações contidas nas unidades arqueológicas com os periódicos de época, teremos maiores possibilidades de diálogo do que verificamos com os inventários. A relação entre a cultura material e as informações contidas nos jornais são mais diretas, apontam na direção de que não eram somente louças que estavam invadindo nosso mercado, trata-se de todo um mundo material composto de uma grande variedade de mercadorias, que chegavam diariamente a capital, a cidade de Porto Alegre.

Analizamos uma amostragem do Jornal do Comércio, exemplares datados entre os anos de 1868 a 1889, entre as diversas repartições internas apresentadas neste documento

<sup>215</sup> Idem.

optamos por considerar a sua “Secção Commercial” em especial a parte referente a “Importação” - que nos possibilitou comparações com os Mapas gerais de importação da Praça de Porto Alegre – depois passamos as seções de “anuncios novos” e “anuncios repetidos” onde existem referências diretas aos produtos produzidos na Europa sendo consumidos e vendidos em Porto Alegre.

Na seção de importação temos descrito o movimento diário de embarcações que chegam de diversas localidades do Brasil, em especial do Rio de Janeiro, assim como os vapores de Buenos Aires e de outras partes do mundo. Logo abaixo encontramos listagens contendo a descrição de produtos, suas respectivas quantidade e a quem estão sendo endereçados. Aqui temos: 20 barricas de cervejas para Caetano Pinto<sup>216</sup>, 23 gigos com louças para Boaventura Augusto dos Reis<sup>217</sup>, volumes com vidros e louça para Gustavo Grai<sup>218</sup>, 4 barris de vinho para Silva Bastos e Companhia<sup>219</sup>, 1 caixa com perfumarias para Gustavo Leyrauo<sup>220</sup>, 5 caixas com frascos de vidros para Pasquier e Comp<sup>221</sup>, etc. A variedade de mercadorias abarca louças, bebidas, perfumes, vidros, alimentos, chás, rolhas, cevada, lúpulo, fogareiros, panelas, fornos, *machinas* de costura, copos, lampiões, arame, trens de cozinha, *aparelhos* de mesa, castiçais, vinhos medicinais, etc.

Nas seções de “anuncios novos” e “anuncios repetidos” a variedade é ainda maior de mercadorias e estabelecimentos comerciais. Teremos anúncios de casas que vendem desde vinho do Porto a chás Hyson da Índia, além de licores e outros produtos na Rua do Riachuelo<sup>222</sup>; a loja de louças, porcelanas, vidros e espelhos, e outros *artigos em diretura da Europa* na Rua do Andradas nº 471<sup>223</sup>; loja de louça Reys e Reuter e C. onde encontramos desde *crystaes* e brinquedos até objetos para fantasia, na Rua Sete de setembro<sup>224</sup>, loja de Ferragens etc.

Nestas seções de anúncios ainda podemos encontrar uma variedade de lojas, pessoas que se oferecem para trabalho, anúncios de casas para aluguel e para a venda, escravos que

---

<sup>216</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 6 de novembro de 1867.

<sup>217</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 14 de novembro de 1867.

<sup>218</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 24 de novembro de 1867.

<sup>219</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 04 de janeiro de 1868

<sup>220</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 03 de junho de 1878.

<sup>221</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 01 de julho de 1881.

<sup>222</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 01 de julho de 1868.

<sup>223</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 03 de janeiro de 1868.

<sup>224</sup> Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre de 02 de julho de 1881.

fugiram, remédios, perfumes, roupas, tecidos – linhos, seda, *machinas* de costura, cosméticos, chás, vendas de ações de Companhias, fumos, *machinas* a vapor, etc. As referências aos países europeus são constantes em relação aos produtos, em especial destacamos a Inglaterra e a França. São sem dúvidas provas concretas do mercado internacional de bens de consumo e de nossa posição enquanto mercado de consumo, as informações contidas nos jornais vão ao encontro dos registros arqueológicos, atestando sua chegada, venda e consumo. Mas será que estávamos apenas consumindo produtos? Nos considerávamos no século dezenove na posição de periferia do sistema capitalista? Poderíamos responder a estas perguntas somente com números?

Antes de responder a estas perguntas apresentaremos mais alguns documentos contendo outros subsídios que servirão para a elaboração de respostas. Acrescemos aos jornais e a cultura material das lixeiras coletivas, os registros contidos nos mapas alfandegários que fazem parte dos fundos documentais da Praça do Comércio de Porto Alegre (1859/1913). Esta documentação refere-se a relatórios anuais realizados apresentados pelo presidente da Praça, a parte mais relevante deste relatório é a apresentação de um “Mappa geral da importação da Praça de Porto Alegre”, tivemos acesso aos mapas dos anos de 1859,1860,1861, 1862.

Os mapas gerais contém muitas informações à respeito do movimento alfandegário da cidade de Porto Alegre tais como: a data de chegada das embarcações, o tipo de embarcação, o nome da embarcação, sua respectiva nacionalidade, sua capacidade de carga, assim como o porto do qual procede, além é claro da descrição da carga que continham. Muitas embarcações vinham de portos da província, em especial de Rio Grande, porém a grande maioria tinha como ponto de partida o porto da cidade do Rio de Janeiro, atestando a persistência da navegação de cabotagem como um pontos fortes de nosso comércio.

Os números do exercício do ano de 1859, entre os meses de julho à dezembro expressos no mapa geral de importação são os seguintes: embarcações com procedência de portos da província somam 12.443 toneladas de produtos; 47 embarcações vieram do Rio de Janeiro carregando 7.774 toneladas; vindas de portos do exterior soma-se mais 1.294 toneladas. Observa-se a chegada de embarcações com bandeiras da Dinamarca, Noruega, Holanda, procedentes dos portos de Hamburgo, *Buenos Ayres*, *Montevideo*, *Macáo* e *Tarragona*; *Lugres* e *escunas* dinamarquesas traziam 724 caixas e 10 barris com espíritos,

caixas de 288 massas, 25 pipas e caixas de vinho e 12 barricas de 4 cerveja, 43 volumes fazenda, 576 de ferragens, 3.015 volumes de ferro, 250 caixas com vidros, etc; Da *escuna holandesa Elisabeth Hel* de 224 toneladas, vieram apenas vinhos 212 pipas, 302 barris e 100 caixas; da *escuna norueguesa M. Parentium* com capacidade de 115 toneladas vieram alvaiades, queijos, *vellas* em caixas, vidros e vinhos.

Para o ano de 1860, de janeiro a julho, teremos, o registro de 40 embarcações vindas do Rio de Janeiro; *escunas* e *lugres* de procedência *dinamarquesa* vindo dos portos de Buenos Aires e Hamburgo; *escunas* e *galeotas*, *holandezas* procedentes dos portos de Hamburgo; uma *escuna* de nacionalidade *hanoveriana* também procedente do porto de Hamburgo; uma *escuna americana* vinda de *New Yorck* e um *patacho hamburguez* vindo de Hamburgo. Suas cargas eram em sua maioria de tecidos, vidros, bebidas, ferragens, alguns gêneros alimentícios, etc. As embarcações apresentavam tonelagens de 98 à 197.

Para o ano de 1861, no exercício de janeiro a julho teremos, o registro de 25 embarcações vindas do porto da cidade do Rio de Janeiro; *escunas* e um *lugar* de procedência *dinamarquesa* vindos dos portos de Buenos Aires, Hamburgo e *Antuerpia*; uma *escuna holandesa* procedente do porto de Altona; *escunas* de nacionalidade *hanoveriana* procedentes dos portos de Hamburgo e *Glasgous*; um *patchabote americano* vindo de *Boston*. As embarcações *dinamarquesas* traziam fazendas, ferragens, vinhos, *alvaiade*, arroz, genebra, vidros, cerveja, espíritos, queijos, velas; a *escuna holandesa* trazia *alvaiade*, cerveja, espíritos, fazendas, ferros e ferragens, vidros, *vellas* e vinagre; as *hanoverianas* traziam *assúcar*, fazendas, fumo, *alvaiade*, ferragens e vinhos; por fim a embarcação *americana* trazia arroz, farinha e fazendas. As embarcações apresentavam tonelagens de 93 à 197.

Em 1862, no exercício de julho a dezembro, os dados não mudam muito, a maioria das embarcações vinham de portos da província e da cidade do Rio de Janeiro. Registrando a chegada de embarcações com bandeiras de Portugal, Itália, Bélgica, Hamburgo, Inglaterra e Argentina, estas eram de três tipos: *patachos*, *escunas* e *lugar*, com tonelagens de 110 a 188. Procedente do Porto o *patacho* Marcial de 175 toneladas trazia: azeite, *mantega*, fazendas, ferros, sal e vinhos; de *Genova* o *patacho Giovanicosta* de 130 toneladas, trazia: farinha, massas e vinhos; da Bélgica a *escuna* trazia vidros; de Hamburgo as *escunas* traziam: ferro, ferragens, genebra, louças, vinhos e queijos; de *Liverpool* chegava cerveja, farinha, louças e vidros; de *Monte Vidéu* na Argentina vinha farinha.

No ano de 1863 de janeiro a julho foi, registrada a chegada de 27 embarcações vindas da cidade do Rio de Janeiro, algumas contendo em sua carga volumes com louças. Observamos a chegada de embarcações com bandeiras de Portugal, Hamburgo, Dinamarca, Holanda, Argentina e Inglaterra, estas embarcações eram de cinco tipos diferentes: *barcas*, *brigue escuna*, *patachos*, *escunas e lugar*, apresentavam tonelagens que variavam de 112 a 225. Na *barca* procedente da cidade do Porto vinham azeitonas, palitos e sal; de Hamburgo vinham fazendas, ferragens, drogas, papel, vinagre e maquinas de lavar; da Holanda vinham cervejas, drogas, espíritos, velas, vinhos, ferragens, ferros e louças; de Buenos Aires vinha sal; da Inglaterra farinha e vinho.

Acrescentaremos aos dados acima expostos o Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas datado do ano de 1866, elaborado pelo *Ministro e Secretário de Estado e dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas* o Dr. *Antonio Francisco de Paula Souza*, editado no Rio de Janeiro. Neste documento temos a oportunidade de nos aproximar do ideário econômico de um dos principais atores da época, um ministro, que mostra-se crítico em relação a necessidade de melhor preparar os Conselheiros de Estado no Brasil, uma vez que esta é uma exigência dos “negócios”, do comércio e da economia, para atender as mudanças que o mercado passa a exigir<sup>225</sup>. Dentre as pautas apresentadas o autor chama a atenção para o mau funcionamento das pastas as quais responde, apontando descontentamentos com a falta de organização e uniformidade de direção, a má renumeração e a falta de responsabilidades. O autor propõe o uso da estatística como forma de estudo para uma melhor intervenção no mundo dos negócios, ajudando a encontrar soluções para uma maior produtividade e crescimento econômico através da coleta de muitos elementos relacionados a agricultura, comércio e obras públicas de todo o país afim de prestar um auxílio para as tomadas de decisão administrativas, assim como para demonstrar o efeito de algumas resoluções do ministério<sup>226</sup>.

Dentre as pastas optamos pelo aprofundamento das questões relativas ao comércio, porém, ao fazermos uma leitura atenta das pastas da agricultura, colonização, industria, obras públicas- estradas, estradas de ferro e comércio, percebemos nas palavras do autor os

---

<sup>225</sup> SOUZA, Antonio Francisco de Paula. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1866. p. 5.

<sup>226</sup> SOUZA, op. cit. p. 6-7.

princípios de um pensamento liberal e capitalista. Fala em capitalização da agricultura, congregação de capitais, organização de bancos, estímulo da produção, remoção dos obstáculos a navegação, o potencial da região amazônica.<sup>227</sup> O ministro chega a realizar uma comparação entre constituições e os processos de independência ocorridos no Brasil e nos Estados Unidos, mostrando simpatia aos princípios de liberdade<sup>228</sup>.

O ministro assim entende o processo de independência norte-americano:

“É erro attribuir á constituição federal dos Estados-Unidos os prodigios da prosperidade daquela nação. Todas as colônias já tinham carta de sua organização consagrados aos principios e maximas que deviam mais tarde, quando se constituíram em estados independentes, produzir os resultados que causam a admiração do mundo. O pessoal que as povoou desde o dia em que aportou ás palgas americanas considerou-as como sua patria definitiva e habituou-se a dispor de si, a contar unicamente com os próprios recursos, actividade, intelligencia e energia. Póde-se pois avançar, sem receio de errar, que a independencia de facto já existia, quando a de direito verificou-se.” (SOUZA, 1866: 29-30)

Em relação ao Brasil, acrescenta:

“Comnosco succedeu o contrário. Habitados á tutela da metropole não adquirimos immediatamente com a constituição política as máximas e praticas dos governos livres. A transição do regimen colonial para o constitucional foi, rápida, brusca, quase instantânea. Não tivemos escola, nem tempo de aprender a dirigir-nos e gozar de liberdade. As tradições da antiga monarchia portugueza continuaram a prevalecer e ainda hoje vigoram pela maior parte entre nós. Podemos, pois, affoutamente asseverar que só agora, depois de 40 annos de independencia de direito é que começamos a ter liberdade de facto.” (SOUZA, 1866: 30)

Para o Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, a frase “independência ou morte” foi “*uma frase sem significação positiva na prática de governação*”<sup>229</sup>. Porém foi um fato que veio a possibilitar algumas mudanças, como aos poucos a conquista da educação, a busca pela substituição da mão-de-obra escrava pela livre, assim como a busca pela independência de direito<sup>230</sup>. Acrescenta ainda:

“A revolução moral, que conquistára a Europa e invadira parte da América marchava por completar seu cyclo, e em sua evolução de séculos acabou por invadir-nos, e involver-nos em suas ondas purificadoras: << igualdade, e confraternisação em torno da cruz de Golgotha.>>” (SOUZA, 1866: 31)

---

<sup>227</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>228</sup> Ibidem. p. 29-32.

<sup>229</sup> Ibidem. p. 30.

<sup>230</sup> Ibidem. p. 31.

Nas palavras do autor percebemos um discurso bastante liberal, assumindo uma postura de conformidade com as idéias de liberdade e progresso, percebe a necessidade do estímulo à indústria, à iniciativa privada, e às necessidades de melhorias infra-estruturais para o desenvolvimento do comércio marítimo, fluvial e terrestre. Além de apresentar em seus anexos alguns quadros estatísticos, destacamos o “*Mappa demonstrativo da navegação de cabotagem da Província do Rio de Janeiro nos exercícios de 1854-55 e 1863-64, com designação das províncias da procedência*”, o “*Mappa demonstrativo da navegação de cabotagem da Província do Rio Grande do Sul nos exercícios de 1854-55 e 1863-64, com designação das províncias da procedência*”, a “*Estatística da navegação por vapor do Império do Brasil no fim de 1865, com distinção a de cabotagem interna e fluvial*”, o “*Quadro demonstrativo de todos os estabelecimentos bancários existentes no Brasil em fins de 1864, que tem aprovação do poder competente*”, assim como a “*Estatística das casas commerciaes, fabricas e officinas existentes no Império do Brasil nos exercícios de 1854-55 e 1864, distinguindo-se as nacionaes da estrangeiras por províncias*”<sup>231</sup>.

No primeiro Mapa demonstrativo da navegação de cabotagem da Província do Rio de Janeiro nos exercícios de 1854-55 e 1863-64, teremos o Rio Grande do Sul como a quinta província em número de navios, com 148 embarcações, atrás de São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Santa Catharina. Em relação as tonelagens o Rio Grande do Sul aparece em segundo lugar com 25.109 contra 29.148 de São Paulo nos exercícios de 1854-55. Já nos exercícios de 1863-65 teremos o Rio Grande do Sul empatada com a de Santa Catharina em segundo lugar com 174 navios, atrás somente de São Paulo com 176. Porém em relação as tonelagens o Rio Grande do Sul aparece em primeiro lugar com 41.623 toneladas, comprovando que a navegação de cabotagem era uma das principais frentes de atuação do comercial do Rio Grande do Sul e que esta vinha aumentando de volume entre as décadas de 50 e 60 dos oitocentos.

No mapa demonstrativo da navegação de cabotagem da Província do Rio Grande do Sul nos exercícios de 1854-55 e 1863-64, observamos que, a maioria dos navios tinha como portos de origem a Província do Rio de Janeiro que, em 1854-55, destinou ao Rio Grande do Sul 158 navios, totalizando 31.210 toneladas, seguida de Pernambuco e Bahia com 28 navios,

---

<sup>231</sup> Estes quadros estatísticos foram elaborados pela “*Comissão da Estatística Commercial do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*” em 21 de abril de 1866, correspondendo aos anexos nº 24, 27, 36, 46, 48. In: SOUZA, Antonio Francisco de Paula. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1866.

com 5.041 e 6.260 toneladas respectivamente. Em 1863-65 teremos novamente a Província do Rio de Janeiro em primeiro lugar com 157 navios e 32.375 toneladas, seguida da Bahia com 59 navios e Pernambuco com 56 navios, com 12.791 e 12.636 toneladas respectivamente. Estes dados mais uma comprovam as estreitas relações via navegação entre Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul via navegação de cabotagem e confirmam as informações apresentadas através dos Mapas gerais da importação da Praça de Porto Alegre (dos anos 1859,1860,1861, 1862), e acrescentam como as informações do comércio com províncias de Pernambuco e Bahia que provavelmente destinavam-se aos portos de São José do Norte e Rio Grande, contendo poucos registros de suas cargas nos mapa da praça de Porto Alegre.

Em relação a estatística da navegação por vapor do Império do Brasil no fim de 1865, com distinção a de cabotagem interna e fluvial, vem novamente a atestar a posição do Rio Grande do Sul como a segunda província de maior volume, só sendo ultrapassada pela capital, o Rio de Janeiro.

Por fim em relação ao quadro demonstrativo à respeito dos estabelecimentos bancários existentes no Brasil em fins de 1864, chamamos a atenção para o Banco do Rio Grande do Sul, apresentando um capital nominal de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), valor que a nível nacional não era dos mais altos, porém só por figurar nesta lista de instituições bancária já demonstra o nível de capitalização e monetarização atingido, já que somente constam as províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Na estatística das casas comerciais, fábricas e oficinas existentes no Império do Brasil nos exercícios de 1854-55 e 1864, teremos ao nível nacional um aumento de 2.033 casas e estrangeiras 1.955 casas. A província do Rio Grande do Sul ocupa entre 1854-55 a sexta posição com 1.593 casas nível nacional e terceira posição em número de casas estrangeiras com 1.749, totalizando 3.342 casas comerciais, oficinas e fábricas. No quadro geral fica atrás do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Entre 1864-65 a província do Rio Grande do Sul ocupa novamente o quinto lugar a nível nacional com 1.620 casas, apresente-se em terceiro lugar no número de casas estrangeiras com 2.186. No plano geral o Rio Grande do Sul fica novamente atrás das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Estes dados revelam a posição do Rio Grande do Sul no universo econômico do Império do Brasil, complementando os dados constantes nas documentações alfandegárias e

nos jornais, servindo para montarmos a estrutura econômica da província buscando compreender o papel de liderança da cidade de Porto Alegre. Ao lado destas múltiplas representações econômicas, podemos ainda acrescentar ainda algumas questões. Ao longo do processo de estudo realizado para a elaboração desta dissertação tentei responder o que estes números apresentados até aqui querem dizer? O que representam social e economicamente? Que relações existiam entre eles?

Estes números dizem muito, nos ajudam na medida em que tentamos recriá-los em sua dinâmica, permitem que ao interpretá-los retornem a sua dinâmica, escapando de sua estaticidade enquanto somente dados. São informações diretas reveladoras de um processo, a mundialização de um sistema através da economia-mundo, dos produtos e de idéias.

Estes números representam a internacionalização do capital, a imposição de uma nova maneira de viver, pensar, consumir, agir. Falam de objetos, mercadorias, de lugares, de idéias e práticas, que disputam seu espaço na sociedade. Nas cidades se apresentam como elementos formadores e transformadores da materialidade, juntamente com ações e práticas dos homens que os utilizam, que produziram diferentes testemunhos; estes números um dia foram portadores destas ações, eles contam uma história, a história da vida econômica e material da cidade de Porto Alegre no século XIX.

Cada conjunto de dados apontou para uma direção, o nosso esforço foi criar as intersecções possíveis entre estes dados. Sabemos que estes números não representam uma totalidade, são parcelas, fragmentos, amostras desse passado. Os inventários apontam para os homens, os agentes históricos, suas famílias e individualidades, seus números representam somente uma parte da vida e morte destes homens. As quantificações apresentadas para as lixeiras coletivas apresentam somente amostragens, o que foi possível coletar, salvar, regatar, não esgotam os depósitos de lixo, as camadas de aterro, mas nos dão um caminho possível a seguir. O mesmo pode ser dito dos jornais e mapas alfandegários, cada um com seu potencial e limite, porém buscamos um elo, a partir de seus possíveis diálogos, resultando nesta construção. Somos sabedores das múltiplas possibilidades de leitura destes mesmos dados e da possibilidade de em um futuro seguir outros caminhos, que não estes até aqui apresentados.



## CONCLUSÃO

Uma das principais preocupações desta dissertação centrou-se em torno da questão da análise do processo de inserção de Porto Alegre no sistema capitalista, buscando entender como se deu este processo, levando em consideração os reflexos visíveis desta inserção através da cultura material e das representações econômicas. Esta preocupação se torna relevante uma vez que vivemos suas conseqüências e desdobramentos nos dias de hoje.

Em segundo lugar entendemos que existe uma demanda pela elaboração e aplicação de novos conceitos na história de Porto Alegre que flexibilizem abordagens mais tradicionais que, ao construírem balizas temporais rígidas, por vezes acabam por engessar e descaracterizar alguns fenômenos dentro de processos históricos determinados, relegando certos fatos e problemáticas a um segundo plano. Esta perspectiva de estudo é o que buscamos através da Arqueologia Histórica a partir de uma leitura da cultura material<sup>232</sup> e de seu contexto, que é o que lhe atribui significados<sup>233</sup>.

Tendo desenvolvido este estudo da vida material e econômica da Porto Alegre oitocentista, procuramos comprovar a existência e antecipação de práticas que se aproximam do ideário capitalista em uma sociedade ainda escravista e imperial (enquanto estrutura em transformação, ou melhor, em declínio), entendendo a existência deste dualismo a partir de uma leitura interdisciplinar, trabalhando o cruzamento entre os diferentes registros materiais históricos, traçando o caminho tomado como alternativa econômica por determinados segmentos da sociedade porto-alegrense.

---

<sup>232</sup> Segundo Pesez, os historiadores e arqueólogos nunca se preocuparam em formular um conceito definitivo para cultura material, limitaram-se em definir o campo de pesquisa e os métodos empregados no estudo da vida material. Para eles o nome já definiria a idéia de cultura material, pois o conceito só tem valor se tiver utilidade prática. Pesez propõe então uma definição de cultura material: “... *A cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe um resposta que é precisamente a cultura... a cultura material faz parte das infra-estruturas, mas não as recobre; ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo aliás o próprio homem, em seu corpo físico, objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura.*” Partindo deste conceito inicial, podemos expandir a idéia de cultura material que não se limitaria mais aos artefatos e técnicas, abrangeria agora as estruturas sociais, as relações econômicas entre povos, os costumes de populações desconhecidas, a descobertas de novas temáticas de pesquisa, supera o estudo das técnicas para ir de encontro aos povos que pensaram e fizeram tudo isto, passando do estudo exclusivo da infra-estrutura para o das super-estruturas. PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, J. (dir.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.180.

<sup>233</sup> HODDER, Ian. *Interpretación em arqueologia: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.

Acreditamos após este esforço reflexivo, que seja indiscutível a chegada de produtos importados da Europa em Porto Alegre no século XIX, sendo que estes produtos possuíam variadas origens e encontraram diferentes caminhos até chegarem ao seu destino final, o mercado consumidor porto-alegrense, e seu posterior descarte. Acreditamos que através desta pesquisa exaustiva das rotas de comércio, das documentações alfandegárias, dos principais artigos comercializados, ajudamos a esclarecer alguns pontos deste longo processo sócio-econômico procurando entender suas conseqüentes mudanças no campo sócio-cultural.

Observamos uma sociedade escravista e imperial em processo de transição para uma republicana, constituindo-se num atrativo mercado consumidor que entra em contato e estabelece estreitas relações com o sistema capitalista industrial que se encontra em contínua expansão<sup>234</sup>, promovendo assim a internacionalização não só de mercadorias como também de idéias.

A pesquisa a respeito dos itens materiais, arqueológicos e dos dados obtidos na documentação escrita, ligados às relações comerciais, somadas às representações sociais identificadas na Porto Alegre oitocentista, revelaram a existência de práticas que aproximam parcelas da população porto-alegrense das classes burguesas européias, o que corresponde ao que chamo de processo de inserção do ideário modernizante e capitalista europeu.

Para chegarmos a tal afirmação tivemos que considerar as relações entre a Arqueologia e a História, empregando conceitos próprios da Arqueologia Histórica e ferramentas da chamada História Cultural, que considero fundamentais para a compreensão e execução deste estudo. Nos trabalhos realizados a partir da década de 90 no campo da Arqueologia Histórica, a relação entre as disciplinas da História e Arqueologia revelou-se uma grande via, que visa o desenvolvimento de análises centradas no estudo combinado da cultura material e dos documentos históricos<sup>235</sup>.

A Arqueologia Histórica, segundo Charles Orser<sup>236</sup>, corresponde ao “*estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos*

---

<sup>234</sup> Em relação à expansão do sistema capitalista ver: WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. México: Siglo veintiuno, 1998.

<sup>235</sup> KERN, Arno A. Apresentação. In: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p.6.

<sup>236</sup> ORSER, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.p. 23.

*efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje*”. Utilizamos esta definição sabendo que a mesma não pode ser aplicada a todos os contextos arqueológicos (em nível mundial e mesmo nacional como é o caso das Missões por exemplo), mas que para este estudo em específico pode ser certamente utilizado.

Muitos dos trabalhos na área da Arqueologia Histórica referem-se a questões ligadas ao colonialismo, ao imperialismo, a temas históricos, culturais e sociais. Na perspectiva de Orser<sup>237</sup>, a Arqueologia Histórica refere-se às manifestações materiais do mundo em rápida transformação, devendo ser compreendida não somente como história, e sim como um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens.

Nesta pesquisa, os documentos escritos foram tão importantes quanto os registros arqueológicos. Esta é uma das características mais marcantes da Arqueologia Histórica - o documento escrito é uma importante informação e o arqueólogo deve saber como integrar a informação proveniente desta fonte com registros arqueológicos<sup>238</sup>. Devemos seguir o exame crítico dos vestígios do passado como um todo e visualizá-lo através das informações advindas de diferentes categorias documentais.

Realizamos o estudo da inserção do culto do consumo em sua fase inicial<sup>239</sup>, procurando entender seus efeitos sobre o ideário consumista e globalizante dos dias de hoje, este fenômeno de mundialização do sistema capitalista ao longo do tempo, num processo de longa duração<sup>240</sup>. Trabalhamos com os processos de inventários *post-mortem*, com a cultura material das lixeiras coletivas, com os periódicos de época, com os mapas alfandegários da cidade de Porto Alegre, com o Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1866), assim como os relatos de viajantes europeus.

Rastreamos a chegada dos bens de consumo através da documentação das Alfândegas de Porto Alegre e Rio de Janeiro, verificamos a adoção de práticas ligadas à incorporação do

---

<sup>237</sup> ORSER, op. cit. p.23.

<sup>238</sup> Ibidem. p.23.

<sup>239</sup> SYMANSKI, Luis Cláudio P. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas*. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.), Buenos Aires:Tridente, nº 44 ,colección científica. 2002: p.31-62.

<sup>240</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*. México: Siglo ventiuono, 1998.

pensamento liberal no meio político do Império, assim como percebemos a gestação da idéia de mercado e Estado, entendidas aqui como as bases da modernidade, ou melhor, do processo de modernização.

Acreditamos que de forma geral cumprimos o objetivo de analisar e interpretar as diferentes representações da vida material e econômica da cidade de Porto Alegre, contemplando as práticas de consumo, a aquisição e as práticas de descarte de lixo que possibilitaram um estudo da cultura material da população urbana porto-alegrense do século XIX. Realizamos também um exaustivo levantamento sobre a venda de produtos importados da Europa que chegavam ao mercado consumidor de Porto Alegre, assim como o mapeamento das principais redes de importação e distribuição destes artigos.

Trabalhamos estas fontes que são reveladoras do comércio internacional de bens materiais industrializados importados da Europa que vieram a dominar o nosso mercado e criar uma demanda de bens materiais que formaram as bases de uma cultura do consumo. Por conseqüência, tais bens materiais contribuíram na adoção de um grande número de práticas e ações sociais que revelam a existência de uma tensão entre parcelas da população porto-alegrense, de um lado uma parcela conservadora ligada a manutenção dos costumes tradicionais do período colonial e imperial e de outro uma parcela ligada a um ideário moderno e capitalista.

Acreditamos ter conseguido inserir a cidade de Porto Alegre numa conjuntura que ultrapassou as fronteiras periféricas e provinciais, trabalhamos as transformações econômicas e materiais desta cidade, inserida na Província do Rio Grande do Sul. Estabelecemos as relações comerciais internas, inserimos a cidade num contexto mais amplo, no cenário nacional e buscamos encontrar os laços que nos conectavam as economias-mundo, com a economia européia.

Entendemos estas manifestações materiais e econômicas como reflexos e desdobramentos da expansão do sistema capitalista, situando nossa participação enquanto fornecedor de matérias-primas aos países colonizadores, proporcionando uma acumulação primitiva de capital para o pleno desenvolvimento do sistema capitalista, caracterizando a cidade de Porto Alegre como mercado consumidor e alvo desta expansão.

Chegamos ao fim desta construção com um sentimento de que deixamos ainda muitas informações escapar, muitas leituras ficaram de fora, muitas discussões não foram incorporadas, muitas perguntas ficaram ainda sem resposta. Esperamos que com estas linhas tenhamos cumprido nossa proposta, com um sentimento de há muito trabalho ainda pela frente e que muitas questões aqui expostas incentivarão novas pesquisas, dúvidas e críticas.

## Bibliografia

- BRANCHELLI**, Fabiano A. O potencial do uso de inventários na pesquisa arqueológica urbana: In: *Revista do CEPA*. Vol. 27, nº 38 (jul./dez. 2003). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004:p.7 - 17.
- \_\_\_\_\_. Modernidade, modernização e consumo. *Brasil colônia e império*. In: Moacir Flores (org.). Porto Alegre: EDIPLAT, 2006.p.119-140.
- BRAUDEL**, Fernand. *Civilización Material y Capitalismo*. Barcelona: Labor S.A, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Histoire et sciences sociales: « la longue durée »*, Annales E.S.C.,nº 4,Oct.-déc. 1958, Débats et Combats, p. 725-753.
- CHARTIER**, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Roger Chartier, Lisboa: Difusora Editorial, 1988.
- \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre:UFRGS, 2002.
- CHESNEAUX**, Jean. *Modernidade Mundo*. Rio de Janeiro:Vozes, 1995.
- COSTA**, Telmo C. *Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Assessoria de Comunicação Social/DMLU, 1983.
- DOUGLAS**, Mary e **ISHERWOOD**, Baron. *O Mundo dos Bens: para uma antropologia do Consumo*. Rio de Janeiro:UFRJ, 2004.
- DREYS**, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio Grande: Rio-Grandense, 1927.
- FILHO**, Valter A. N. *Os Viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890*. Santa Maria, Anatterra. 2004.

**FRANCO, Sérgio da C.** *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre. 1983.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre: Guia Histórico. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

**FUNARI, Pedro P. A.** *Arqueologia histórica e cultura material*. Campinas, São Paulo: UNICAMP/FCH, 1998.

\_\_\_\_\_. Cultura material e Arqueologia Histórica. *Arqueologia, historia e arqueologia histórica no contexto sul-americano*. Campinas, SP:Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

\_\_\_\_\_. Arqueologia e História, Arqueologia Histórica Mundial y América Del Sur. *Anales de Arqueologia y Etnologia*. Vol. 50/51, 1995/1996.

**FUNARI, Pedro P. A.; ZARANKIN, Andrés.** *Arqueologia Histórica en América del Sur: los desafíos del siglo XXI*. Bogotá: Ediciones UNIANDES, 2004.

**FUNARI, Pedro P. A. (et all).** *Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea*. : Funari, Pedro P. A; Orser, Charles E.; Schiavetto, Solange (orgs). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

**HODDER, Ian.** *Interpretación em arqueologia: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.

**KERN, Arno Alvarez.** *Arqueologia Histórica Missioneira*. KERN, Arno A. (Org.) Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ações evangelizadoras e culturais de missionários portugueses e espanhóis no Rio da Prata, nos séculos XVI, XVII e XVIII, em territórios do sul do Brasil*. In: Congresso internacional de História: MissionaçãO Portuguesa e encontro de culturas. Vol. II, separata. Braga. 1993.

\_\_\_\_\_. O papel das teorias como instrumental heurístico para a reconstituição do passado. *Revista Histórica*. Porto Alegre (APGH-PPGH-PUCRS), 1996: p.7-22.

\_\_\_\_\_. O processo Histórico Platino no século XVII: da aldeia Guarani ao povoado missioneiro. *Estudos Ibero-Americanos*. Jul/1985. vol XI, nº1. Porto Alegre: PUCRS.

---

. A importância da pesquisa arqueológica na universidade. *Revista do CEPA*. Vol. 12. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1985. p.5-11.

---

. As tendências atuais da ciência histórica. *Revista Ciências e Letras*. Nº 2 (março/82). Porto Alegre: Metrópole, 1982. p. 61-68.

---

. Missões: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

**KERN, Maria Lúcia B.** Modernidade e modernismo. *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. X, nº2. dez/1984. Porto Alegre: PUCRS.

**LANDA, Beatriz.** Acompanhamento Arqueológico no Mercado Público Central de Porto Alegre. In: *Revista do Cepa*. Vol.20, nº 23 (mar. 1996). Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996.p. 77- 104.

**LIMA, Tânia Andrade.** El Huevo de la Serpiente: Una Arqueologia del Capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del Siglo XIX. Sed non Satiata: Teoría Social en la Arqueologia Latinoamericana Contemporánea. ZARANKIN, A.; ACUTO, F.A. (ed.). Buenos Aires: Tridente, Colección Científica. 1999: p.189-238.

---

. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*. n.2, v. XXVIII, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002: p.7-23.

---

. O papel da Arqueologia Histórica no mundo Globalizado: Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.), Buenos Aires: Tridente, nº 44 colección científica. 2002: p.117-127.

**MATTOSO, Kátia M. de Queiroz.** A opulência na província da Bahia. "História da Vida Privada no Brasil Império". ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.), São Paulo: Companhia das Letras. 1997: p.143-179.

**MACEDO, Francisco R.** *Pôrto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.

**MONTEIRO, Charles.** *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

**NEIBURG, Federico (et al).** *Dossiê Norbert Elias*. Leopoldo Waizbort (org). São Paulo: USP, 1999.

**OLIVEIRA**, Alberto T. *Um estudo em Arqueologia Urbana: a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre: PUCRS / FFCH*. Porto Alegre, 2005. (Dissertação em CD-ROM.)

**ORSER**, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

**PESAVENTO**, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

\_\_\_\_\_. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

**PESEZ**, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, J. (dir.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

**REIS**, José A. Quais condições de existência sustentam uma tensão dentro da arqueologia entre documento escrito/ documento material? In: IV Congresso Internacional de Estudos Ibero – Americanos. Porto Alegre: 2000.PUCRS. p.02-25. (CD-ROM)

\_\_\_\_\_. *Quais as condições de existência sustentam uma tensão dentro da Arqueologia entre documento escrito/documento material?*. Monografia de Doutorado, UNICAMP, 2000 (inédito).

**RHODEN**, Luiz F. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

**RIBEIRO**, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1983.

**SCHÁVELZON**, Daniel. *Arqueologia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé, 1999.

**SILVA**, De Plácido. *Vocabulário Jurídico*. Volume II. Rio de Janeiro: Forense, 1961.

**SILVA**, Elmar M. da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: CESAR, Guilhermino (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

**SLATER**, Don. *Cultura do Consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

**SOUZA**, Antonio F. P. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1866.

**SOUZA**, Jessé. *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000.

**SYMANSKI**, Luis C. P. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

---

. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. *Arqueologia da sociedade moderna na América do sul: cultura, material discursos e práticas*. ZARANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.), Buenos Aires: Ediciones del tridente, nº 44 colección científica. 2002: p.31-62.

---

. A Louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais: *Revista do CEPA*. Vol. 20, nº 23 (mar. 1996). Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996: p.59- 76.

**THIESEN**, Beatriz V. *As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*: PUCRS/ FFCH. Porto Alegre. 1999. (Dissertação em CD-ROM.).

**TOCCHETTO**, Fernanda B.. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*: PUCRS / FFCH. Porto Alegre, 2004 (Tese).

**TOCCHETTO**, Fernanda B.; **SYMANSKI**, Luis C. P. ; **OZÓRIO**, Sérgio R. ; **OLIVEIRA**, Alberto T. D. ; **CAPPELLETTI**, Ângela M. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, UE/SMC, 2001.

**TOCCHETTO**, Fernanda e **SANTOS**, Paulo A. Arqueologia no Paço Municipal. In: *Revista do Cepa*. Vol.27, nº 38 (jul/dez. 2003). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

**TOURAINÉ**, Alain. *Crítica da Modernidade*. Alain Touraine; Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

**TRIGGER**, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

**TRIGGER**, Bruce. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge, Cambridge University Press. 1990.

**WALLERSTEIN, Immanuel.** *El moderno sistema mundial III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850.* México: Siglo veintiuno, 1998.

## **LOCAIS DE PESQUISA**

- Arquivo Histórico Moisés Velhino.
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.
- Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Biblioteca Walter Spalding.
- Fototeca Sioma Breitman.
- Museu Joaquim José Felizardo.
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

## **ANEXOS**



(Local: Andradas com a Marechal Floriano. Data: Final do século XIX. Autor desconhecido, Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).



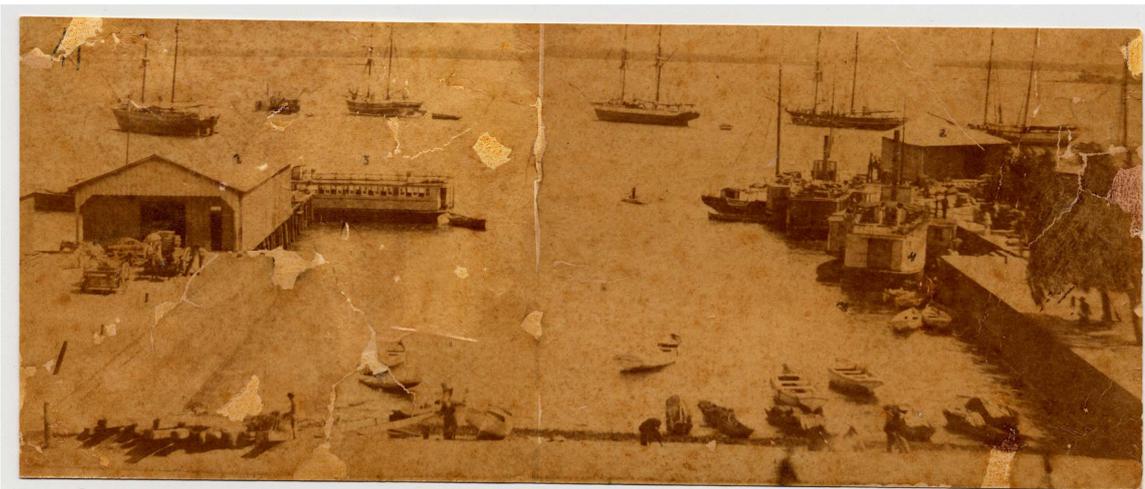
(Local: Andradas com a Marechal Floriano. Data: 1860. Fotografia Luís Terragno. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).



(Local: Doca das Frutas. Data: Final do século XIX. Autor desconhecido, Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).



(Local: Mercado Público Central e a Praça montevidéu. Data: Final do século XIX, década de 80. Autor desconhecido. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).



(Local: Doca do Carvão - entre o Paço Municipal e o Mercado Público. Panorama do Rio Guaíba. Data: Final do século XIX década de 90. Autor desconhecido. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman)



(Local: Mercado Público e Doca das Frutas. Data: Final do século XIX. Autor desconhecido. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).



(Local: Mercado Público e Doca das Frutas. Data: 1875. Autor Luís Terragno. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).

## PORTO ALEGRE



RUA DOS ANDRADAS

PHOT. FERRARI &amp; IRMÃO.

Rua Duque de Caxias 247 B.

(Rua dos Andradas, antiga Rua da Praia com com a Marechal Floriano . Data:1888. Autor: Ferrari e Irmão. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).



RUA DOS ANDRADAS

PHOT. FERRARI &amp; IRMÃO.

Rua Duque de Caxias 247 B.

(Local: Rua dos Andradas com a Praça da Alfândega. Data: 1888. Autor: Ferrari e Irmão. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman).



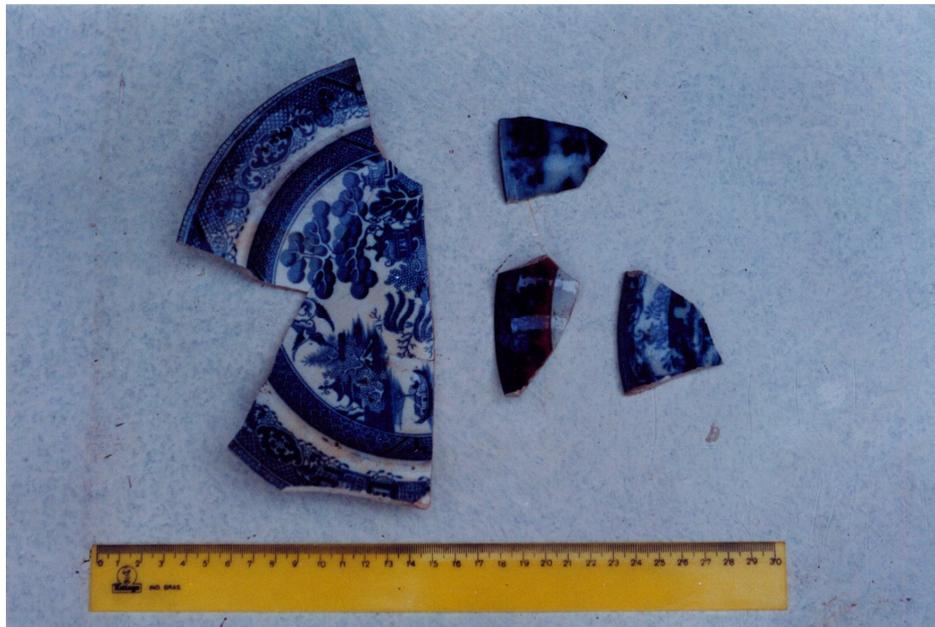
(Local: Paço Municipal (RS. JA – 20). Data: início do século vinte. Fotógrafo desconhecido. Fototeca Sioma Breitman, Museu Joaquim José Felizardo).



(Material arqueológico recuperado no acompanhamento das obras e no salvamento arqueológico do sítio Paço Municipal (RS. JA – 20). Imagem cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Arquivo de imagens do setor de Arqueologia).



(Local: Mercado Público Central (RS. JA - 05). Data: final do século XX, década de noventa. Imagem cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Arquivo de imagens do setor de Arqueologia).



(Material arqueológico recuperado no acompanhamento das obras e no salvamento arqueológico do sítio Mercado Público Central (RS. JA - 05). Imagem cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Arquivo de imagens do setor de Arqueologia).



(Local: Praça Parobé (RS. JA - 19 ), durante os trabalhos de acompanhamento e salvamento arqueológico. Imagem cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Arquivo de imagens do setor de Arqueologia).



(Material arqueológico recuperado no acompanhamento das obras e no salvamento arqueológico do sítio Praça Parobé (RS. JA - 19 ). Imagem cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Arquivo de imagens do setor de Arqueologia).



(Local: Praça Rui Barbosa (RS. JA - 06), durante os trabalhos de acompanhamento e salvamento arqueológico. Imagem cedida pelo Museu Joaquim José Felizardo, Arquivo de imagens do setor de Arqueologia. Publicada em TOCCHETTO, Fernanda et. All. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre, UE/SMC, 2001. p. 18 ).



(Local: Parque da Redenção (RS. JA – 26). Processo de escavação, decorrente da obra de reparo na canalização realizada pelo DMAE, onde constatou-se a ocorrência de material arqueológico misturado ao sedimento que saía da vala Arquivo de imagens do setor de Arqueologia.).